

ATA DA VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2025 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – IPSJBV.

Aos 07 (sete) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco às 09h (nove horas) reuniram-se na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista – IPSJBV, sito à Rua Senador Saraiva, 136 – Centro, nomeados pela Portaria nº 056/2023, estando presentes os membros efetivos: **SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO** (Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **EDNÉIA RIDOLFI** (certificada pela ANBIMA CPA 10; Instituto Totum CP RPPS DIRIG I; Instituto Totum CP RPPS CG INV III); **VALDEMIR SAMONETTO** (certificado Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **JOÃO HENRIQUE DE SOUZA** (Instituto Totum CP RPPS COFIS I e Instituto Totum CP RPPS CG INV I); **JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO** (Instituto Totum CP RPPS DIRIG I e Instituto Totum CP RPPS CG INV I) e o membro suplente **CIRONEI BORGES DE CARVALHO** (certificado pela ANBIMA CPA 10 e Instituto Totum CP RPPS CG INV I). Participou da reunião, o Sr. Marcos Almeida, consultor da LDB Consultoria Financeira. O Superintendente observando haver quórum, iniciou a reunião: **1) LDB CONSULTORIA E POLÍTICA DE INVESTIMENTOS** – A Política de Investimentos 2026 do IPSJBV foi elaborada com base nas diretrizes e no estudo ALM (**doc. anexo 9**), apresentado pelo Sr. Marcos Almeida da LDB ao Comitê de Investimentos nesta reunião. Este documento consolidou parâmetros essenciais para a gestão dos recursos do RPPS, especialmente em relação à negociação direta de títulos emitidos pelo Tesouro Nacional, conforme previsto na Portaria MTP nº 1.467/22. O Sr. Marcos relatou que o São João Prev deverá observar rigorosamente os parâmetros do Anexo VIII da Portaria MTP nº 1.467/22, que abrangem critérios para classificação e contabilização dos ativos financeiros presentes na carteira, assegurando o cumprimento das normas da CVM, do Banco Central do Brasil e demais referências do mercado financeiro. Ressaltou a proibição de aplicar recursos em títulos que não sejam emitidos pelo Tesouro Nacional, que não estejam registrados no SELIC, ou que sejam emitidos por estados, Distrito Federal ou municípios, em conformidade com a resolução do CMN. No que se refere à avaliação dos ativos financeiros, destacou haver duas categorias principais para classificação dos ativos: disponíveis para negociação futura ou venda imediata e mantidos até o vencimento, conforme Anexo VIII. Citou que para ativos mantidos até o vencimento, é obrigatório o cumprimento de parâmetros específicos, incluindo a demonstração da capacidade financeira para sua manutenção (através do estudo ALM-Passivo), a compatibilidade com prazos e taxas das obrigações do RPPS (ALM-Ativo), e controles separados para ativos disponíveis para negociação. Além disso, as informações relativas a esses ativos devem estar documentadas através de processos de forma detalhada. O estudo ALM apresentado indicou orientações para alocação estratégica do portfólio em 2026, recomendando aumento da exposição em NTN-B com vencimento em 2060 e precificação na curva de R\$ 3.179.431,36, mantendo títulos pré-fixados e realocando fundos pós-vencimento para ativos indexados ao CDI. Diminuição da alocação em ativos com exposição ao CDI/SELIC em aproximadamente 5,41%, enquanto a alocação em fundos com exposição ao S&P 500 deve-se aumentar cerca de 4,02%, respeitando as regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.963/21 para diversificação e benchmark. Estabeleceu-se como parâmetros o risco de liquidez de 5% para prazos de 0 a 30 dias, 5% para prazos de 31 a 365 dias e 100% para prazos superiores a 365 dias. A partir de 2026, serão credenciados apenas os administradores e gestores que estejam posicionados entre as 20 primeiras instituições no ranking da Anbima. Ademais, passou a incluir-se o risco de imagem, compreendido como a possibilidade de perdas decorrentes de dano à reputação da instituição perante o mercado ou

autoridades, devido a uma exposição negativa, independentemente de sua veracidade. Nesse cenário, cabe ao Comitê de Investimentos avaliar a magnitude do impacto sobre a credibilidade da instituição financeira e recomendar as medidas corretivas necessárias para mitigar eventuais efeitos adversos ao patrimônio do São João Prev. Esta Política de Investimentos reafirma o compromisso do IPSJBV com a segurança, rentabilidade e liquidez dos recursos do RPPS, respaldada em parâmetros técnicos rigorosos e alinhada às melhores práticas regulatórias e de mercado. Com a finalização da elaboração da Política de Investimentos para 2026 (**doc. anexo 12**) pelo Comitê de Investimentos, o documento será submetido para a análise e aprovação do Conselho Administrativo na reunião prevista para 13/11/2025. Após sua efetiva aprovação, a Política será publicada no jornal oficial do município e disponibilizada no site institucional do Instituto, garantindo a devida transparência. Paralelamente, será elaborado e encaminhado o DPIN ao CADPREV do Ministério da Previdência, conforme exigido. **2) CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL** – O Superintendente informou ao Comitê sobre a realização da prova de certificação pelos novos integrantes do Conselho Fiscal e Administrativo. Destacou o empenho dedicado para conscientizar a equipe dos colegiados acerca da importância dessa certificação para o exercício adequado de suas funções. Como resultado desse esforço, apenas dois membros do Conselho Administrativo ainda não concluíram a certificação, garantindo que aproximadamente 95% dos conselheiros estejam plenamente habilitados e aptos a manter suas indicações nos respectivos cargos. **3) COBRANÇA DO FUNDO DE OSCILAÇÃO DE RISCO** – O Superintendente informou aos membros sobre a necessidade da complementação das contribuições ao Fundo de Oscilação de Risco em relação a duas folhas de pagamento, conforme determina o Artigo 16 da Lei Complementar nº 4.574/2019. Após a segregação das massas prevista na Lei Complementar nº 5.531/2025, foi realizada a apuração dos valores efetivamente repassados, revelando uma diferença de R\$ 1.930.220,95. Essa diferença deverá ser complementada proporcionalmente pelos entes municipais envolvidos — Prefeitura, Câmara Municipal e UNIFAE — conforme suas respectivas folhas de aposentados e pensionistas. Com base nessa análise, foi encaminhado um ofício aos entes locais detalhando o levantamento realizado e orientando sobre a retomada dos repasses, prevista para dezembro, aplicando a alíquota de 2% sobre a folha de benefícios concedidos aos segurados. Essa medida visa assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial do fundo, reforçando o compromisso com a sustentabilidade da previdência municipal diante dos ajustes decorrentes da segregação de massas. **4) PAGAMENTO DO PASEP À RECEITA FEDERAL** – Informou-se ainda, a promulgação da Emenda Constitucional nº 136/2025, publicada em 10/09/2025, que excluiu do PIS/PASEP as receitas dos regimes próprios de previdência social, mantendo a incidência apenas sobre despesas administrativas. Com essa mudança, foi eliminada uma bitributação que antes penalizava os entes municipais, impactando negativamente o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos previdenciários, diferentemente do que ocorre com a União, INSS e regimes complementares. Como consequência direta dessa implementação, houve uma redução significativa no montante a ser recolhido, que passou de aproximadamente R\$ 25 mil para cerca de R\$ 3 mil no mês, resultando na anulação de aproximadamente R\$ 168 mil da ficha contábil do IPSJBV. Essa alteração contribui para melhorar a saúde financeira do instituto e reforça a justiça fiscal na estrutura tributária aplicada aos regimes próprios de previdência. **5) CENÁRIO ECONÔMICO E MATERIAIS ANALISADOS** – a) A Petrobras registrou lucro líquido de R\$ 32,7 bilhões no terceiro trimestre, 0,5% superior ao mesmo período de 2024, mas caiu 6,1% sem eventos extraordinários, totalizando R\$ 28,5 bilhões. No ano até setembro, o lucro acumulado foi de R\$ 94,5 bilhões. O conselho aprovou dividendos de R\$ 12,1 bilhões, pagos em fevereiro e março de 2026. As receitas de vendas no trimestre somaram R\$

caindo de 8,04% para 7,98%, e o juro real da NTN-B de 2045 caindo para 7,33%. *Fonte: GABRIELA CALDEIRA. Valor Econômico, sexta-feira, 23 de outubro de 2025.* **6) ACOMPANHAMENTO DOS**

INVESTIMENTOS – a) A Diretora Administrativa/Financeira apresentou um quadro consolidado dos investimentos do São João Prev, referente ao fechamento de outubro (**doc. anexo 1**). Esse quadro detalhou a performance da carteira, evidenciando um rendimento positivo de R\$ 2.489.826,02 e um saldo patrimonial de R\$ 242.597.682,88. Além do relatório consolidado, foram apresentados dados sobre o enquadramento para que os membros tomassem conhecimento da porcentagem de alocação em cada segmento, bem como da rentabilidade da carteira, para que pudessem examinar a performance de cada produto nos períodos mensal, anual e a cada três, seis, doze e vinte e quatro meses. b) A Sra. Ednéia encaminhou através da Informação Técnica nº 027/2025, o relatório para acompanhamento do desempenho dos investimentos de novembro, que demonstrava uma rentabilidade positiva de R\$ 168.053,73 e Patrimônio de R\$ 242.765.736,61 (**doc. anexo 2**), dados atualizados pelo sistema até 04/11/2025. c) Conforme deliberado na reunião anterior, foi elaborado o fluxo de caixa para análise da liquidez dos fundos vinculados ao Plano Previdenciário, visando avaliar a viabilidade de aquisição de novos títulos públicos para esse plano de capitalização. Após a conclusão desse levantamento, a Diretora Administrativa/Financeira compartilhou a planilha por meio da Informação Técnica nº 651/2025, para análise e deliberação do Comitê, bem como para registro das manifestações de voto. A maioria dos membros decidiu pela não aquisição das NTN-Fs com vencimentos em 2031 e 2033 no âmbito do Plano Previdenciário. Com base nesse documento, verificou-se que, a partir de meados de 2029, o Instituto demandará maior volume de recursos líquidos, tendo em vista a alocação aproximada de R\$ 114 milhões em títulos do Tesouro no período de 2030 a 2060 (**doc. anexo 11**). Em decorrência dessa análise, o Superintendente recomendou aos demais membros e solicitou à Diretora Administrativa/Financeira que o fluxo de caixa seja elaborado mensalmente e disponibilizado ao Comitê, integrando a análise da carteira do São João Prev. **7) MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS** – a) O Comitê tomou conhecimento de que o fundo ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA (5068), retomou a recuperação do deságio acumulado. Para tanto, Com base nessa informação, os membros mantiveram a decisão pelo resgate total e autorizaram a Diretora Administrativa/Financeira a efetuar a movimentação assim que a recuperação total for confirmada. Foi deliberado aplicar os recursos provenientes desse resgate no fundo BB PREV REFERENCIADO PERFIL (3047). b) Os membros do Comitê deliberaram para que a Diretora Administrativa/Financeira adquira, com os recursos provenientes do aporte mensal da Prefeitura Municipal, títulos públicos do Tesouro (NTN-B) com vencimento em 2031, desde que as taxas estejam acima de 6%. Caso contrário, os recursos deverão permanecer investidos no fundo BB PREF REFERENCIADO PERFIL, vinculado à conta 75.190-1. c) A Sra. Ednéia comunicou aos membros que, na data de 24 de outubro de 2025, foi creditado o montante de R\$ 100.782,92, decorrente do resgate integral do fundo ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA (5065). Informou, ainda, que referido valor foi integralmente aplicado no fundo BB PREV REFERENCIADO PERFIL (3047), ambos os comprovantes seguem anexo a ata. **8) CREDENCIAMENTOS** – Foi realizado levantamento para a renovação de credenciamento das instituições financeiras (doc. anexo 3), constatando-se 17 processos envolvendo administradores, gestores, custodiante, distribuidores e assessores de investimentos. Procedeu-se à abertura do processo digital, com juntada da documentação e certidões exigidas pela Resolução nº 001/2023 do IPSJBV. A Diretora Administrativa/Financeira efetuou a abertura do processo e realizou análise prévia para certificar que toda documentação encaminhada atendia o disposto na resolução do credenciamento. No entanto, para a análise criteriosa, foram distribuídos três processos para cada

membro examinar os dados essenciais. Na presente reunião, os membros destacaram a necessidade de apresentação das seguintes certidões dentro do prazo de validade: **Processo nº 735/2025 – SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA**, necessidade de apresentar a CND Federal dentro da validade; **Processo nº 736/2025 – BANCO SANTANDER S/A**, devendo apresentar a certidão de falência e concordata vigente; **Processo nº 737/2025 – S3 CACEIS BRASIL STVM LTDA**, ficará na pendência de apresentar a CND Municipal e certidão de falência e concordata, ambas atualizadas e o **Processo nº 738/2025 – SANTANDER DTVM S/A**, pendente de disponibilizar a CND FGTS vigente, assim como, a certidão de falência e concordata atualizada. A homologação do credenciamento destes processos ficará condicionada à entrega das certidões requeridas dentro da validade. Quanto aos processos listados a seguir, deliberou-se pela regularidade e homologação: **Processo nº 722/2025 – CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO SICREDI**, **Processo nº 723/2025 – BANCO COOPERATIVO SICREDI A/A**, **Processo nº 724/2025 – CAIXA DTVM S/A**, **Processo nº 725/2025 – BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S/A**, **Processo nº 726/2025 – ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA**, **Processo nº 727/2025 – BEM DTVM S/A**, **Processo nº 728/2025 – GRID AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS LTDA**, **Processo nº 729/2025 – GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA**, **Processo nº 730/2025 – BANCO DAYCOVAL S/A**, **Processo nº 731/2025 – ITAÚ UNIBANCO S/A**, **Processo nº 732/2025 – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, **Processo nº 733/2025 – TPE GESTORA DE RECURSOS LTDA**, **Processo nº 734/2025 – DAYCOVAL ASSET MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA**. Todos os processos listados neste item, serão encaminhados para análise e aprovação do Conselho Administrativo, enquanto aguarda-se a entrega das certidões aos processos condicionados. Após aprovação final, será confeccionado o termo de credenciamento para as assinaturas, tanto dos membros do Comitê de Investimentos, quanto do Conselho Administrativo. Na sequência, os credenciamentos serão registrados no sistema CADPREV do MPS, ficando válidos por dois anos. **9) RELATÓRIO ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO e PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS** – O referido relatório mensal ficou pendente de apresentação, pois tanto o setor contábil quanto a procuradoria estão finalizando os dados do fechamento de outubro para inserção no relatório. Dessa forma, a Diretora, Sra. Ednéia, responsável pela consolidação dos dados, não pôde concluir a entrega e apresentação nesta reunião. Ela compromete-se a enviar o relatório de outubro pela plataforma 1doc assim que for concluído, para que todos possam analisá-lo e emitir o parecer. **10) CALENDÁRIO DAS REUNIÃO DE 2026** – A secretária apresentou uma prévia do calendário das reuniões de 2026 para apreciação do Comitê de Investimentos. Após análise do documento pelos membros, decidiu-se concentrar as reuniões exclusivamente às quintas-feiras, mantendo a primeira reunião no início do mês e a segunda entre a segunda quinzena e a última semana. A Sra. Ednéia ficará responsável por implementar as alterações sugeridas e reenviar o calendário para aprovação final dos membros. Nada mais havendo a ser tratado na presente reunião foi a mesma encerrada no mesmo dia e local às 10h50min, e eu, Ednéia Ridolfi, na qualidade de secretária do Comitê de Investimentos, anotei e digitei a presente ata que segue assinada por mim e por todos os presentes. São João da Boa Vista – SP, aos 07 (sete) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco (07/11/2025).

SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO
(membro presidente)

EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)

JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)

JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)

VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)

CIRONEI BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)



LISTA DE PRESENÇA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS


A presente lista tem por finalidade registrar as presenças e ausências dos membros do Comitê de Investimentos nas reuniões do exercício de 2025, assim como para pagamento de jeton.


Data da reunião: 07 / 11 / 25.

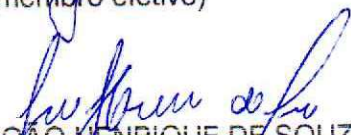
Hora de início: 09 : 00.


Hora de término: 10 : 50.

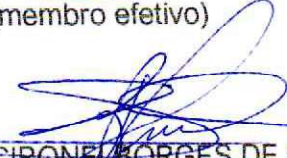

SÉRGIO VENÍCIO DRAGÃO
(membro presidente)


EDNÉIA RIDOLFI
(membro secretária)


JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO
(membro efetivo)


JOÃO HENRIQUE DE SOUZA
(membro efetivo)


VALDEMIR SAMONETTO
(membro efetivo)


CÍRONEL BORGES DE CARVALHO
(membro suplente)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D184-15F3-298F-6AA0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 18/11/2025 16:13:48 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 18/11/2025 16:20:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VALDEMIR SAMONETTO (CPF 870.XXX.XXX-68) em 18/11/2025 16:23:30 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ CIRONEI BORGES DE CARVALHO (CPF 016.XXX.XXX-98) em 18/11/2025 16:50:34 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE SOUZA (CPF 293.XXX.XXX-12) em 19/11/2025 07:55:33 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO (CPF 173.XXX.XXX-93) em 28/11/2025 11:42:50 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/D184-15F3-298F-6AA0>

Informação Técnica 48- 033/2025

De: Ednéia R. - DIR - ADMF

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 18/11/2025 às 16:12:51

Setores envolvidos:

SUP, COMINVEST, DIR - ADMF, DIR - JUR, INV

Atas do Comitê de Investimentos no ano 2025

Segue anexo para composição da ata todo o material discutido na 20ª reunião ordinária, realizada no dia 07/11/2025.

Atenciosamente.

Ednéia Ridolfi

Diretora Administrativa/Financeira

Anexos:

01_0_anexo1.pdf
01_1_INVESTIMENTOS_10_2025.pdf
01_2_ENQUADRAMENTO_10_2025.pdf
01_3_RENTABILIDADE_10_2025.pdf
02_0_anexo2.pdf
02_1_INVESTIMENTOS_11_2025.pdf
03_0_anexo3.pdf
03_1_CREDENCIAMENTOS.pdf
04_0_anexo4.pdf
04_LDB_Relatorio_Macroeconomico_3_Trimestre_de_2025.pdf
05_0_anexo5.pdf
05_1_Genial_29_10_2025.pdf
05_2_OC_INVESTIMENTOS_COMPARATIVO.pdf
06_0_anexo6.pdf
06_1_Juros_futuros_anotam_queda_apos_melhora_na_reta_final_do_pregao___Financas___Valor_Economico.pdf
07_0_anexo7.pdf
07_1_Genial_Carta_Macro_outubro25.pdf
08_0_anexo8.pdf
08_1_CALENDARIO_COMITE_2026.pdf
09_0_anexo9.pdf
09_1_ALM.pdf
10_0_anexo10.pdf
10_1_DEPOSITO_DO_RESGATE_ICATU_DIVIDENDOS_40825_5.pdf
10_2_extrato_ICATU_DIVIDENDOS.pdf
11_0_anexo11.pdf
11_1_titulos_publicos_PP.pdf
12_0_anexo12.pdf
12_Politica_de_Investimentos_2026.pdf



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9986-CE73-3F65-B7AF

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ EDNÉIA RIDOLFI (CPF 300.XXX.XXX-70) em 18/11/2025 16:14:40 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ VALDEMIR SAMONETTO (CPF 870.XXX.XXX-68) em 18/11/2025 16:26:18 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC Certisign RFB G5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ SERGIO VENICIO DRAGAO (CPF 965.XXX.XXX-72) em 18/11/2025 16:47:19 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CIRONEI BORGES DE CARVALHO (CPF 016.XXX.XXX-98) em 18/11/2025 16:49:44 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE SOUZA (CPF 293.XXX.XXX-12) em 19/11/2025 07:56:38 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ JOÃO HENRIQUE DE PAULA CONSENTINO (CPF 173.XXX.XXX-93) em 28/11/2025 11:42:09 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saojoaoprev.1doc.com.br/verificacao/9986-CE73-3F65-B7AF>

ANEXO Nº 1

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
 CNPJ 05.774.894/0001-90**



TÍTULOS PÚBLICOS OUTUBRO/2025 - PLANO PREVIDENCIÁRIO													
FICHA	CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
5101	N/A	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.366.591,47	0,00	0,00	4.402.524,74	35.933,27	0,82%	—	—	—	ago/26	847.128,91
5107	N/A	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6.295.810,48	0,00	0,00	6.349.558,03	53.747,55	0,85%	—	—	—	ago/26	810.021,49
5125	N/A	NTN-B 760199 20260815 / 954557	5.158.880,73	0,00	0,00	5.214.970,90	56.090,17	1,09%	—	—	—	ago/26	343.779,00
5099	N/A	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.181.103,24	0,00	0,00	2.198.846,74	17.743,50	0,81%	—	—	—	mai/27	412.399,62
5102	N/A	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.320.349,05	0,00	0,00	5.365.144,33	44.795,28	0,84%	—	—	—	mai/27	750.277,66
5108	N/A	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.240.900,85	0,00	0,00	3.268.553,51	27.652,66	0,85%	—	—	—	mai/27	409.512,64
5126	N/A	NTN-B 760199 20270515 / 954559	5.134.179,42	0,00	0,00	5.186.295,96	52.116,54	1,02%	—	—	—	mai/27	310.436,94
5103	N/A	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.316.342,02	0,00	0,00	5.361.156,45	44.814,43	0,84%	—	—	—	ago/28	764.460,62
5109	N/A	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5.245.353,65	0,00	0,00	5.290.291,14	44.937,49	0,86%	—	—	—	ago/28	676.963,10
5127	N/A	NTN-B 760199 20280815 / 954558	5.125.665,08	0,00	0,00	5.176.601,34	50.936,26	0,99%	—	—	—	ago/28	313.723,89
5104	N/A	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.317.209,26	0,00	0,00	5.361.947,29	44.738,03	0,84%	—	—	—	mai/29	749.445,97
5110	N/A	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.237.869,76	0,00	0,00	3.265.553,70	27.683,94	0,86%	—	—	—	mai/29	409.875,06
5111	N/A	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.124.171,81	0,00	0,00	2.142.041,75	17.869,94	0,84%	—	—	—	mai/29	228.618,56
5105	N/A	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.307.850,92	0,00	0,00	5.352.408,35	44.557,43	0,84%	—	—	—	ago/30	760.764,73
5112	N/A	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.303.302,21	0,00	0,00	5.347.128,39	43.826,18	0,83%	—	—	—	ago/30	619.402,36
5120	N/A	NTN-B 760199 20320815 / 883914	5.402.418,55	0,00	0,00	5.450.480,76	48.062,21	0,89%	—	—	—	ago/32	542.565,48
5121	N/A	NTN-B 760199 20320815 / 920218	5.106.761,40	0,00	0,00	5.157.511,37	50.749,97	0,99%	—	—	—	ago/32	433.657,35
5122	N/A	NTN-B 760199 20330515 / 920219	10.542.069,26	0,00	0,00	10.645.886,25	103.816,99	0,98%	—	—	—	mai/33	907.982,65
5084	N/A	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.279.366,59	0,00	0,00	2.298.776,55	19.409,96	0,85%	—	—	—	mai/35	593.061,56
5113	N/A	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.472.652,52	0,00	0,00	8.542.665,82	70.013,30	0,83%	—	—	—	mai/35	935.665,27
5082	N/A	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11.499.146,01	0,00	0,00	11.591.585,59	92.439,58	0,80%	—	—	—	ago/40	3.033.526,70
5088	N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1367780	4.500.747,19	0,00	0,00	4.536.656,82	35.909,63	0,80%	—	—	—	mai/45	956.462,43
5095	N/A	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.207.325,21	0,00	0,00	2.224.782,83	17.457,62	0,79%	—	—	—	mai/45	427.125,07



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
 CNPJ 05.774.894/0001-90**



5114	N/A	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.238.892,28	0,00	0,00	4.274.039,82	35.147,54	0,83%	—	—	—	mai/45	469.443,03
5089	N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.479.336,29	0,00	0,00	5.523.054,90	43.718,61	0,80%	—	—	—	ago/50	1.185.066,71
5096	N/A	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.206.648,05	0,00	0,00	2.224.146,38	17.498,33	0,79%	—	—	—	ago/50	435.505,79
5115	N/A	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.176.471,85	0,00	0,00	3.202.867,72	26.395,87	0,83%	—	—	—	ago/50	372.527,46
5129	N/A	NTN-B 760199 20500815 / 994217	2.503.692,85	0,00	0,00	2.526.540,35	22.847,50	0,91%	—	—	—	ago/50	90.761,15
5090	N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.635.194,88	0,00	0,00	5.680.105,99	44.911,11	0,80%	—	—	—	mai/55	1.197.942,54
5097	N/A	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.207.820,16	0,00	0,00	2.225.321,07	17.500,91	0,79%	—	—	—	mai/55	428.621,02
5116	N/A	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.565.186,16	0,00	0,00	4.603.001,42	37.815,26	0,83%	—	—	—	mai/55	505.184,51
5130	N/A	NTN-B 760199 20550515 / 994218	2.591.154,60	0,00	0,00	2.614.770,07	23.615,47	0,91%	—	—	—	mai/55	101.824,22
5091	N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.480.550,23	0,00	0,00	5.524.258,15	43.707,92	0,80%	—	—	—	ago/60	1.185.868,89
5098	N/A	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.210.634,26	0,00	0,00	2.228.141,98	17.507,72	0,79%	—	—	—	ago/60	436.286,19
5117	N/A	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.177.379,80	0,00	0,00	3.203.759,19	26.379,39	0,83%	—	—	—	ago/60	372.554,78
5131	N/A	NTN-B 760199 20600815 / 994219	2.502.959,00	0,00	0,00	2.525.829,75	22.870,75	0,91%	—	—	—	ago/60	100.338,83
5123	N/A	NTN-F 950199 20270101 / 940553	10.309.383,00	0,00	0,00	10.439.243,27	129.860,27	1,26%	—	—	—	jan/27	928.480,23
5124	N/A	NTN-F 950199 20290101 / 940554	10.285.046,96	0,00	0,00	10.415.304,85	130.257,89	1,27%	—	—	—	jan/29	932.651,33
5132	N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1017894	4.129.314,43	0,00	0,00	4.177.048,03	47.733,60	1,16%	—	—	—	jan/31	177.706,24
5128	N/A	NTN-F 950199 20350101 / 994220	2.467.334,82	0,00	0,00	2.496.854,66	29.519,84	1,20%	—	—	—	mai/35	135.854,63
ART 7º, I, a - Títulos Públicos			191.853.066,30	0,00	0,00	193.615.656,21	1.762.589,91						25.293.474,61
INVESTIMENTOS OUTUBRO/2025 - PLANO PREVIDENCIÁRIO													
FICHA	CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
5068	10.756.541/0001-06	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA FI RF	1.157.508,30	0,00	0,00	1.169.339,60	11.831,30	1,02%	1,02%	0,44	17-17	D+0	-3.085,97
4039	21.838.150/0001-49	ITAU INST ALOC DINÂMICA RF FIC FI	1.446.095,57	0,00	0,00	1.465.495,61	19.400,04	1,34%	1,34%	0,11	138-136	D+0/D+1du	465.495,61
ART 7º, I, b - Fundos de Títulos Públicos			2.603.603,87	0,00	0,00	2.634.835,21	31.231,34						462.409,64



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
 DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
 CNPJ 05.774.894/0001-90**



FICHA	CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
3055	07.861.554/0001-22	BB PREV RF IMA-B FI	1.115.347,81	0,00	0,00	1.126.612,90	11.265,09	1,01%	1,01%	0,26	155-154	D+1du/D+1	-16.756,42
3047	13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	5.015.329,18	2.011.540,46	4.529.052,60	2.580.664,19	82.847,15	1,27%	1,27%	0,05	1358-1361	D+0/D+0	785.164,96
4034	03.737.206/0001-97	FI CAIXA BRASIL RF REF DI LP	2.386.634,94	0,00	0,00	2.416.409,01	29.774,07	1,25%	1,25%	0,05	1310-1313	D+0/D+0	1.419.639,90
5086	03.399.411/0001-90	BRABESCO FI RF REFERENCIADO DI	8.617.990,90	0,00	0,00	8.727.206,57	109.215,67	1,27%	1,27%	0,05	746-755	D+0/D+0	2.241.316,95
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa			17.135.302,83	2.011.540,46	4.529.052,60	14.850.892,67	233.101,98						4.429.365,39

FICHA	CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
5118	10.783.480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FIC FI RF CRÉDITO	4.553.342,68	0,00	0,00	4.609.999,92	56.657,24	1,24%	1,24%	0,05	87635-86675	D+4du/D+5	581.947,74
5119	20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC FI RF CREDITO	4.543.129,60	0,00	0,00	4.601.777,78	58.648,18	1,29%	1,29%	0,05	1716-1847	D+0/D+0	573.725,59
ART 7º, V, b - Fundos de renda Fixa			9.096.472,28	0,00	0,00	9.211.777,70	115.305,42						1.155.673,33

FICHA	CNPJ	Ativos Renda Variável	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
5065	08.279.304/0001-41	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA	99.519,27	0,00	100.782,92	0,00	1.263,65	1,27%	2,54%	0,84	920-892	D+1du/D+3	-4.217.903,10
ART 8º, I - Renda Variável			99.519,27	0,00	100.782,92	0,00	1.263,65						-4.217.903,10

FICHA	CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
4033	24.633.818/0001-00	SICREDI - FIM BOLSA AMERICANA LP	2.181.467,83	0,00	0,00	2.250.521,12	69.053,29	3,17%	3,17%	—	15769-16694	D+0/D+1	250.521,12
ART 10º, I - Fundos Estruturados			2.181.467,83	0,00	0,00	2.250.521,12	69.053,29						250.521,12
TOTAL PLANO PREVIDENCIÁRIO			222.969.432,38	2.011.540,46	4.629.835,52	222.563.682,91	2.212.545,59						27.373.540,99



TÍTULOS PÚBLICOS OUTUBRO/2025 - APORTE PP LEI Nº 5.531/2025

FICHA	CNPJ	TÍTULOS PÚBLICOS	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto	Retorno do fundo no mês	VaR no Mês	Cotistas do Mês	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado -
5133	N/A	NTN-F 950199 20310101 / 1102179	0,00	2.000,079,93	0,00	2.004.111,50	4.031,57	0,24%	—	—	—	jan/31	4.031,57
ART 7º, I, a - Títulos Públicos			0,00	2.000,079,93	0,00	2.004.111,50	4.031,57						4.031,57

INVESTIMENTOS OUTUBRO/2025 - APORTE PP LEI Nº 5.531/2025

FICHA	CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto	Retorno do fundo no mês	VaR no Mês	Cotistas do Mês	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado -
3049	13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	0,00	2.128.982,20	2.000,079,93	133.854,64	4.952,37	0,54%	1,27%	0,05	1358-1361	D+0/D+0	4.952,37
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa			0,00	2.128.982,20	2.000,079,93	133.854,64	4.952,37						4.952,37
TOTAL APORTE PP LEI Nº 5.531/2025			0,00	4.129,062,13	2.000,079,93	2.137,966,14	8.983,94						8.983,94

INVESTIMENTOS OUTUBRO/2025 - PLANO FINANCEIRO

FICHA	CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
5094	13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	494.345,52	2.515.581,16	2.333.652,34	707.185,40	30.911,06	1,27%	1,27%	0,05	1358-1361	D+0/D+0	52.551,87
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa TOTAL PLANO FINANCEIRO			494.345,52	2.515.581,16	2.333.652,34	707.185,40	30.911,06						52.551,87

INVESTIMENTOS OUTUBRO/2025 - FUNDO DE OSCILAÇÃO

FICHA	CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
3003	13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	6.173.523,78	0,00	0,00	6.252.224,34	78.700,56	1,27%	1,27%	0,05	1358-1361	D+0/D+0	1.842.898,44
ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa TOTAL FUNDO DE OSCILAÇÃO			6.173.523,78	0,00	0,00	6.252.224,34	78.700,56						1.842.898,44
TOTAL PLANO FINANCEIRO (+) FUNDO DE OSCILAÇÃO			6.667.869,30	2.515.581,16	2.333.652,34	6.959.409,74	109.611,62						1.895.450,31

INVESTIMENTOS OUTUBRO/2025 - TAXA DE ADMINISTRAÇÃO													
FICHA	CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês	Cotistas do Mês inicial/final	Prazo Cot/Liq	Ágio/Deságio Acumulado - mês Atual
3048	13.077.418/0001-49	BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI	12.284.056,89	270.000,00	1.776.117,67	10.936.624,09	158.684,87	1,27%	1,27%	0,05	1358-1361	D+0/D+0	3.117.453,35
		ART 7º, III, a - Fundos de renda Fixa TOTAL TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	12.284.056,89	270.000,00	1.776.117,67	10.936.624,09	158.684,87						3.117.453,35

TOTAL CONSOLIDADO	Saldo Inicial no mês (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo Final no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)	Ágio/Deságio Acumulado
	241.921.358,57	8.926.183,75	10.739.685,46	242.597.682,88	2.489.826,02	32.395.428,59

PATRIMÔNIO POR ARTIGO E META ATUARIAL

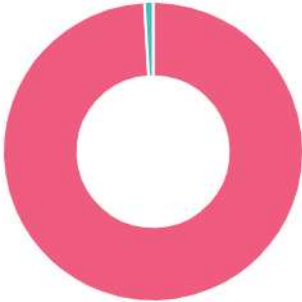
Artigo	Aplicado atual (R\$)	Rentabilidade (R\$)	Aplicado (%)	Política de Investimentos	Permitido pelo Pró Gestão	Meta Atuarial
Art 7, I, a - Títulos Públicos Diretos - RF	195.619.767,71	1.766.621,48	80,64%	66,00%	100,00%	IPCA + 5,16
Art 7, I, b - Fundos 100% TP - RF	2.634.835,21	31.231,34	1,09%	2,00%	100,00%	Meta do Mês
Art 7, III, a - Fundos Renda Fixa - RF	32.880.781,14	506.350,84	13,55%	15,00%	70,00%	
Art 7, V, b - Crédito Privado - RF	9.211.777,70	115.305,42	3,80%	2,00%	10,00%	Rentabilidade
Art 8, I, a - Fundos de Ações - RV	0,00	1.263,65	0,00%	5,00%	40,00%	1,01%
Art 9, II - Investimentos no Exterior - RV	0,00	0,00	0,00%	5,00%	10,00%	Acima da meta
Art 10, I - Invest. Estruturados - RV	2.250.521,12	69.053,29	0,93%	5,00%	10,00%	
TOTAL	242.597.682,88	2.489.826,02	100,00%	100,00%		

INVESTIMENTOS OUTUBRO/2025					
PLANOS	Saldo Inicial no mês (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates (R\$)	Saldo Final no mês (R\$)	Rendimento no mês (R\$)
Plano Financeiro	494.345,52	2.515.581,16	2.333.652,34	707.185,40	30.911,06
Fundo de Oscilação	6.173.523,78	0,00	0,00	6.252.224,34	78.700,56
Taxa de Administração	12.284.056,89	270.000,00	1.776.117,67	10.936.624,09	158.684,87
Plano Previdenciário	222.969.432,38	2.011.540,46	4.629.835,52	222.563.682,91	2.212.545,59
Aporte PP -Lei nº 5.531/2025	0,00	4.129.062,13	2.000.079,93	2.137.966,14	8.983,94
TOTAL CONSOLIDADO	241.921.358,57	8.926.183,75	10.739.685,46	242.597.682,88	2.489.826,02

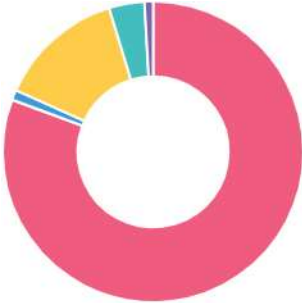


Enquadramento - Plano Financeiro | Plano Previdenciário | Taxa de Administração | Fundo de Oscilação | Aporte PP- Lei nº 5.531/2025

Segmento	Valor	Percentual	Cor
Renda Fixa	R\$ 240.347.161,76	99,07%	
Estruturados	R\$ 2.250.521,12	0,93%	



Artigo	Valor	Percentual	Cor
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "a"	R\$ 195.619.767,71	80,64%	
Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"	R\$ 2.634.835,21	1,09%	
Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"	R\$ 32.880.781,14	13,55%	
Artigo 7º, Inciso V, Alínea "b"	R\$ 9.211.777,70	3,80%	
Artigo 10º, Inciso I	R\$ 2.250.521,12	0,93%	





Rentabilidade - Consolidado

CDI

CNPJ (%)	Ativo (%)	Mês (%)	Ano (%)	3 meses (%)	6 meses (%)	12 meses (%)	24 meses (%)	Taxa Adm. (%)	VaR Mês (%)	Volatilidade 12 meses (%)
13.077.418/0001-49	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	1,275	11,907	3,706	7,426	13,708	26,345	0,2	0,051	0,039
03.737.206/0001-97	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	1,248	11,891	3,688	7,398	13,731	26,591	0,2	0,050	0,035
10.783.480/0001-68	DAYCOVAL CLASSIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	1,244	12,196	3,741	7,541	13,940	28,328	0,35	0,047	0,062
20.441.483/0001-77	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	1,291	11,788	3,718	7,405	13,720	26,656	0,25	0,049	0,068
--	CDI (Benchmark)	1,276	11,759	3,705	7,386	13,688	26,170	--	--	--

IBX

CNPJ (%)	Ativo (%)	Mês (%)	Ano (%)	3 meses (%)	6 meses (%)	12 meses (%)	24 meses (%)	Taxa Adm. (%)	VaR Mês (%)	Volatilidade 12 meses (%)
08.279.304/0001-41	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	2,544	22,571	13,261	12,957	12,696	27,049	2	0,839	9,771
--	IBX (Benchmark)	2,098	23,915	12,712	10,769	16,498	30,436	--	--	--

IMA-B

CNPJ (%)	Ativo (%)	Mês (%)	Ano (%)	3 meses (%)	6 meses (%)	12 meses (%)	24 meses (%)	Taxa Adm. (%)	VaR Mês (%)	Volatilidade 12 meses (%)
07.861.554/0001-22	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO	1,010	10,318	2,368	4,576	7,505	13,087	0,3	0,258	2,999
--	IMA-B (Benchmark)	1,046	10,566	2,438	4,688	7,693	13,745	--	--	--

Não definido

CNPJ (%)	Ativo (%)	Mês (%)	Ano (%)	3 meses (%)	6 meses (%)	12 meses (%)	24 meses (%)	Taxa Adm. (%)	VaR Mês (%)	Volatilidade 12 meses (%)
10.756.541/0001-06	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	1,022	10,931	1,936	4,640	5,900	8,666	0,25	0,443	4,788
21.838.150/0001-49	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIM	1,342	10,472	3,590	5,908	11,477	22,073	0,4	0,107	1,686
24.633.818/0001-00	SICREDI - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO BOLSA AMERICANA LONGO PRAZO	3,165	23,668	10,453	28,836	28,833	84,394	0,3	--	--
--	Não definido (Benchmark)	0,000	--	--	--	--	--	--	--	--

Selic

CNPJ (%)	Ativo (%)	Mês (%)	Ano (%)	3 meses (%)	6 meses (%)	12 meses (%)	24 meses (%)	Taxa Adm. (%)	VaR Mês (%)	Volatilidade 12 meses (%)
03.399.411/0001-90	BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREMIUM	1,267	11,908	3,705	7,420	13,787	27,212	0,2	0,052	0,027
--	Selic (Benchmark)	1,276	11,759	3,705	7,386	13,688	26,170	--	--	--

ANEXO Nº 2

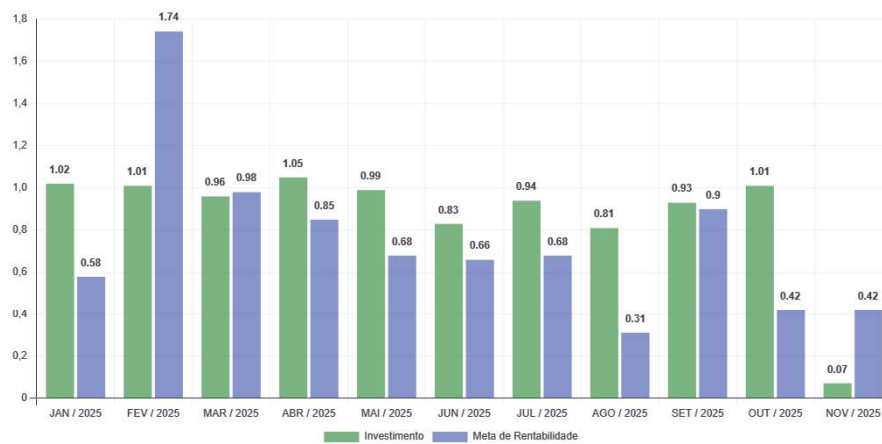


Retorno - Plano Financeiro | Plano Previdenciário | Taxa de Administração | Fundo de Oscilação | Aporte PP- Lei nº 5.531/2025

A Última Posição considera a situação atual da carteira para o mês cujas movimentações estão em preenchimento. Portanto, não refletem a posição de fechamento.

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Aplicações Acumuladas (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Resgates / Amortizações Acumuladas (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (R\$)	Meta Acum (R\$)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	223.599.198,63	23.537.746,40	23.537.746,40	23.229.989,71	23.229.989,71	226.216.989,50	2.310.034,18	2.310.034,18	1,02%	1,02%	1.300.509,53	1.300.509,53	0,58%	0,58%	174,91%
fevereiro	226.216.989,50	27.848.479,87	51.386.226,27	27.256.868,30	50.486.858,01	229.129.695,26	2.321.094,19	4.631.128,37	1,01%	2,03%	3.936.620,82	5.237.130,35	1,74%	2,33%	87,41%
março	229.129.695,26	46.701.920,53	98.088.146,79	46.219.968,28	96.706.826,29	231.835.126,36	2.223.478,85	6.854.607,23	0,96%	3,02%	2.255.949,34	7.493.079,69	0,98%	3,33%	90,54%
abril	231.835.126,36	5.405.523,85	103.493.670,64	6.492.571,03	103.199.397,32	233.227.058,55	2.478.979,37	9.333.586,60	1,05%	4,10%	1.965.882,01	9.458.961,70	0,85%	4,21%	97,33%
maio	233.227.058,55	33.807.489,02	137.301.159,66	33.146.651,30	136.346.048,62	236.245.800,17	2.357.903,90	11.691.490,50	0,99%	5,13%	1.593.352,01	11.052.313,70	0,68%	4,92%	104,22%
junho	236.245.800,17	5.603.391,39	142.904.551,05	5.687.024,90	142.033.073,52	238.148.685,54	1.986.518,88	13.678.009,38	0,83%	6,00%	1.561.414,50	12.613.728,20	0,66%	5,62%	106,82%
julho	238.148.685,54	15.421.296,33	158.325.847,38	14.439.436,43	156.472.509,95	241.416.696,81	2.286.151,37	15.964.160,75	0,94%	7,00%	1.629.067,35	14.242.795,55	0,68%	6,34%	110,47%
agosto	241.416.696,81	7.236.255,62	165.562.103,00	11.737.145,58	168.209.655,53	238.900.782,55	1.984.975,70	17.949.136,45	0,81%	7,87%	733.708,02	14.976.503,57	0,31%	6,66%	118,02%
setembro	238.900.782,55	12.445.272,97	178.007.375,97	11.689.877,41	179.899.532,94	241.921.358,57	2.265.180,46	20.214.316,91	0,93%	8,87%	2.162.107,02	17.138.610,59	0,90%	7,63%	116,33%
outubro	241.921.358,57	8.926.183,75	186.933.559,73	10.739.685,46	190.639.218,40	242.597.682,88	2.489.826,02	22.704.142,92	1,01%	9,97%	1.008.821,88	18.147.432,47	0,42%	8,08%	123,44%
novembro	242.597.682,88	0,00	186.933.559,73	0,00	190.639.218,40	242.765.736,61	168.053,73	22.872.196,65	0,07%	10,05%	1.019.282,97	19.166.715,44	0,42%	8,53%	117,77%

Investimentos x Meta de Rentabilidade (Mês a Mês)



Investimentos x Meta de Rentabilidade (Acumulado)



Renda Fixa

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
	NTN-B 760199 20260815 / 1504837	4.402.524,74	0,00	0,00	4.405.133,23	2.608,49	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20260815 / 813216	6.349.558,03	0,00	0,00	6.353.717,42	4.159,39	0,07%	--	--
	NTN-B 760199 20260815 / 954557	5.214.970,90	0,00	0,00	5.219.251,55	4.280,65	0,08%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 782332	5.361.156,45	0,00	0,00	5.364.429,75	3.273,30	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 813217	5.290.291,14	0,00	0,00	5.293.583,60	3.292,46	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20280815 / 954558	5.176.601,34	0,00	0,00	5.180.435,95	3.834,61	0,07%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 782331	5.352.408,35	0,00	0,00	5.355.662,36	3.254,01	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20300815 / 839879	5.347.128,39	0,00	0,00	5.350.311,38	3.182,99	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20350515 / 1295840	2.298.776,55	0,00	0,00	2.300.196,15	1.419,60	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20350515 / 839878	8.542.665,82	0,00	0,00	8.547.760,69	5.094,87	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20400815 / 1187461	11.591.585,59	0,00	0,00	11.598.271,33	6.685,74	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 1387780	4.536.656,82	0,00	0,00	4.539.250,75	2.593,93	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 1475617	2.224.782,83	0,00	0,00	2.226.040,04	1.257,21	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20450515 / 839881	4.274.039,82	0,00	0,00	4.276.596,35	2.556,53	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 1387783	5.523.054,90	0,00	0,00	5.526.210,05	3.155,15	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 1475618	2.224.146,38	0,00	0,00	2.225.407,87	1.261,49	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 839885	3.202.867,72	0,00	0,00	3.204.788,16	1.920,44	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20500815 / 994217	2.526.540,35	0,00	0,00	2.528.232,60	1.692,25	0,07%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 1387784	5.680.105,99	0,00	0,00	5.683.347,25	3.241,26	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 1475619	2.225.321,07	0,00	0,00	2.226.582,24	1.261,17	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 839882	4.603.001,42	0,00	0,00	4.605.753,79	2.752,37	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20550515 / 994218	2.614.770,07	0,00	0,00	2.616.518,52	1.748,45	0,07%	--	--
	NTN-F 950199 20270101 / 940553	10.439.243,27	0,00	0,00	10.450.612,47	11.369,20	0,11%	--	--
	NTN-F 950199 20290101 / 940554	10.415.304,85	0,00	0,00	10.426.709,29	11.404,44	0,11%	--	--
	NTN-F 950199 20310101 / 1017894	4.177.048,03	0,00	0,00	4.181.224,77	4.176,74	0,10%	--	--
	NTN-F 950199 20310101 / 1102179	2.004.111,50	0,00	0,00	2.006.130,34	2.018,84	0,10%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 1504838	2.198.846,74	0,00	0,00	2.200.132,52	1.285,78	0,06%	--	--

	NTN-B 760199 20270515 / 782333	5.365.144,33	0,00	0,00	5.368.418,06	3.273,73	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 813219	3.268.553,51	0,00	0,00	3.270.579,42	2.025,91	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20270515 / 954559	5.186.295,96	0,00	0,00	5.190.229,89	3.933,93	0,08%	--	--
	NTN-B 760199 20320815 / 883914	5.450.480,76	0,00	0,00	5.454.026,82	3.546,06	0,07%	--	--
	NTN-B 760199 20320815 / 920218	5.157.511,37	0,00	0,00	5.161.333,02	3.821,65	0,07%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 1387785	5.524.258,15	0,00	0,00	5.527.409,03	3.150,88	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 1475620	2.228.141,98	0,00	0,00	2.229.403,88	1.261,90	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 839883	3.203.759,19	0,00	0,00	3.205.676,56	1.917,37	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20600815 / 994219	2.525.829,75	0,00	0,00	2.527.524,04	1.694,29	0,07%	--	--
	NTN-B 760199 20330515 / 920219	10.645.886,25	0,00	0,00	10.653.687,43	7.801,18	0,07%	--	--
	NTN-F 950199 20350101 / 994220	2.496.854,66	0,00	0,00	2.499.438,23	2.583,57	0,10%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 782334	5.361.947,29	0,00	0,00	5.365.209,37	3.262,08	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 813220	3.265.553,70	0,00	0,00	3.267.579,67	2.025,97	0,06%	--	--
	NTN-B 760199 20290515 / 839876	2.142.041,75	0,00	0,00	2.143.344,89	1.303,14	0,06%	--	--
10756541000106	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA LONGO PRAZO	1.169.339,60	0,00	0,00	1.168.334,31	-1.005,29	-0,09%	-0,09%	0,45
07861554000122	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B FUNDO DE INVESTIMENTO	1.126.612,90	0,00	0,00	1.126.104,82	-508,08	-0,05%	-0,05%	0,26
13077418000149	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO PERFIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	20.610.552,66	0,00	0,00	20.621.671,04	11.118,38	0,05%	0,05%	0,05
10783480000168	DAYCOVAL CLASSIC FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FIF RENDA FIXA CRÉDITO PRIVADO	4.609.999,92	0,00	0,00	4.612.466,59	2.466,67	0,05%	0,05%	0,05
03737206000197	FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LONGO PRAZO	2.416.409,01	0,00	0,00	2.417.726,31	1.317,30	0,05%	0,05%	0,05
20441483000177	SAFRA EXTRA BANCOS FIC DE FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA CREDITO PRIVADO	4.601.777,78	0,00	0,00	4.606.776,76	4.998,98	0,11%	0,11%	0,05
21838150000149	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RENDA FIXA FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIM	1.465.495,61	0,00	0,00	1.465.484,71	-10,90	0,00%	0,00%	0,10
03399411000190	BRANCO FUNDO DE INVESTIMENTO RENDA FIXA REFERENCIADO DI PREMIUM	8.727.206,57	0,00	0,00	8.736.703,53	9.496,96	0,11%	0,11%	0,05
	Total Renda Fixa	240.347.161,76	0,00	0,00	240.511.418,80	164.257,04	0,07%		

Renda Variável

CNPJ	Ativos Renda Variável	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
08279304000141	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,63%	0,83
Total Renda Variável		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%		

Estruturados

CNPJ	Ativos Estruturados	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
24633818000100	SICREDI - FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO BOLSA AMERICANA LONGO PRAZO	2,250,521,12	0,00	0,00	2,254,317,81	3,796,69	0,17%	0,17%	--
Total Estruturados		2,250,521,12	0,00	0,00	2,254,317,81	3,796,69	0,17%		

ANEXO Nº 3

CNPJ		INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	TIPO	PROCESSO Nº		TERMO Nº	CREDENCIADO	VÁLIDO ATÉ	OBSERVAÇÃO/ PENDÊNCIAS	
03.795.072/0001-60	1	CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO SICREDI	Gestor	722/2025	EDNEIA	008/2025	20/11/2025			ok-qdd
01.181.521/0001-55	2	BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.	Administrador, Custodiante e Distribuidor	723/2025	EDNEIA	009/2025	20/11/2025			ok-qdd
42.040.639/0001-40	3	CAIXA DISTR DE TÍT E VAL MOB S.A - CAIXA DTVM	Gestor	724/2025	EDNEIA	010/2025	20/11/2025			ok-qdd
30.822.936/0001-69	4	BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM S.A.	Gestor e Administrador	725/2025	SERGIO	011/2025	20/11/2025			ok-exaustiva
68.622.174/0001-20	5	ICATU VANGUARDA GESTÃO DE RECURSOS LTDA	Gestor	726/2025	SERGIO	012/2025	20/11/2025			ok-qdd
00.066.670/0001-00	6	BEM DISTR DE TÍT E VAL MOB S.A - BEM DTVM	Administrador	727/2025	SERGIO	013/2025	20/11/2025			ok-qdd
17.203.539/0001-40	7	GRID AGENTE AUTÔNOMO DE INVESTIMENTOS LTDA	Distribuidor - AAI	728/2025	VALDEMIR	014/2025	20/11/2025			ok-qdd
07.078.144/0001-00	8	GUEPARDO INVESTIMENTOS LTDA	Gestor	729/2025	VALDEMIR	015/2025	20/11/2025			ok-qdd
62.232.889/0001-90	9	BANCO DAYCOVAL S/A	Administrador, Custodiante e Distribuidor	730/2025	VALDEMIR	016/2025	20/11/2025			OK-exaustiva
60.701.190/0001-04	10	ITAÚ UNIBANCO S/A	Administrador, Custodiante e Distribuidor	731/2025	JOÃO CONSENTINO	017/2025	20/11/2025			ok-exaustiva
00.360.305/0001-04	11	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Administrador, Custodiante e Distribuidor	732/2025	JOÃO CONSENTINO	018/2025	20/11/2025			ok-exaustiva
35.098.801/0001-16	12	TPE GESTORA DE RECURSOS LTDA	Gestor	733/2025	JOÃO CONSENTINO	019/2025	20/11/2025			ok-qdd
72.027.832/0001-02	13	DAYCOVAL ASSET MANAGEMENT ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS LTDA	Gestor	734/2025	JOÃO DE SOUZA	020/2025	20/11/2025			ok-qdd
10.231.177/0001-52	14	SANTANDER BRASIL GESTÃO DE RECURSOS LTDA	Gestor	735/2025	JOÃO DE SOUZA	021/2025	20/11/2025		QDD	FALTA
90.400.888/0001-42	15	BANCO SANTANDER S/A	Distribuidor	736/2025	JOÃO DE SOUZA	028/2025	20/11/2025		FALENCIA	ok-exaustiva
62.318.407/0001-19	16	S3 CACEIS BRASIL DTVM LTDA	Custodiante	737/2025	CIRONEI	029/2025	20/11/2025		municipal-falencia	
03.502.968/0001-04	17	SANTANDER DTVM S/A	Administrador	738/2025	CIRONEI	030/2025	20/11/2025			ok-exaustiva

ANEXO Nº 4



Relatório Macroeconômico

3º Trimestre 2025

Eventos Relevantes de 2025

Janeiro

20/01 Posse de Donald Trump
29/01 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs
29/01 Manutenção de juros do Fed

Fevereiro

01/02 Eleição dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado (Brasil)
23/02 Eleições na Alemanha

Março

05/03 *National People's Congress* (NPC) dará início à 3ª sessão anual na China.
07/03 PIB do 4º Trimestre de 2024 (Brasil).
19/03 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 100pbs.
20/03 1º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Aprovação do Orçamento de 2025 (Brasil);
Orçamento chinês para 2025;
Negociações salariais do Shunto japonês;
Prazo final para o projeto de lei de dotações nos EUA;
Reforma Ministerial (Brasil).

Abril

02/04 Entrega de estudos sobre comércio exterior pelo governo de Donald Trump (EUA).
15/04 Envio da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 para o Congresso e das Metas Primárias (Brasil).
Mudança no governo francês?

Maiο

07/05 Reunião do FOMC, manutenção dos juros em 4,5%. Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = + 50pbs.
20/05 2º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/05 PIB do 1º Trimestre de 2025 (Brasil).

Junho

01/06 Eleição extraordinária do poder judiciário do México.
05/06 ECB encerra o ciclo de cortes de juros com taxa de 2,00% a/a.
18/06 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = alta da Selic para 15,00% a.a.

Julho

15/07 – 31/07 Recesso Parlamentar no Brasil.
21/07 3º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).
30/07 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
30/07 FOMC manutenção dos juros em 4,5%.

Agosto

06/08 Início das tarifas de 50% sobre produtos brasileiros.
31/08 Envio do Orçamento 2026 para o Congresso.
Prazo limite para definir a extensão do Teto da Dívida - EUA.

Setembro

02/09 PIB do 2º Trimestre de 2025 (Brasil).
17/09 Reunião do Copom para decisão de juros.
Expectativa = manutenção da Selic em 15,00% a.a.
17/09 FOMC. Expectativa = -25pbs.
23/09 4º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil).

Outubro

26/10 Eleição legislativa da Argentina.
29/10 Decisão de juros FOMC. Expectativa = manutenção dos juros no intervalo entre 4,00% e 4,25%.

Novembro

05/11 Decisão de juros COPOM. Expectativa = manutenção da Selic em 15%.
25/11 5º Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (Brasil);
Primeiro turno das eleições chilenas.

Dezembro

04/12 PIB do 3º Trimestre de 2025 (Brasil).
10/12 Decisão de juros COPOM. Expectativa = -50pbs.
10/12 Decisão de juros FOMC. Expectativa = -25bps.
10/12 Limite para aprovação do Orçamento 2026 (Brasil);
2ª quinzena Recesso Parlamentar (Brasil).
31/12 A Lei de Cortes de Impostos e Emprego de 2017 expira (prazo para acordo orçamentário) nos EUA.

Global: transição para novo equilíbrio e fim da expansão

A economia global manteve-se resiliente ao longo do terceiro trimestre, ainda que abaixo da tendência de longo prazo, com crescimento anualizado estimado em 1,7%. O cenário foi marcado por uma transição para um novo equilíbrio, moldado pela recomposição das cadeias produtivas, realinhamentos geopolíticos e normalização das condições financeiras. A inflação apresentou comportamento heterogêneo: enquanto o núcleo inflacionário acelerou nos EUA, refletindo os efeitos das tarifas e da inflação de serviços, outras regiões, como a Europa, registraram arrefecimento, favorecidas pela queda nos preços de serviços. A crescente dependência de dados na condução da política monetária contribuiu para a manutenção da volatilidade nos mercados.

Estados Unidos: Choque Tarifário, Inflação e Dilema Monetário

Durante o terceiro trimestre de 2025, a economia norte-americana enfrentou uma combinação complexa de desafios, marcada por pressões inflacionárias persistentes, deterioração do mercado de trabalho e incertezas políticas e institucionais.

O trimestre começou com a imposição de novas tarifas sobre importações de 66 países, elevando a tarifa efetiva nos EUA para mais de 15% em julho e superando 16% em setembro. O Brasil foi particularmente afetado, com alíquotas de até 50%, embora mais de 600 produtos tenham sido excluídos, suavizando o impacto. Esse choque tarifário funcionou como um choque de oferta negativo, com repasses já visíveis nos índices de preços, especialmente em bens duráveis e serviços. O núcleo do PCE acumulou alta de 2,9% em 12 meses até julho, e os índices de difusão indicaram pressões inflacionárias disseminadas.

Ao longo do trimestre, o mercado de trabalho deu sinais claros de enfraquecimento. A criação média de vagas caiu drasticamente, com demissões líquidas registradas em setembro. A taxa de desemprego subiu de 4,1% em julho para 4,3% em setembro. Revisões nos dados históricos retiraram mais de 900 mil empregos do balanço até março, evidenciando uma desaceleração mais profunda do que inicialmente estimada.

Apesar da fragilidade no emprego, os dados de atividade mostraram resiliência. O PIB cresceu 3,8% no segundo trimestre, impulsionado pelo consumo, e os PMIs indicaram expansão. No entanto, os sinais de alta frequência foram mistos, com divergências entre os dados de habitação e emprego.

Diante da inflação elevada e do enfraquecimento do mercado de trabalho, o Federal Reserve iniciou um ciclo de afrouxamento monetário com um corte de 25 pontos-base em setembro. O mercado projeta mais um corte na reunião de outubro ou dezembro. O dilema do Fed é claro: equilibrar o combate à inflação com a necessidade de preservar a robustez do emprego.

O trimestre também foi marcado por incertezas institucionais. O dólar seguiu em trajetória de enfraquecimento frente às principais moedas, refletindo preocupações com a atuação da administração atual em temas como comércio, imigração (com novas taxas e exigências para vistos H-1B), política fiscal e geopolítica. Um possível shutdown prolongado do governo representa risco adicional, podendo atrasar a divulgação de dados econômicos e afetar o crescimento.

Zona do Euro: Estabilidade Monetária e Crescimento Moderado

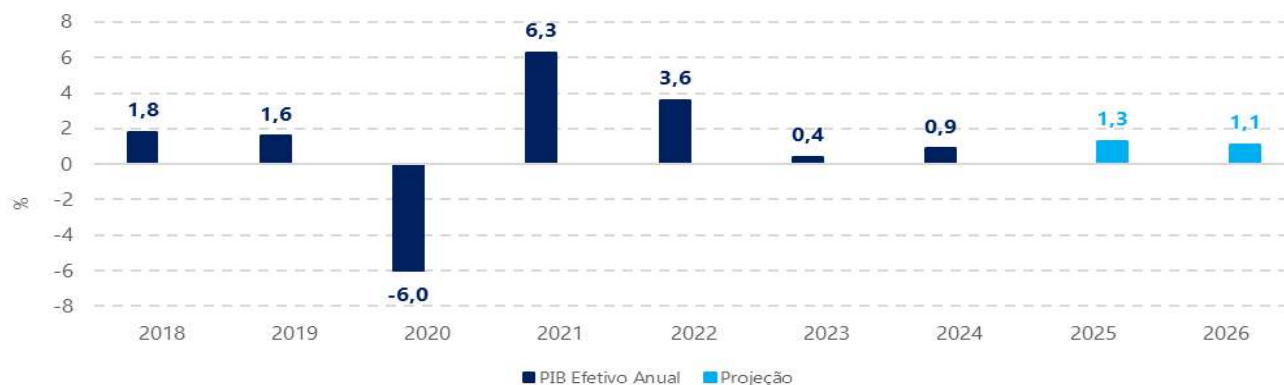
Durante o terceiro trimestre de 2025, a Zona do Euro apresentou sinais de resiliência econômica, com inflação convergindo à meta, crescimento moderado e estabilidade na política monetária, mesmo diante de incertezas globais e desafios estruturais.

O Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa básica de juros em 2% ao longo do trimestre, sinalizando que a política monetária está adequada para equilibrar os riscos de inflação e atividade. A inflação atingiu a meta em julho e permaneceu próxima disso nos meses seguintes. O BCE reforçou sua abordagem dependente de dados, indicando que cortes de juros só devem ocorrer a partir do primeiro semestre de 2026.

A inflação mostrou leve oscilação, com alta pontual em agosto (2,1% a/a), puxada por menor queda nos preços de energia. O mercado de trabalho permaneceu aquecido, com desemprego historicamente baixo e renda real em alta, sustentando o consumo. Esse cenário contribuiu para a manutenção da política monetária, com o BCE confortável em aguardar sinais mais claros de desaceleração inflacionária.

A economia da Zona do Euro deve crescer cerca de 1% no curto prazo, ritmo semelhante ao período pré-pandemia. A composição do crescimento é heterogênea: Alemanha mais fraca, enquanto Espanha e outros países apresentam desempenho mais robusto. A produtividade começou a avançar, compensando a desaceleração na força de trabalho, e o apoio fiscal alemão e a execução dos recursos do plano NextGenerationEU devem sustentar o investimento e o crescimento até 2026.

Gráfico 3: PIB (a/a)



Fonte: Bloomberg. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

O principal desafio estrutural é demográfico: mesmo com alta imigração, a população em idade ativa tende a cair, exigindo ganhos sustentados de produtividade para manter o dinamismo econômico. No campo político, a possível derrota do premiê francês Bayrou em setembro pode gerar ruído, mas não deve alterar a trajetória fiscal, dada a adesão dos principais partidos às regras europeias.

China: Crescimento Resiliente com Sinais de Moderação e Deflação

Durante o terceiro trimestre de 2025, a economia chinesa manteve uma trajetória de crescimento sólido, mas com sinais crescentes de moderação no ritmo de expansão e preocupações com deflação, que podem impactar o desempenho nos próximos trimestres.

O PIB cresceu 5,2% no segundo trimestre, superando expectativas e mantendo-se em linha com a meta anual do governo. O crescimento foi sustentado por consumo das famílias e investimentos, com contribuição positiva do setor externo. No entanto, projeções para o segundo semestre indicam desaceleração, com estimativas de crescimento em torno de 4,8% nos terceiro e quarto trimestres, segundo modelos de nowcasting.

Gráfico 4: Nowcast do PIB



Fonte: CEIC. Elaboração: Área econômica do grupo da i9.

A deflação emergiu como o principal risco de curto prazo. Em agosto, os índices de preços ao consumidor (-0,4% a/a) e ao produtor (-2,9% a/a) mostraram quedas significativas. Embora isso alivie custos, também comprime margens, reduz renda real e desestimula investimentos. Estima-se que a deflação possa reduzir o crescimento do PIB entre 0,5% e 1,0% neste ano.

Enquanto setores ligados à mineração enfrentam pressão, os segmentos apoiados por políticas públicas apresentaram desempenho mais robusto. As exportações mantiveram crescimento anual em agosto, com destaque para mercados fora dos EUA, como Europa e Ásia emergente.

O Banco Central Chinês manteve as taxas de juros básicas (3,0% para 1 ano e 3,5% para 5 anos), optando por medidas seletivas em vez de estímulos amplos. Entre elas, destacam-se ações contra competição predatória ("anti-involution") e antecipação parcial da cota de títulos locais de 2026 para ativar o consumo. Essas medidas visam sustentar o crescimento em torno de 5% até 2026.

Apesar de lucros industriais ainda negativos em termos anuais, houve melhora em relação ao início do verão, sugerindo recomposição gradual de margens. Isso pode indicar uma estabilização parcial da atividade empresarial, mesmo diante de desafios estruturais.

Brasil: Fim do Ciclo de Alta, Demanda Fraca e Política Monetária Rígida

Durante o terceiro trimestre de 2025, o Brasil entrou em uma fase de transição monetária, com o fim do ciclo de alta da Selic, mas ainda sob uma postura contracionista do Banco Central. A atividade econômica mostrou sinais de desaceleração, especialmente na demanda doméstica, enquanto o cenário fiscal e inflacionário exigiu cautela das autoridades.

O Banco Central manteve a Selic em 15% a.a. ao longo do trimestre, encerrando o ciclo de alta. No entanto, adotou um tom duro, indicando que os juros permanecerão elevados por um período prolongado e que está pronto para retomar o aperto se necessário. A taxa real ex-ante próxima de 9,5% está bem acima do juro neutro estimado, favorecendo o processo de desinflação.

Apesar da deflação pontual registrada no IPCA-15 de agosto (-0,14% m/m), influenciada por fatores temporários como o crédito de Itaipu, a inflação de serviços permaneceu pressionada. A desaceleração da atividade foi evidente: o crescimento do PIB caiu de 1,3% no primeiro trimestre para 0,4% no segundo. Setores como comércio varejista, indústria de transformação e construção civil foram os mais afetados.

O Banco Central manteve suas projeções de inflação praticamente inalteradas, com IPCA estimado em 4,8% para 2025 e convergência gradual à meta de 3% até 2028. A expectativa é de início do ciclo de cortes entre o final de 2025 e começo de 2026, com redução de 50 pontos-base, levando a Selic a 14,5%.

O governo apresentou o Projeto de Lei Orçamentária de 2026, com meta de superávit primário de 0,25% do PIB. As receitas foram consideradas otimistas e as despesas subestimadas pelo mercado. Em setembro, o governo elevou bloqueios de despesas para R\$ 12,1 bilhões, sem contingenciamento formal, mas com risco de revisão em novembro. A proposta de isenção de IR até R\$ 5 mil/mês, compensada por alíquota de 10% sobre rendimentos acima de R\$ 50 mil/mês, tende a ser neutra para os mercados.

As tarifas impostas pelos EUA ao Brasil devem ter impacto macroeconômico limitado, dada a baixa abertura comercial do país. No entanto, efeitos setoriais são esperados, com possibilidade de redirecionamento de commodities para outros mercados ou absorção interna, o que pode ajudar a conter a inflação no curto prazo.

América Latina

CHILE: O Banco Central do Chile iniciou o trimestre com um corte de juros, mas manteve a taxa em 4,75% nas reuniões seguintes, diante da persistência da inflação, especialmente no núcleo, e da incerteza externa causada pelas tarifas dos EUA. A atividade econômica mostrou resiliência, com crescimento de 3,1% a/a no segundo trimestre, impulsionada por investimentos e consumo de serviços. A troca do ministro da Fazenda, com a saída de Mario Marcel e entrada de Nicolás Grau, gerou atenção política, mas a expectativa é de continuidade na política fiscal. O BCCH adotou postura cautelosa, aguardando mais dados antes de retomar os cortes.

COLÔMBIA: O Banco Central da Colômbia manteve a taxa de juros em 9,25% ao longo do trimestre, refletindo preocupações com a inflação, que voltou a subir em agosto e setembro, atingindo 5,1% a/a. As expectativas inflacionárias para 2025 e 2026 também aumentaram, reforçando a postura conservadora da autoridade monetária. Apesar disso, a atividade econômica se manteve firme, com crescimento de 2,5% no segundo trimestre, sustentado pela demanda interna. A combinação de inflação persistente e crescimento resiliente deve manter os juros elevados no curto prazo.

MÉXICO: O Banco Central do México (Banxico) iniciou um ciclo de flexibilização monetária, com cortes de 25 pontos-base em julho e setembro, levando a taxa para 7,50%. A decisão foi sustentada pela desaceleração da inflação cheia, que surpreendeu com queda em agosto, e pela moderação da atividade econômica no início do terceiro trimestre. Embora a inflação subjacente tenha sido revisada para cima, o cenário geral favorece novos cortes. O Banxico sinalizou que a combinação de câmbio apreciado, menor dinamismo econômico e estabilidade nos preços abre espaço para mais flexibilizações nos próximos meses.

Tabela 1: Indicadores Financeiros (janelas acumuladas até setembro de 2025)

ÍNDICES	TRIMESTRE	ANO	12 M	24 M	36 M	48 M	60 M
CDI	3,70%	10,35%	13,30%	25,82%	42,74%	58,29%	63,02%
IMA-S	3,75%	10,54%	13,52%	26,29%	43,59%	59,93%	65,08%
IDA-DI (CRÉDITO PRIVADO)	3,76%	12,21%	14,10%	30,65%	47,42%	66,52%	77,45%
IMA-B	0,57%	9,42%	5,89%	11,83%	24,18%	33,18%	39,45%
IRF-M	3,24%	14,36%	12,11%	21,58%	38,08%	49,14%	47,63%
DÓLAR	-2,54%	-14,11%	-2,38%	6,21%	-1,63%	-2,22%	-5,71%
IBOVESPA (AÇÕES BRASIL)	5,32%	21,58%	10,94%	25,46%	32,90%	31,77%	54,58%
MSCI WORLD (AÇÕES GLOBAIS)	4,25%	-0,24%	12,93%	60,32%	78,11%	40,06%	71,54%
NASDAQ (AÇÕES EUA COM FOCO EM TECNOLOGIA)	6,06%	0,79%	21,62%	82,06%	110,78%	53,35%	91,32%
S&P 500	5,06%	-2,33%	13,31%	65,67%	83,50%	51,82%	87,53%
MSCI WORLD (Moeda original)	6,96%	16,15%	15,68%	50,94%	81,06%	43,24%	81,93%
NASDAQ (Moeda original)	8,82%	17,34%	24,58%	71,42%	114,27%	56,83%	102,91%
S&P 500 (Moeda original)	7,79%	13,72%	16,07%	55,98%	86,54%	55,27%	98,88%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

Tabela 2: Indicadores Financeiros (janelas mensais - últimos 12 meses)

	2024			2025								
	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
CDI	0,93%	0,79%	0,93%	1,01%	0,99%	0,96%	1,06%	1,14%	1,10%	1,28%	1,16%	1,22%
Dólar	6,05%	4,77%	2,29%	-5,85%	0,32%	-1,82%	-1,42%	0,85%	-4,41%	2,66%	-3,14%	-1,99%
Ibovespa	-1,60%	-3,12%	-4,28%	4,86%	-2,64%	6,08%	3,69%	1,45%	1,33%	-4,17%	6,28%	3,40%
IDA-DI	0,91%	0,87%	-0,10%	1,58%	1,29%	1,26%	1,18%	1,38%	1,19%	1,42%	1,10%	1,19%
IMA-B	-0,65%	0,02%	-2,62%	1,07%	0,50%	1,84%	2,09%	1,70%	1,30%	-0,79%	0,84%	0,54%
IMA-S	0,98%	0,83%	0,86%	1,10%	0,99%	0,96%	1,05%	1,16%	1,11%	1,30%	1,17%	1,24%
IRF-M	0,21%	-0,52%	-1,66%	2,58%	0,61%	1,39%	2,99%	1,00%	1,78%	0,29%	1,66%	1,26%
MSCI World	3,89%	9,45%	-0,45%	-2,58%	-0,50%	-6,38%	-0,69%	6,58%	-0,38%	3,92%	-0,72%	1,04%
MSCI World (M. Original)	-2,04%	4,47%	-2,69%	3,47%	-0,81%	-4,64%	0,74%	5,69%	4,22%	1,23%	2,49%	3,09%
NASDAQ	5,15%	10,25%	2,69%	-3,76%	-2,45%	-9,37%	0,08%	9,97%	1,59%	5,10%	-2,31%	3,31%
NASDAQ (M. Original)	-0,85%	5,23%	0,39%	2,22%	-2,76%	-7,69%	1,52%	9,04%	6,27%	2,38%	0,85%	5,40%
S&P 500	5,00%	10,77%	-0,26%	-3,31%	-1,11%	-7,47%	-2,17%	7,05%	0,33%	4,88%	-1,29%	1,48%
S&P 500 (M. Original)	-0,99%	5,73%	-2,50%	2,70%	-1,42%	-5,75%	-0,76%	6,15%	4,96%	2,17%	1,91%	3,53%

Fonte: Quantum. Elaboração: Backoffice i9.

DISCLAIMER

A presente Nota Macroeconômica ("Nota") foi elaborada pelo economista-chefe da i9 Advisory e não se configura como um relatório de análise para fins de Resolução CVM nº 20, de 25 de fevereiro de 2021. Neste sentido, a Nota reflete única e exclusivamente as opiniões do economista-chefe em relação ao conteúdo apresentado.

O objetivo meramente informativo da Nota não deverá ser interpretado como uma oferta ou solicitação de oferta para aquisição de valores mobiliários ou a venda de qualquer instrumento financeiro. Este material não leva em consideração os objetivos, planejamento estratégico, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor em particular.

Destacamos que as informações contidas na Nota foram obtidas por meio de fontes públicas consideradas seguras e confiáveis na data em que o material foi divulgado. Entretanto, apesar da diligência na obtenção das informações apresentadas, as projeções e estimativas contidas na Nota não devem ser interpretadas como garantia de performance futura pois estão sujeitas a riscos e incertezas que podem ou não se concretizar. Neste sentido, não apresentamos nenhuma garantia acerca da confiabilidade, exatidão, integridade ou completude (expressas ou não) dessas mesmas informações abordadas.

A i9 Advisory não se obriga em publicar qualquer revisão ou atualizar referidas projeções e estimativas frente a eventos ou circunstâncias que venham a ocorrer após a data deste documento. Ademais, ao acessar o presente material, o interessado compreende dos riscos relativos ao cenário macroeconômico abordado nesta Nota.

Por último, a i9 Advisory e/ou qualquer outra empresa de seu grupo econômico não se responsabiliza por qualquer decisão do investidor que forem tomados com base nas informações aqui divulgadas, nem por ato praticado por profissionais por ele consultados e tampouco pela publicação acidental de informações incorretas. A i9Advisory informa que potenciais investidores devem buscar aconselhamento financeiro profissional sobre a adequação do investimento em valores mobiliários ou outros investimentos e estratégias discutidas

ANEXO Nº 5

Crédito (set/25): Endividamento avança em meio a política monetária contracionista

▪ Em setembro, o saldo das operações de crédito registrou alta de 10,1% a/a, desacelerando em relação à leitura do mês imediatamente anterior (10,4% a/a), de modo que, o volume de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN) avançou para R\$ 6,84 tri (ante R\$ 6,77 tri). Esse resultado é derivado da expansão de 11,0% a/a da carteira de pessoas físicas e de 8,7% a/a no saldo das pessoas jurídicas. Em relação às modalidades de crédito, houve alta de 8,7% a/a na carteira de crédito livre e de 12,0% a/a na carteira de crédito direcionado, ambas desacelerando em relação à leitura do mês imediatamente anterior de altas de 9,1% a/a e 12,1% a/a, respectivamente.

▪ As concessões, na série com ajuste sazonal, apresentaram alta de 1,2% m/m em setembro, ante expansão de 0,6% m/m em agosto, refletindo uma expansão mais significativa das concessões de crédito direcionado (6,8% m/m), ao passo em que na modalidade de crédito livre as concessões ficaram próximas à estabilidade (0,1% m/m). Com isso, a média móvel trimestral saiu de -0,9% para 0,4%, abandonando uma sequência de 3 recuos consecutivos nesta métrica. Entretanto, avaliamos que o desempenho mais positivo no mês não sugere uma inflexão na tendência de arrefecimento das concessões frente a uma política monetária mais contracionista, posto que a expansão observada no mês foi puxada pela alta na modalidade de crédito direcionado. Dessa forma, entendemos que os dados divulgados hoje corroboram a nossa expectativa de que o processo de arrefecimento da economia ocorrerá de maneira gradual, sem que haja uma desaceleração mais significativa do crédito.

▪ Para as pessoas físicas, as concessões livres, registraram expansão de 11,4% a/a em setembro, acelerando em relação aos 12,3% a/a registrados no mês imediatamente anterior. Os principais destaques ficaram por conta dos desempenhos observados nas concessões de crédito consignado privado (+266,9% a/a), que vem se acelerando nos últimos meses, em linha com a entrada em vigor da MP 1292/25 do consignado privado para celetistas; crédito pessoal não consignado (22,3% a/a); aquisição de veículos (13,1% a/a); e cartão de crédito (11,2% a/a), refletindo principalmente a alta de 29,4% a/a na modalidade parcelada, ao passo em que as modalidades de rotativo e à vista registraram expansões de 10,7% a/a e 10,1% a/a, respectivamente. Na ponta negativa, a principal baixa foi observada nas concessões de crédito consignado para beneficiários do INSS (-34,9% a/a).

▪ Já no crédito livre para as pessoas jurídicas, as concessões registraram alta de 3,5% a/a em setembro, após recuo de 3,4% a/a em agosto. Os principais destaques positivos ficaram por conta das altas observadas nas concessões de cheque especial (14,1% a/a); antecipação de faturas (11,0% a/a); conta garantida (10,9% a/a); capital de giro (9,6% a/a); e cartão de crédito (8,4% a/a). Na ponta negativa, os principais recuos ficaram por conta das modalidades de adiantamento sobre contrato de câmbio (-9,0%); desconto de duplicatas (-7,6% a/a); e comprar (-9,8% a/a).

▪ A taxa média de juros das operações de crédito recuou 0,4 p.p. para 31,3% a.a., retornando para o menor nível observado desde mar/25 (31,2% a.a.). Esse movimento foi derivado da combinação entre as baixas de 0,8 p.p. na taxa média cobrada de pessoas jurídicas (20,7% a.a.), em função do recuo de 0,4 p.p. na taxa de juro média cobrada sobre o crédito livre (24,5% a.a.) e o recuo de 1,6 p.p. na taxa cobrada no crédito direcionado (12,0% a.a.), e do recuo de 0,1 p.p. na taxa cobrada para pessoas físicas (36,2% a.a.), refletindo os recuos de 0,1 p.p. e 0,2 p.p. nas taxas cobradas na modalidade de crédito livre (58,2% a.a.) e crédito direcionado (10,9% a.a.), respectivamente.

Equipe Macro:

José Márcio Camargo

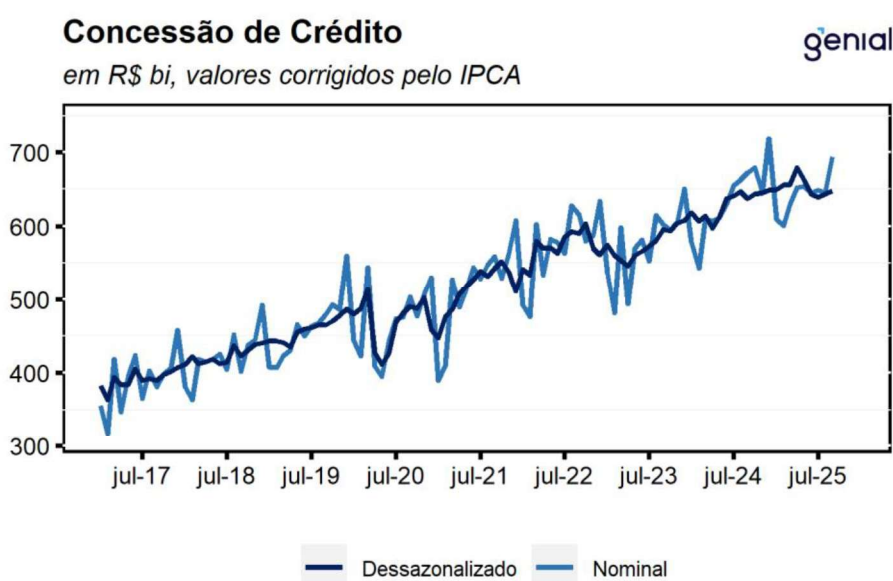
Yihao Lin

Lucas Farina

Gabriel Pestana

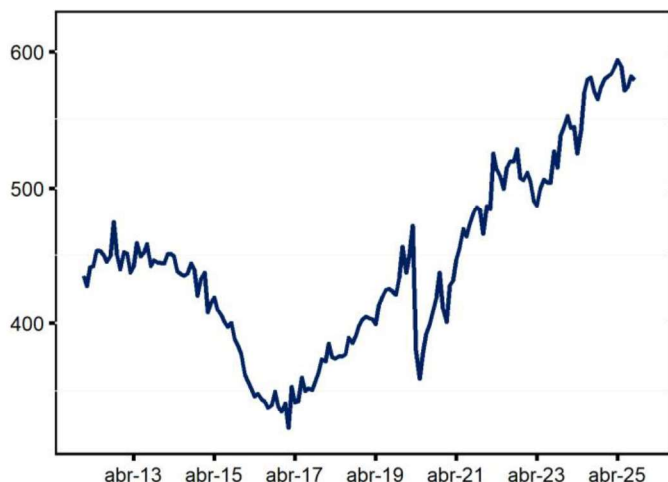
Sarah Lattouf

- Em um contexto marcado por uma taxa de juros significativamente contracionista, as taxas de inadimplência (atrasos superiores a 90 dias) seguem se sustentando em um patamar historicamente elevado. No crédito livre, a estabilidade observada na inadimplência para pessoas físicas (6,7%) foi compensada pelo recuo de 0,1 p.p. na inadimplência para pessoas jurídicas (3,2%), de modo que, a inadimplência do crédito livre recuou 0,1 p.p. para 5,3%. Em relação ao endividamento das famílias, esta registrou altas de 0,4 p.p. na margem e de 0,8 p.p. em doze meses, alcançando o patamar de 48,9% no mês de agosto. Em movimento semelhante, o comprometimento da renda avançou 0,6 p.p. e subiu 1,2 p.p. em doze meses, alcançando o nível de 28,5% no mesmo período.
- De modo geral, os dados de crédito divulgados hoje são compatíveis com o atual estágio de aperto monetário, com elevação dos níveis de comprometimento da renda e endividamento das famílias e de um arrefecimento nas concessões de crédito livre. No caso das famílias, cabe destacar o forte avanço da modalidade do consignado privado, que segue ganhando tração ao longo dos últimos meses e pode favorecer uma desaceleração mais gradual das concessões ao longo das próximas leituras. Ainda assim, a deterioração das perspectivas para a economia, captada pelas sondagens setoriais, tende a seguir pressionando o ritmo de novas operações de crédito. Esse movimento deve ser parcialmente compensado pela resiliência do mercado de trabalho, que limita, ainda que de forma parcial, os efeitos da política monetária contracionista sobre os principais indicadores de crédito.



Concessão de crédito - Livre

em R\$ bi, valores corrigidos pelo IPCA
série dessazonalizada

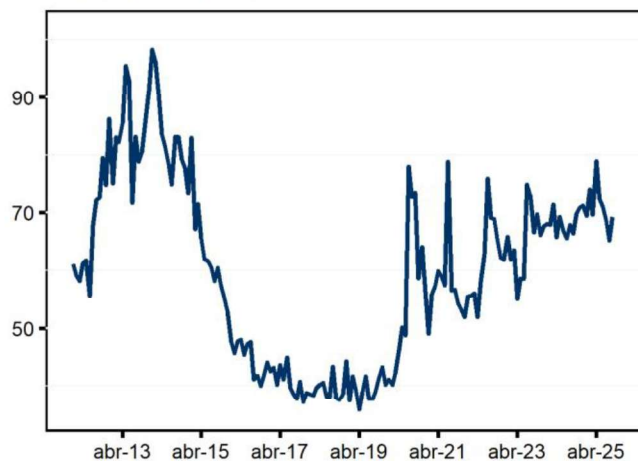


Fonte: BCB

Concessão de crédito - Direcionado

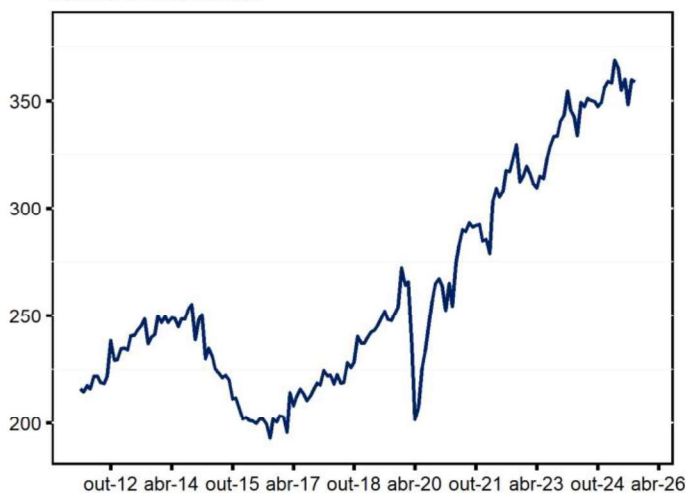
em R\$ bi, valores corrigidos pelo IPCA
série dessazonalizada

genial



Concessão de crédito - Pessoa Física

em R\$ bi, valores corrigidos pelo IPCA
série dessazonalizada

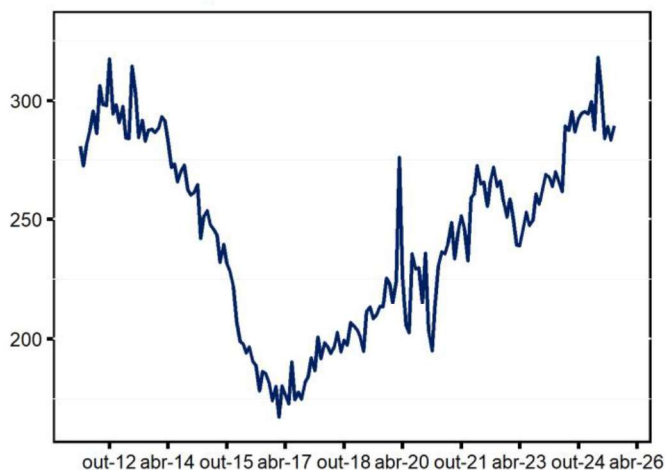


Fonte: BCB

Concessão de crédito - Pessoa Jurídica

em R\$ bi, valores corrigidos pelo IPCA
série dessazonalizada

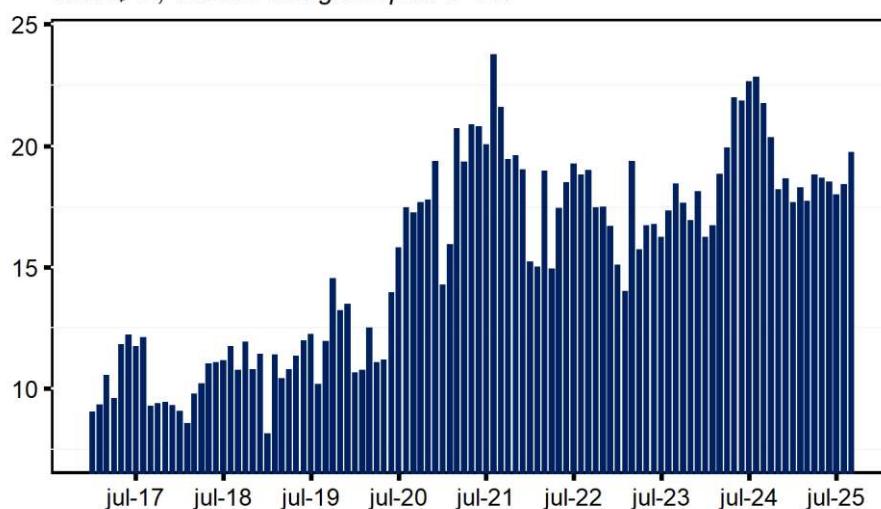
genial



Crédito Imobiliário - Pessoa Física

em R\$ bi, valores corrigidos pelo IPCA

genial



Fonte: BCB

Saldo de Crédito - Pessoa Jurídica

em R\$ bilhões

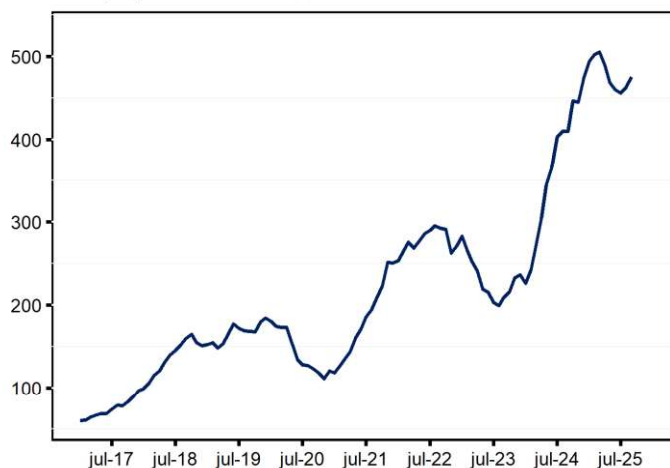
genial



Fonte: BCB

Emissão de Debêntures

em R\$ bi, acumulado em 12 meses

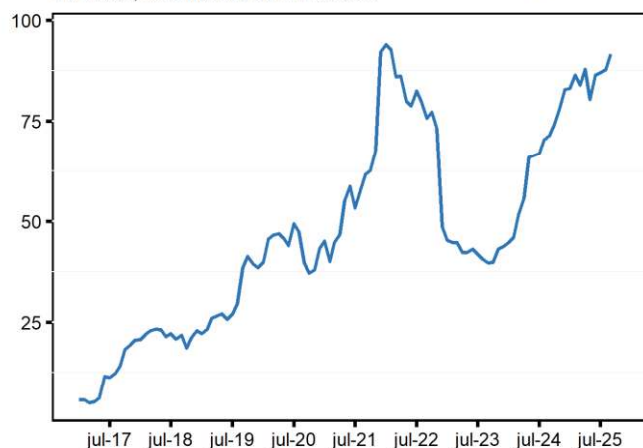


Fonte: ANBIMA

Emissão de Renda Fixa

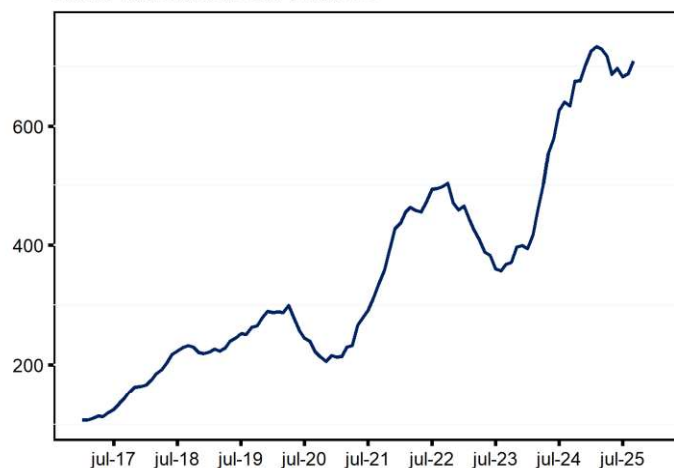
em R\$ bi, acumulado em 12 meses

genial



Emissão de Ações (IPO e Follow on)

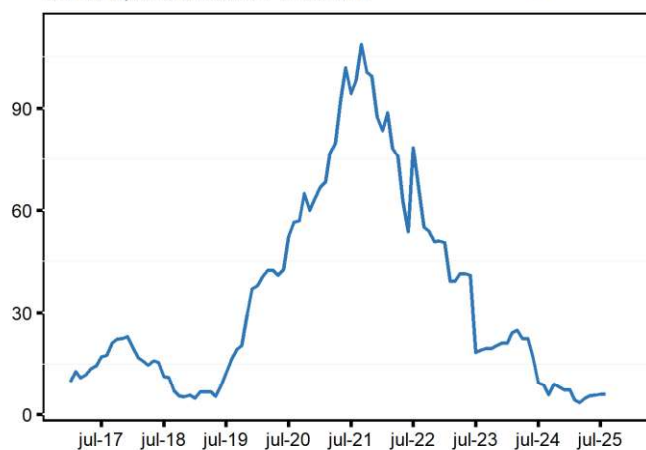
em R\$ bi, acumulado em 12 meses



Fonte: ANBIMA

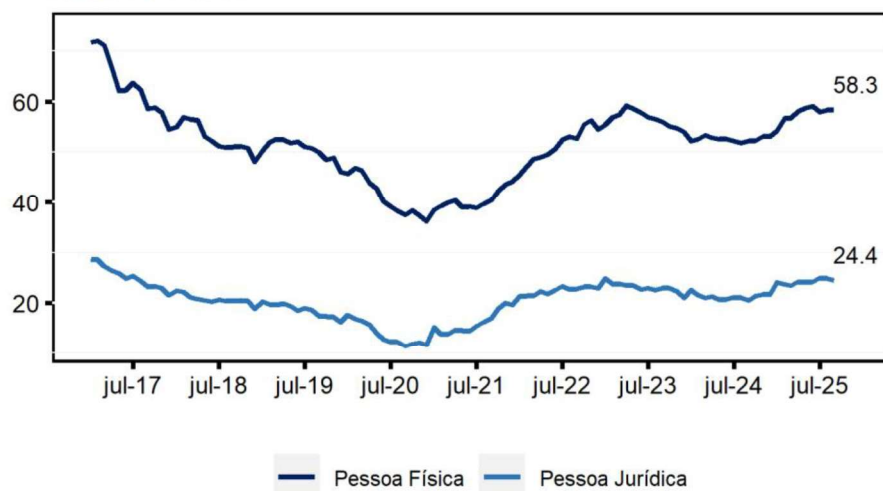
Emissão de Fundos Imobiliários

em R\$ bi, acumulado em 12 meses



Taxas de Juros (%) - PF e PJ

Recursos Livres

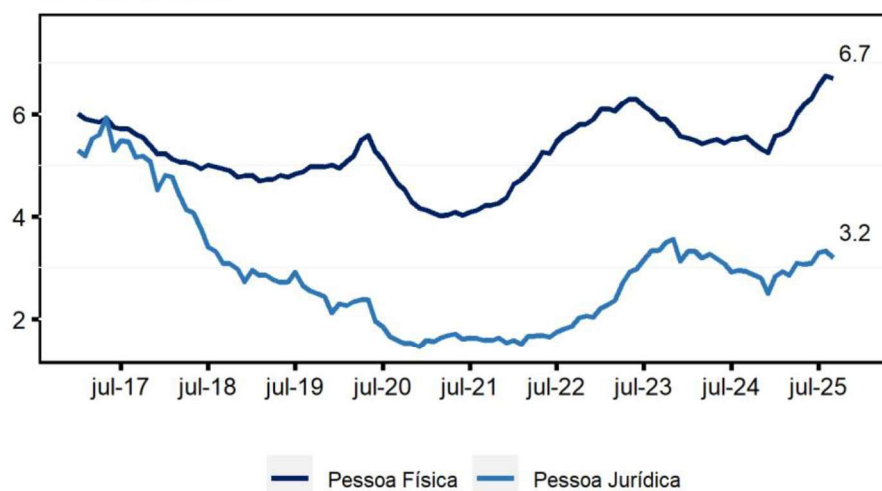


Fonte: BCB

Taxa de Inadimplência - PF e PJ

Recursos Livres

genial

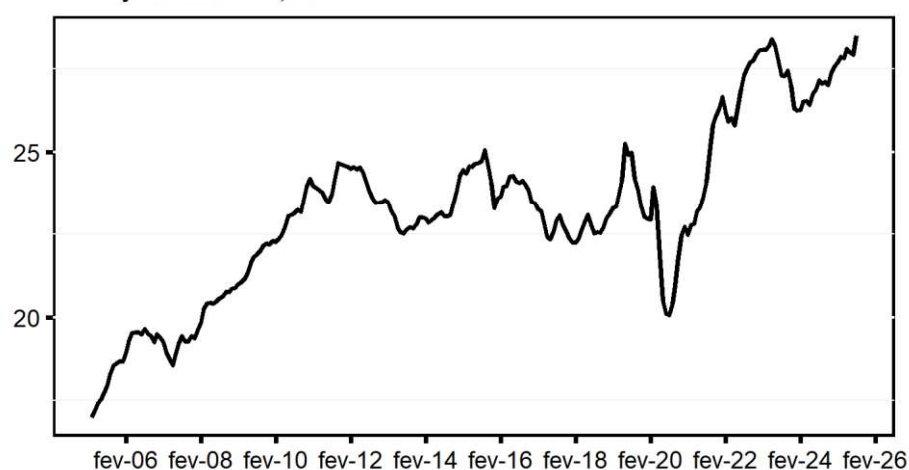


Fonte: BCB

Comprometimento da renda familiar com o serviço da dívida com o SFN

com ajuste sazonal, %

genial



Fonte: BCB

Para acessar nossas análises e projeções visite nosso site:

<https://analisa.genialinvestimentos.com.br/macroeconomia-brasil>

Disclaimer:

Este material foi preparado pela Genial Investimentos C.V. S.A (“GENIAL”) e possui propósito meramente explicativo. O conteúdo apresentado não se trata de recomendação, indicação e/ou aconselhamento de investimento, sendo única e exclusiva responsabilidade do investidor a tomada de decisão. É recomendável que os investidores busquem aconselhamento profissional antes de investir. As informações aqui apresentadas podem variar de acordo com o mercado e a GENIAL não garante a veracidade, precisão e amplitude das informações prestadas. Esta instituição é aderente ao código ANBIMA de regulação e melhores práticas para atividade de distribuição de produtos de investimento no varejo. Ouvidoria: 0800 605 8888.

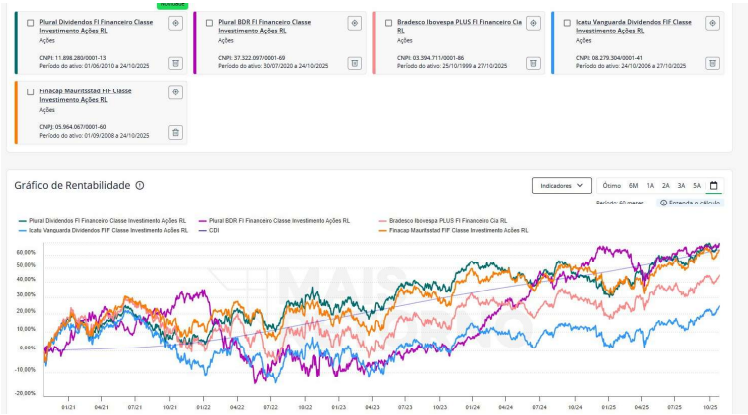
adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br

De: Ony Coutinho <ony@ocinvestimentos.com.br>
Enviado em: quarta-feira, 29 de outubro de 2025 14:14
Para: adm_financeiro@saojoaoprev.sp.gov.br; investimentos@saojoaoprev.sp.gov.br
Assunto: Comparativo FIAs - Rentabilidade 60 meses (OC Investimentos)

Edneia,

Pesquisei sua carteira de FIAs e comparei com a rentabilidade dos 3 fundos de investimentos que assessoramos nossos clientes (Plural Dividendos FIA, Plural BDR e o Finacap Mauritsstad FIA). Fundos que complementaríamos qualitativamente a gestão do RPPS dado o histórico, bom risco x retorno, inclusive vencendo do CDI em 60 meses.

OBS: Rentabilidade passada não é garantia de futura. E este e-mail não é uma recomendação de investimento.



Ony Coutinho

Certificação ANBIMA CPA 20

21 99218-6531

Rio de Janeiro – RJ



www.ocinvestimentos.com.br Ouvidoria: 0800-605-8888

Este e-mail e seus anexos, se houver, podem conter: (i) dados pessoais e/ou dados sensíveis, (ii) informações confidenciais e/ou protegidas por sigilo. Caso você tenha recebido este e-mail por engano, destrua-o imediatamente, juntamente com quaisquer cópias e anexos, e notifique o remetente prontamente. É expressamente vedada a cópia, reprodução, distribuição, uso ou tratamento das informações aqui contidas, salvo mediante expressa autorização do remetente. Se autorizado o tratamento de dados pessoais ou sensíveis, o agente de tratamento deverá observar estritamente as disposições do remetente deste e-mail e, em caso de irregularidade do tratamento, ficará sujeito às sanções previstas na Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD). / This email and its attachments may contain: (i) personal and/or sensitive data, (ii) confidential information and/or information covered by confidentiality. If you have received this email by mistake, please destroy it, as well as any copies and attachments, and notify the sender immediately. Any copy, reproduction, distribution, use or processing of the information contained herein is strictly forbidden, unless expressly authorized by the sender. If the processing of personal or sensitive data is authorized, the processing agent must strictly observe the provisions of the sender in this email and, in case of irregularity in the data processing, will be submitted to the penalties provided for in Brazilian Law n. 13.709/18 (Brazilian General Data Protection Law- LGPD)

ANEXO Nº 6

PUBLICIDADE



Valor One

Ibovespa bate recorde histórico e já sobe o dobro da Selic no ano; acompanhe o mercado[Acesse gratuitamente →](#)

EM ALTA

MERCADOS AO VIVO

CAIXA ASSET E O MASTER

DOMÍNIO DO DÓLAR SOB DÚVIDA

BC ISOLADO

Juros futuros anotam queda após melhora na reta final do pregão

A taxa do DI com vencimento para janeiro de 2027 anotou queda de 13,885%, do ajuste anterior, a 13,865% e a do DI para janeiro de 2031 recuou de 13,43% para 13,405%

Por **Gabriel Caldeira**, Valor — São Paulo

23/10/2025 18h23 · Atualizado agora

[Presentear matéria](#)

Os **juros futuros** encerraram em leve queda nesta quinta-feira (23), após o mercado de renda fixa ganhar fôlego na reta final do pregão depois de as taxas oscilarem ao redor dos ajustes na maior parte do dia. O movimento ocorre a despeito da pressão dos títulos do Tesouro americano (**Treasuries**), cujos rendimentos anotaram forte alta, e do maior **leilão** de **títulos prefixados** desde março realizado pelo **Tesouro Nacional**.

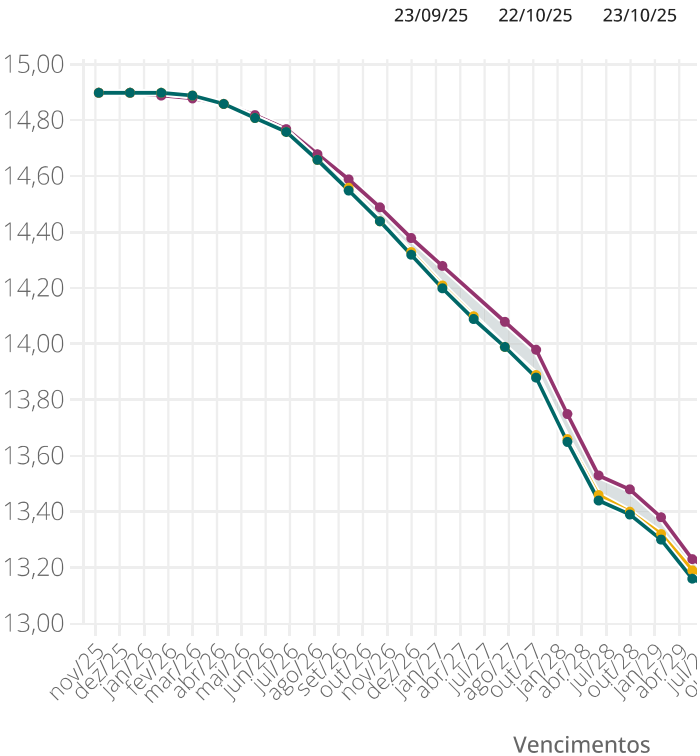
Encerrados os negócios, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (**DI**) com vencimento de janeiro de 2027 anotou queda de 13,885%, do ajuste anterior, a 13,865%; a do DI de janeiro de 2029 cedeu de 13,15% a 13,12% e a do DI de janeiro de 2031 recuou de 13,43% para 13,405%.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE



Curva de juros

Taxa DI de 1 dia - em % ao ano



Valor | Valor Data

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: [Valor Data](#)

Nos Estados Unidos, as taxas dos Treasuries operaram em forte alta durante todo o dia, pressionadas pelo salto do preço do **petróleo** no mercado futuro após **sanções** do governo americano à **Rússia**. O rendimento da T-note de dez anos subiu de 3,951% a 4,004%, enquanto o do T-bond de 30 anos aumentou de 4,532% a 4,575%.

A pressão externa causada pelos temores inflacionários devido à alta do petróleo e os riscos geopolíticos diante da crise diplomática entre Washington e Moscou pouco afetaram os negócios no mercado local de renda fixa.

A visão dos investidores é de que, depois que a Petrobras reduziu os preços da gasolina na segunda-feira (20), não há a perspectiva de uma nova mudança no custo dos combustíveis tão cedo. Além disso, a valorização do petróleo tende a dar apoio a moedas de países ligados à exportação da commodity energética, como o real — algo que se confirmou nesta sessão, ainda que a queda do dólar tenha sido moderada.

Além do contexto global desfavorável, as taxas reagiram bem à oferta de 30,5 milhões de títulos prefixados feita pelo Tesouro Nacional, hoje, integralmente absorvida pelo mercado. Em termos

Assim, as taxas deram sequência ao movimento de recuperação após algumas semanas de desempenho negativo, em um contexto de ausência de indicadores econômicos relevantes, enquanto os investidores aguardam a divulgação do IPCA-15 (prévia da inflação mensal) de outubro, que sairá na manhã de sexta (24).

Segundo operadores, nos últimos dias o mercado tem aumentado a exposição aos juros futuros e às taxas reais das NTN-B (papéis atrelados à inflação) na expectativa de que a leitura de amanhã do IPCA-15 traga números que reforcem a percepção de melhora do quadro inflacionário, o que poderia levar o Banco Central a cortar os juros mais rapidamente, num ritmo mais intenso ou até por mais tempo do que o atualmente precificado na curva a termo.

As NTN-Bs, inclusive, mostraram um alívio ainda mais amplo que as taxas prefixadas pelo segundo dia consecutivo, se afastando dos maiores patamares registrados neste ano, aos quais retornou no fim da semana passada.

A taxa da NTN-B com vencimento em agosto de 2030, por exemplo, cedia de 8,04% para 7,98% perto do fim da sessão. Já o juro real extraído da NTN-B para maio de 2045 anotava queda de 7,38% a 7,33%.



— Foto: Gerd Altmann/Pixabay

< Mais recente

Próxima >

Conheça o Valor One

Acompanhe os mercados com nossas ferramentas [ACESSAR GRATUITAMENTE >](#)

Comentários

Seja o primeiro a comentar!

Menu

25
ANOS100
ANOS DE GLOBO

Finanças

M

Meta

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Mais novos



Ainda não há comentários. Seja o primeiro a comentar.

Mais do Valor Econômico



Trump diz que Canadá está tentando influenciar Suprema Corte em decisão sobre tarifas

'O Canadá está tentando influenciar ilegalmente a Suprema Corte dos Estados Unidos em uma das decisões mais importantes da história do nosso país' escreveu Trump

24/10/2025, 09:20 — Em Mundo



Sony treina criadores de animação africanos e conecta estúdios japoneses

O programa oferecerá cursos online e consultoria em projetos de animação, acompanhando os criadores desde a concepção das histórias até a produção de curtas-metragens

24/10/2025, 09:19 — Em Empresas

Menu

25
ANOS100
ANOS DE GLOBO

Finanças

M

Meta



Com apoio de ABA e Abrinq, publicação busca reduzir desinformação sobre o que é permitido em campanhas para esse público

24/10/2025, 09:17 — Em Marketing



Coca-Cola é a marca mais associada à música no Brasil, diz estudo

Pesquisa da consultoria Ilumeo com 1,7 mil pessoas também apontou as ativações com maior interação do público no The Town

24/10/2025, 09:13 — Em Marketing



Gasto de turista brasileiro no exterior soma US\$ 1,899 bilhão em setembro

Estrangeiros que estiveram no Brasil gastaram US\$ 596 milhões, contra US\$ 530 milhões no mesmo mês de 2024; déficit na conta de viagens de US\$ 1,304 bi no período, contra US\$ 1,283 bi um ano antes

24/10/2025, 09:13 — Em Brasil



AO VIVO

Inflação no Brasil e nos EUA concentra as atenções dos investidores

IPCA-15 de outubro e índice de preços ao consumidor (CPI) americano de setembro serão divulgados nesta manhã

24/10/2025, 09:11 — Em Finanças

Menu

25
ANOSFinanças M Meta

A farmacêutica francesa reportou vendas líquidas de 12,43 bilhões de euros (US\$ 14,44 bilhões), um aumento de 7% em relação ao ano anterior em moeda constante

24/10/2025, 09:10 — Em Empresas



BC solicita ao mercado estimativas sobre mercado de trabalho no Questionário Pré-Copom

Nesta edição do QPC, o Banco Central também solicitou que os agentes informassem suas projeções para a inflação de cursos regulares, do setor de serviços, para 2025 e 2026

24/10/2025, 09:08 — Em Finanças

VEJA MAIS

SIGA



EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST



Valor

O Globo

Menu



25
ANOS



Finanças



Meta

Valor RI

Valor International

Revistas e Anuários

Seminários

Valor 360

Pipeline

Valor Investe

Valor One

Valor Pro

Autoesporte

BHFM

Casa e Jardim

Casa Vogue

Crescer

Época Negócios

Galileu

Glamour

Globo Rural

GQ

Marie Claire

Monet

Quem

PEGN

Rádio Globo

TechTudo

Um Só Planeta

Vida de Bicho

Vogue

[QUEM SOMOS](#)

[FALE CONOSCO](#)

[TERMOS E CONDIÇÕES](#)

[TRABALHE CONOSCO](#)

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#)

[PRINCÍPIOS EDITORIAIS](#)

Menu



25
ANOS



Finanças



Meta

© 1996 - 2024. Todos direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

ANEXO Nº 7

Cenário Doméstico

Os principais indicadores de atividade econômica divulgados ao longo do último mês seguem corroborando a nossa expectativa de que o processo de arrefecimento da economia brasileira ocorrerá de maneira bastante gradual. Diferentemente do mês anterior, os principais indicadores de atividade setoriais registraram expansão no mês e os dados do mercado de trabalho seguiram apontando para um quadro de aquecimento, com uma taxa de desemprego significativamente abaixo da sua média histórica. Nesse contexto, seguimos com a avaliação de que a economia segue operando acima do potencial e que política monetária brasileira deve permanecer contracionista por um período bastante prolongado, devido ao cenário ainda desfavorável para o cumprimento da meta de inflação, sobretudo diante da aproximação do ciclo eleitoral.

Na divulgação dos dados ao longo do mês, a atividade econômica brasileira apresentou leve melhora em agosto, impulsionada pela retomada gradual da indústria e pela resiliência do setor de serviços, ainda que o cenário geral permaneça de desaceleração controlada. A produção industrial avançou 0,8% m/m, resultado acima do esperado, sustentada pela alta disseminada entre os segmentos de bens intermediários e de consumo. O desempenho reflete um ambiente ainda adverso, mas com sinais de recomposição pontual da produção após meses de estabilidade. Já o setor de serviços cresceu 0,1% m/m, registrando o sexto resultado positivo consecutivo e renovando o maior nível da série histórica. O bom desempenho foi sustentado principalmente pelos serviços prestados às famílias e profissionais, que seguem beneficiados por um mercado de trabalho aquecido e medidas de estímulo à demanda, como os precatórios distribuídos no início de agosto.

O comércio varejista, por sua vez, apresentou crescimento modesto de 0,2% m/m no conceito restrito e de 0,9% no ampliado, interrompendo uma sequência de quedas. Apesar da melhora pontual, os dados seguem compatíveis com um processo de arrefecimento gradual da atividade, em meio à combinação entre política monetária contracionista e política fiscal expansionista. No agregado, o IBC-Br registrou alta de 0,4% m/m, confirmando a leitura de que a economia segue operando em terreno positivo, ainda que com ritmo moderado. Na nossa avaliação, os dados divulgados em agosto seguem compatíveis com a nossa expectativa de crescimento do PIB de 0,3% t/t no terceiro trimestre de 2025 e de 2,3% para o ano cheio.

Os dados recentes do mercado de trabalho brasileiro reforçam a leitura de resiliência, ainda que com sinais graduais de moderação. De acordo com a PNAD Contínua, a taxa de desemprego no trimestre móvel encerrado em setembro manteve-se em 5,6% da força de trabalho, o menor nível da série histórica, mas com leve alta na série dessazonalizada (de 5,75% para 5,77%), sugerindo início de arrefecimento diante do cenário macroeconômico mais restritivo. Pelo lado do emprego formal, o CAGED registrou criação líquida de 213 mil vagas em setembro, acima do consenso de mercado (169 mil), mas em linha com a tendência de desaceleração gradual observada ao longo do ano. Em conjunto, os

Equipe Macro:

José Márcio Camargo

Yihao Lin

Lucas Farina

Gabriel Pestana

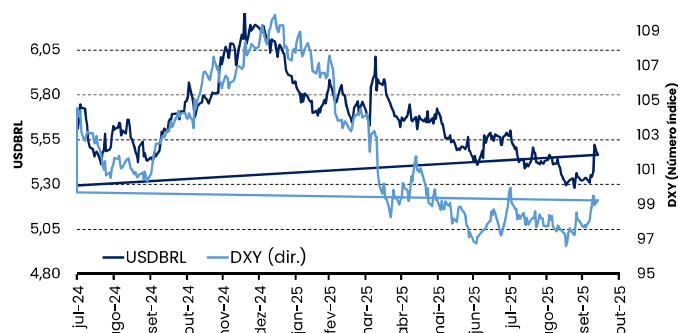
Sarah Lattouf

resultados da PNAD e do CAGED indicam que o processo de desaquecimento da economia brasileira deve seguir de forma gradual, com o emprego ainda desempenhando papel importante na sustentação da renda e da demanda doméstica.

No que tange a inflação, o curto prazo continua sendo beneficiado pela apreciação cambial, em especial pela desvalorização do DXY que, mesmo historicamente ainda elevado, permanece abaixo ou próximo dos 100 pontos desde meados de maio desse ano. Esse movimento contribuiu para o arrefecimento de grupos sensíveis ao câmbio, como alimentação e bens industriais, que vêm apresentando trajetórias favoráveis recorrentes nas leituras recentes do IPCA. Ao longo dos últimos meses, apesar do diferencial de juros doméstico elevado, a moeda brasileira não parece ter se sobressaído em relação aos seus pares, reforçando a avaliação de que o principal determinante do movimento cambial recente parece ser o dólar global, e não fatores idiossincráticos da economia brasileira. Por outro lado, mais recentemente, o DXY segue em alta, em direção aos 100 pontos, enquanto a moeda brasileira permanece apreciada, sem acompanhar tanto o movimento.

9 USDBRL e DXY

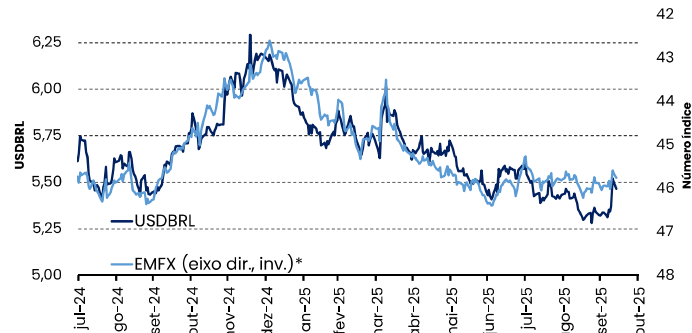
Apreciação do USDBRL parece acompanhar queda do DXY



Fonte: Bloomberg

9 USDBRL e pares emergentes

Comportamento no Brasil não parece muito diferente dos pares



Fonte: Bloomberg, J.P. Morgan EMCI

O IPCA-15 de outubro avançou 0,18% m/m, abaixo do esperado por nós e pelo mercado (0,24% m/m), acumulando 4,95% nos últimos 12 meses. A leitura do IPCA15 de outubro parece corroborar uma tendência de baixa em alguns itens dos serviços subjacentes, reduzindo a probabilidade de o dado de setembro ter sido somente ruído. Além disso, bens industriais seguem gradualmente consolidando tendência de arrefecimento e alimentos seguiu como vetor desinflacionário, em linha com nossa projeção. Por sua vez, a surpresa em administrados adveio sobretudo de energia elétrica e gasolina. Esse resultado pode motivar revisão altista pontual em combustíveis nos próximos meses; ainda assim, o acumulado até o fim do ano tende a recuar em função do corte de preços da Petrobras anunciado em 21 de outubro.

Nesse contexto, diante dos efeitos da apreciação cambial sobre a dinâmica de preços e de uma inflação corrente mais benigna na margem, revisamos nossas projeções para o IPCA de 2025 e 2026, que passaram de 4,8% e 5,4% para 4,6% e 5,1%, respectivamente. No entanto, embora a valorização recente do real alivie parte das pressões inflacionárias de curto prazo, a combinação entre incerteza eleitoral, desequilíbrio na conta corrente e o comportamento do DXY mantém um balanço de riscos assimétrico para a desvalorização do câmbio no médio prazo.

genial investimentos	Mês anterior (IPCA)	Projeção Genial				Acumulado 12 meses			
Inflação - Projeção	set-25	out-25	nov-25	dez-25	set-25	out-25	2025	2026	
IPCA	0,48	0,17	0,25	0,43	5,17	4,77	4,5	5,1	
Livres	-0,01	0,29	0,29	0,61	5,19	4,97	4,2	5,4	
Alimentos	-0,41	0,05	0,47	0,82	5,97	4,75	3,0	5,2	
Alimentos subjacentes	0,23	-0,01	0,29	0,43	11,11	10,37	9,1	4,3	
Café	-0,04	-0,22	0,27	0,57	53,94	47,85	38,8	5,6	
Alimentos industrializados	0,11	0,03	0,24	0,36	8,91	8,10	6,6	4,5	
Alimentos semi-elaborados	-0,61	-0,28	0,50	1,06	6,05	2,56	-2,0	4,8	
Arroz	-2,14	-1,94	-2,61	-2,06	-21,94	-23,43	-26,0	-2,4	
Carne bovina	-0,01	0,02	1,70	2,27	19,73	12,46	2,5	7,4	
Frango	-0,79	0,53	1,30	1,35	9,59	9,31	7,5	4,1	
Alimentos in natura	-1,65	0,90	1,16	1,83	-2,89	-0,50	3,8	8,6	
Tubérculos, raízes e legumes	-7,85	3,28	2,73	2,06	-10,75	-5,45	7,0	9,0	
Ovo de galinha	-2,84	-1,49	-0,48	0,81	7,85	7,51	7,4	6,7	
Frutas	2,40	0,57	0,46	1,77	-1,47	0,15	1,9	8,7	
Hortaliças e verduras	-2,65	-0,97	2,40	2,70	1,86	2,26	1,4	6,4	
Serviços	0,13	0,40	0,41	0,65	6,14	6,19	5,7	6,8	
Serviços subjacentes	0,03	0,33	0,34	0,42	6,76	6,32	5,8	6,7	
Conserto de automóvel	-0,39	0,13	0,29	0,38	9,65	9,11	8,3	7,4	
Serviços de veículos	-5,32	-1,75	-0,49	-0,68	2,64	-2,33	-5,0	1,4	
Serviços de estética	0,07	0,48	0,55	0,75	8,07	8,30	7,4	7,5	
Serviços intensivos em trabalho	0,33	0,46	0,46	0,51	6,32	6,46	6,3	6,8	
Alimentação fora do domicílio	0,11	0,33	0,31	0,59	8,24	7,90	6,7	7,0	
Refeição	-0,16	0,29	0,31	0,58	6,82	6,56	5,2	5,9	
Serviços ex subjacentes	0,27	0,50	0,52	1,00	5,21	5,99	5,7	6,9	
Transporte por aplicativo	4,07	2,29	1,71	8,92	47,14	52,84	44,7	23,5	
Serviços diversos	0,15	0,34	0,31	0,39	5,92	5,62	5,5	6,5	
Industriais	0,05	0,28	0,00	0,41	3,22	3,24	2,8	3,3	
Industriais subjacentes	0,09	0,43	0,06	0,50	3,55	3,63	3,6	4,3	
Duráveis	-0,14	-0,11	-0,18	0,40	1,60	1,16	1,0	1,1	
Automóvel novo	0,48	-0,21	0,03	0,20	3,51	3,09	2,8	1,7	
Semi-duráveis	0,41	0,56	0,35	0,70	3,83	4,05	4,3	4,7	
Vestuário	0,63	0,76	0,51	0,88	4,92	5,33	5,7	5,6	
Não duráveis	0,02	0,52	-0,08	0,20	4,98	5,42	4,1	4,8	
Higiene pessoal	-0,32	0,73	-0,19	0,36	4,20	4,79	5,2	5,6	
Etanol	2,25	1,09	-0,36	-0,50	4,11	5,84	3,2	-0,3	
Administrados	1,87	-0,15	0,14	-0,10	5,11	4,21	5,3	4,3	
Energia elétrica	10,31	-2,87	1,20	-2,53	10,67	2,63	11,6	5,4	
Gasolina	0,75	0,41	-0,94	0,59	2,07	2,61	1,9	2,5	
Núcleos	0,19	0,33	0,26	0,45	5,09	4,97	4,7	5,2	
Média	0,19	0,33	0,26	0,45	5,09	4,97	4,7	5,2	
EX0	0,10	0,35	0,25	0,56	4,99	5,03	4,6	5,4	
EX3	0,06	0,37	0,22	0,45	5,40	5,18	4,9	5,7	
DP	0,19	0,26	0,24	0,42	5,19	4,90	4,5	5,0	
MS	0,23	0,32	0,31	0,42	4,93	4,79	4,7	4,8	
P55	0,36	0,35	0,28	0,40	4,93	4,95	4,8	5,2	

Em relação a política monetária, apesar do índice de credibilidade do Banco Central, calculado por nós, ainda se encontrar em um patamar bem inferior ao observado no período pré-transição de novembro de 2024, houve um claro movimento de reancoragem das expectativas de inflação ao longo de 2025. Considerando esse contexto, aliado à inflação mais benigna na margem, à apreciação cambial e à desaceleração da atividade, revisamos nossa projeção para a taxa Selic terminal de 2026 de 13,75% para 13,00%, mantendo a estimativa de 15,00% para 2025, uma vez que a nítida melhora na credibilidade abre espaço para um ciclo de corte mais confortável pela autoridade monetária.

Em nossa avaliação, o Banco Central adotará uma postura cautelosa, iniciando o ciclo de afrouxamento apenas em março de 2026, com um corte inicial de 25 bps, seguido por três reduções de 50 bps e um corte final de 25 bps em setembro, quando projetamos uma retomada na trajetória de alta da inflação. Apesar dessa projeção, entendemos que o ciclo ideal seria conduzido em ritmo mais gradual - com cortes de 25 bps por reunião -, permitindo que a incerteza se dissipe e reforçando a credibilidade da autoridade monetária.

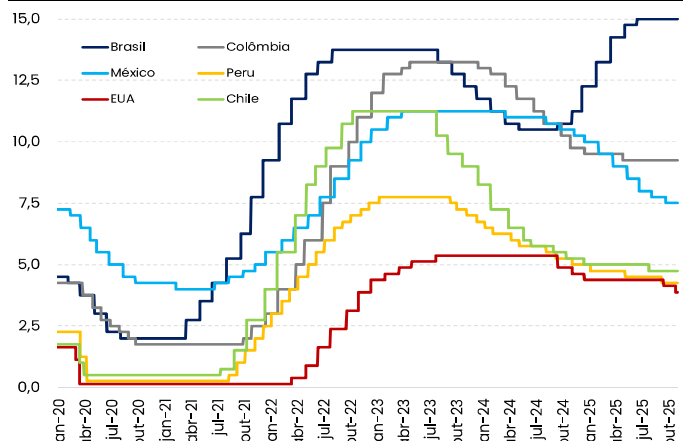
Índice de Credibilidade do Banco Central

(eventos de natureza fiscal foram os que tiveram o maior impacto sobre a credibilidade)



Fonte: Banco Central do Brasil (Pesquisa Focus), Conselho Monetário Nacional (CMN), IBGE, Genial Investimentos

Taxas de juros (%)



Fonte: Bloomberg

Um ponto de maior divergência entre o nosso cenário e o consenso de mercado reside na expectativa de aceleração da inflação na transição de 2025 para 2026. Essa diferença decorre de duas premissas centrais incorporadas em nossos modelos: (i) a inclusão de medidas fiscais relevantes; e (ii) a projeção de um hiato do produto corrente mais elevado. Considerando tais medidas, a tabela a seguir decompõe nossa projeção de inflação sob diferentes cenários fiscais, destacando o impacto combinado dos impulsos de política fiscal e da taxa de câmbio.

Cenário 2025		SELIC	IPCA	Hiato	Câmbio	Crescimento
		2025	2025	2025	2025	2025
Cenário Genial		15,00	4,6	1,45	5,52	2,3
Cenários 2026		SELIC	IPCA	Hiato	Câmbio	Crescimento
		2026	2026	2026	2026	2026
Cenário sem impulsos fiscais e câmbio PPC		13,00	4,1	-0,36	5,58	0,7
Cenário com impulsos fiscais contratados e câmbio PPC		13,00	4,6	0,78	5,58	1,6
<i>Precatórios 26: Impacto 2Q26</i>						
<i>Reajuste sal. Mínimo: Diluído em 26</i>						
<i>Isonção IR: Diluído em 26</i>						
Cenário com impulsos adicionais e câmbio PPC		13,00	4,7	0,95	5,58	1,7
<i>Reajuste bolsa família: Diluído em 26</i>						
<i>Crédito consignado: Diluído em 26</i>						
Wealth effects* e câmbio PPC		13,00	4,9	1,59	5,58	2,1
Cenário Genial		13,00	5,1	1,59	5,74	2,1

*: Feedback da dívida pública para a demanda agregada.

Para as próximas reuniões deste ano, mantemos a avaliação de que o Banco Central deve preservar a Selic em 15,0% a.a. Apesar dos sinais ainda incipientes de arrefecimento da atividade, entendemos que a combinação de mercado de trabalho aquecido, política fiscal expansionista e proximidade do calendário eleitoral configura risco relevante à convergência da inflação à meta — inclusive na hipótese de alongamento do ciclo monetário. Esse objetivo torna-se ainda mais desafiador em um ambiente de pressões inerciais persistentes e expectativas desancoradas em diversos horizontes.

Cenário Externo

Estados Unidos

O “shutdown” do governo deve ter um impacto limitado sobre a atividade econômica. O maior impacto pode recair sobre os funcionários do governo federal caso a administração Trump leve adiante o plano de promover demissões em massa.

Apesar do cenário conturbado, a economia norte americana não apresentou grandes mudanças em relação a setembro. Indicadores de atividade sugerem que a economia está rodando em patamares acima do esperado. Os gastos das famílias se recuperaram e embora o mercado de trabalho já não esteja gerando o mesmo número de postos como antes, as demissões também não estão em alta, com esse setor vivendo um momento raro de queda concomitante da oferta e da demanda por trabalho.

Na seara inflacionária, o aumento no preço dos bens decorrente da imposição das tarifas de importação está mais do que compensando a desaceleração no segmento de serviços, principalmente entre os habitacionais. As expectativas de inflação continuam a apresentar divergências importantes, com a do mercado estando bem mais próxima da meta de 2,0% do que a dos consumidores, o que ajuda a compensar parte dos riscos que o banco central norte americano (Fed) está tomando ao dar continuidade ao ciclo de corte de juros em meio a reaceleração inflacionária.

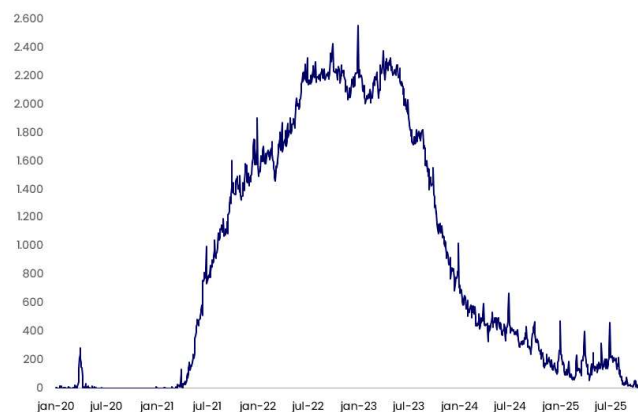
Já em relação à política monetária, continua evidente a divisão interna que existe no Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC) entre uma ala que defende a continuidade dos cortes de juros para endereçar a perda de fôlego do mercado de trabalho e outra que está mais cautelosa com os riscos altistas sobre a inflação decorrentes das retomadas das rusgas comerciais dos EUA com outros países.

Embora o maior risco que ronda a economia norte americana no momento recai sobre a credibilidade do Fed, as falas dos dirigentes podem continuar não condizentes com as ações até pelo menos o final do ano. As atuações dos membros do FOMC só devem se alinhar mais ao seu próprio discurso a partir de 2026, quando a inflação elevada deve fazer a autoridade monetária agir com o foco voltado para a estabilidade de preços, levando a uma nova interrupção no ciclo de afrouxamento monetário após ter atuado cortando os juros até o final de 2025 para endereçar a perda de ímpeto do mercado de trabalho.

9

Acordo de Recompra Reversa (“Reverse Repo”)

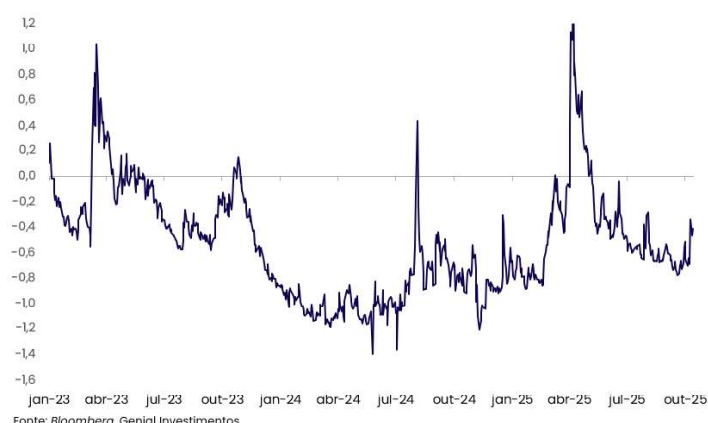
(Títulos totais vendidos pelo FED nas operações de mercado aberto em US\$ bilhões)



9

Índice de Condições Financeiras

(em desvios-padrão; um valor negativo indica condições financeiras acomodáticas)



Europa

Mesmo com a apreciação relevante do euro no ano, a inflação na Zona do Euro ainda continua a apresentar alguns bolsões de resistência. Apesar do índice de preços ao consumidor (CPI) cheio estar muito perto da meta de 2,0%, tendo alcançado 2,2% a/a em setembro, o núcleo (que exclui alimentos e energia) ainda apresenta mais inércia, teimando em desacelerar e tendo surpreendido para cima no mês (2,4% a/a vs. 2,3% a/a). Os preços dos serviços vivem um cenário similar, rodando em patamares ainda mais distantes da meta, e tendo sofrido aceleração de 3,1% a/a para 3,2% a/a na passagem de agosto para setembro.

Embora as expectativas de inflação estejam ancoradas e os riscos sejam mais baixistas do que altistas, a situação corrente deve fazer com que o Banco Central Europeu (BCE) seja mais conservador e mantenha as taxas de juros estáveis por mais tempo.

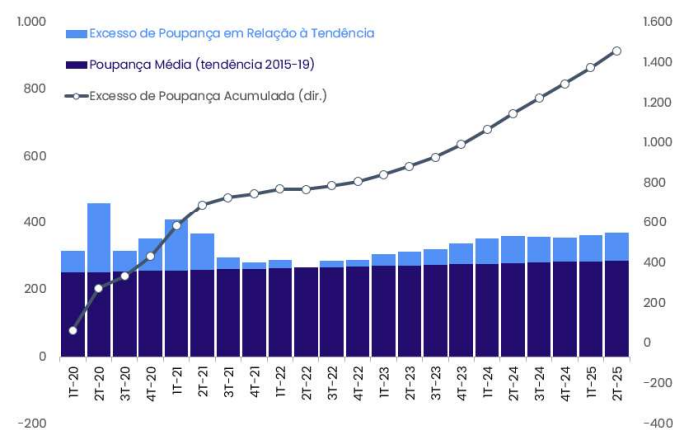
Mesmo que essa valorização do euro além do esperado venha a ter desdobramentos negativos para o cenário de atividade do bloco, prejudicando os países mais dependentes de exportações, ela é bem-vinda em termos de facilitar essa última pernada de desinflação necessária para levar a inflação para o centro da meta.

Depois de um bom primeiro semestre, a atividade perdeu tração com a persistência dos desafios enfrentados principalmente pela indústria e pelo varejo. Mais recentemente, um sinal alentador veio do índice de sentimento econômico, que mostrou uma expectativa de melhora na demanda por serviços resultante de uma melhora na sondagem do consumidor. Com isso, estimamos que economia do bloco deve encerrar o ano com um crescimento de 1,1%.

9

Excesso de Poupança das Famílias

(bilhões de euros)

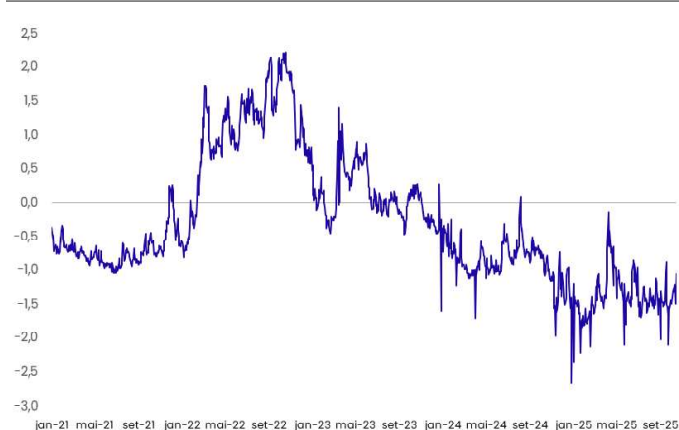


Fonte: Eurostat, Genial Investimentos

9

Índice de Condições Financeiras

(em desvios-padrão; um valor negativo indica condições financeiras acomodáticas)



Fonte: Bloomberg, Genial Investimentos

China

Ao longo do último mês, os principais indicadores da economia chinesa seguiram corroborando a nossa expectativa de perda de dinamismo da atividade no terceiro trimestre, refletindo a combinação entre o cenário externo mais adverso, continuidade da crise imobiliária e os amplos sinais de uma demanda

doméstica enfraquecida em função do elevado grau de incerteza. Ainda assim, o desempenho das exportações mostrou-se mais resiliente do que o esperado, mesmo diante das tensões comerciais com os EUA, impulsionado pelo redirecionamento das vendas para outras regiões do mundo. Esse resultado levou-nos a revisar a projeção de crescimento da economia chinesa de 4,5% para 4,7% em 2025.

A economia chinesa manteve trajetória de desaceleração no terceiro trimestre de 2025, com o PIB registrando crescimento de 4,8% a/a, após 5,2% no trimestre anterior. A produção industrial avançou 5,8% a/a, sustentada, sobretudo, pelo desempenho positivo das exportações (+6,6% a/a), que registraram um crescimento acima do esperado no trimestre, refletindo o redirecionamento das vendas chinesas para mercado emergentes e países do sudeste asiático, compensando parcialmente um enfraquecimento da demanda americana e europeia. Essa dinâmica está por trás da sustentação da atividade no curto prazo, entretanto, avaliamos que nos próximos trimestres esses ganhos tendem a ser mais limitados na medida em que o crescimento global deve entrar em trajetória de desaceleração e o efeito base das exportações se torne mais elevado.

Em contrapartida, os indicadores de demanda doméstica continuam apontando para a perda de fôlego, refletindo o enfraquecimento da renda disponível das famílias e o aumento da poupança precaucional em um ambiente marcado por uma confiança dos consumidores ainda deprimida. As vendas no varejo também cresceram de forma moderada (3,0% a/a), desacelerando em relação aos 3,4% a/a de agosto, com um arrefecimento generalizado afetando tanto as categorias beneficiadas por subsídios (*trade-in*) quanto as não beneficiadas. Em conjunto, os dados reforçam a nossa avaliação de que a recuperação do consumo permanece dependente de novos impulsos de renda e confiança para ganhar tração ao longo dos próximos trimestres.

Os investimentos em ativos fixos recuaram 6,8% a/a, refletindo a redução tanto dos investimentos em manufatura quanto em infraestrutura, em meio à menor confiança empresarial e às restrições financeiras enfrentadas pelos governos locais. O setor imobiliário permanece como o principal ponto de fragilidade da economia, com queda de 21% a/a nos investimentos e retração próxima de 10% nas vendas de imóveis, enquanto o volume de novas construções permanece em patamares historicamente baixos. A continuidade da contração do setor imobiliário segue limitando o investimento agregado e exercendo efeitos de segunda ordem sobre o consumo de bens duráveis e serviços relacionados à habitação.

Além disso, no último mês, tivemos o 4º Plenário do Partido Comunista, responsável pela elaboração do 15º Plano Quinquenal da China (2026–2030), cujo documento reforça o foco em promover uma transição estrutural da economia para um modelo de crescimento de “alta qualidade”, com foco em modernizar o sistema industrial, acelerar a inovação e autossuficiência tecnológica e fortalecimento da demanda doméstica. O plano reafirma o objetivo de elevar o PIB per capita – atualmente estimado em cerca de US\$ 14,0 mil – ao patamar das economias moderadamente desenvolvidas (US\$ 25–30 mil) até 2035.

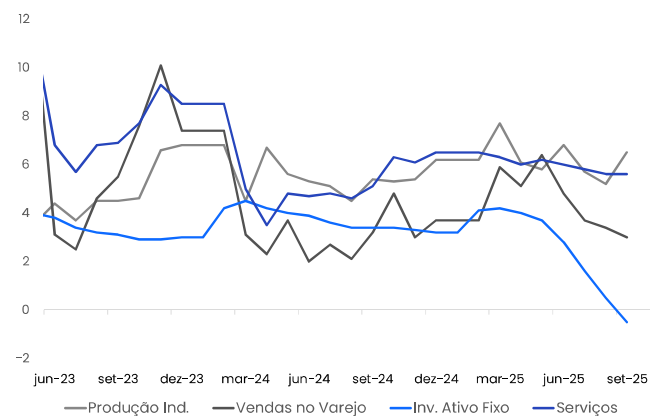
Por fim, o novo plano amplia o foco em abertura econômica e bem-estar social. A China deverá aprofundar sua integração internacional, expandindo a cooperação em investimentos bilaterais, incentivando empresas nacionais a se inserirem em cadeias globais e abrindo mais setores de serviços à capital estrangeiro, principalmente em um contexto marcado pela escalada das tensões comerciais

com os EUA. Paralelamente, reforça-se a meta de melhorar o acesso universal a serviços públicos básicos e elevar o padrão de vida da população.



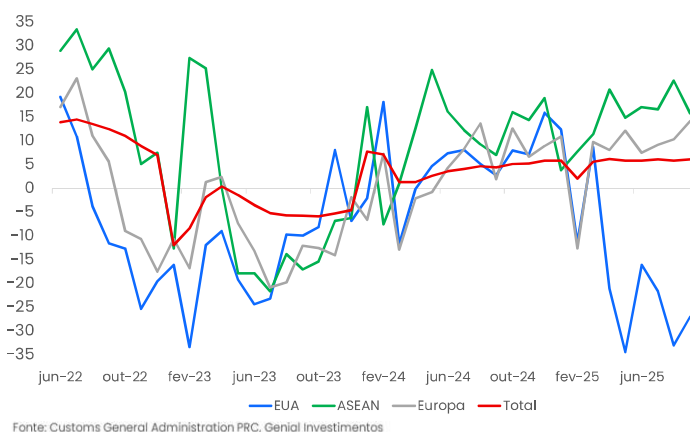
Dados mensais de atividade

Variação interanual (% a/a)



Exportações Chinesas

Variação percentual interanual (% a/a)



Para acessar nossas análises e projeções visite nosso site:

<https://analisa.genialinvestimentos.com.br/macroeconomia-brasil>

Disclaimer:

Este material foi preparado pela Genial Investimentos C.V. S.A ("GENIAL") e possui propósito meramente explicativo. O conteúdo apresentado não se trata de recomendação, indicação e/ou aconselhamento de investimento, sendo única e exclusiva responsabilidade do investidor a tomada de decisão. É recomendável que os investidores busquem aconselhamento profissional antes de investir. As informações aqui apresentadas podem variar de acordo com o mercado e a GENIAL não garante de veracidade, precisão e amplitude das informações prestadas. Esta instituição é aderente ao código ANBIMA de regulação e melhores práticas para atividade de distribuição de produtos de investimento no varejo. Ouvidoria: 0800 605 8888.

ANEXO Nº 8

Calendário das Reuniões do Comitê de Investimentos para 2026

MÊS	DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	LOCAL
JANEIRO	09/01/2026	sexta-feira	09horas	
	23/01/2026	sexta-feira	09horas	
FEVEREIRO	06/02/2026	sexta-feira	09horas	
	20/02/2026	sexta-feira	09horas	
MARÇO	10/03/2026	terça-feira	09horas	
	24/03/2026	terça-feira	09horas	
ABRIL	10/04/2026	sexta-feira	09horas	
	24/04/2026	sexta-feira	09horas	
MAIO	08/05/2026	sexta-feira	09horas	
	22/05/2026	sexta-feira	09horas	
JUNHO	09/06/2026	terça-feira	09horas	
	23/06/2026	terça-feira	09horas	

MÊS	DATA	DIA DA SEMANA	HORÁRIO	
JULHO	10/07/2026	sexta-feira	09horas	
	24/07/2026	sexta-feira	09horas	
AGOSTO	07/08/2026	sexta-feira	09horas	
	21/08/2026	sexta-feira	09horas	
SETEMBRO	08/09/2026	terça-feira	09horas	
	22/09/2026	terça-feira	09horas	
OUTUBRO	09/10/2026	sexta-feira	09horas	
	23/10/2026	sexta-feira	09horas	
NOVEMBRO	10/11/2026	terça-feira	09horas	
	24/11/2026	terça-feira	09horas	
DEZEMBRO	08/12/2026	terça-feira	09horas	
	18/12/2026	sexta-feira	09horas	

ANEXO Nº 9

SÃO JOÃO DA BOA VISTA
ALM DETERMINISTICO 2025

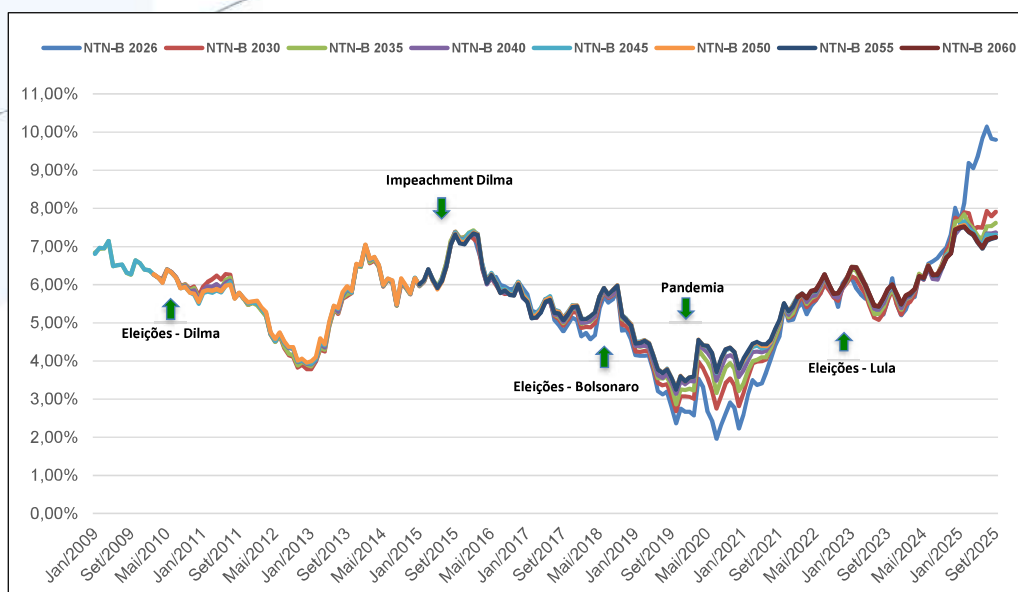
Data: 30/09/2025



**CENÁRIO
MACROECONÔMICO
ATUAL**



TAXAS INDICATIVA DAS NTN-Bs: 01/2009 a 09/2025



MERCADO de NTN-Bs: 24/10/2025 (Taxa Real P.I. = 5,60%)



Data de Vencimento	Tx. Compra	Tx. Venda	Tx. Indicativas	PU	Intervalo Indicativo			
					Mínimo (D+0)	Máximo (D+0)	Mínimo (D+1)	Máximo (D+1)
15/08/2026	10,1886	10,1573	10,1714	4.475,55	9,8240	10,6080	9,8629	10,6492
15/05/2027	8,8409	8,8159	8,8271	4.509,75	8,5571	9,1328	8,5111	9,0860
15/08/2028	8,2378	8,2135	8,2272	4.376,72	7,9632	8,6513	7,8804	8,5685
15/05/2029	8,0222	7,9945	8,0079	4.422,00	7,7520	8,3732	7,6696	8,2912
15/08/2030	7,8966	7,8678	7,8839	4.296,41	7,6676	8,1835	7,5789	8,0949
15/08/2032	7,7652	7,7382	7,7523	4.219,42	7,5982	8,0667	7,4961	7,9647
15/05/2033	7,7095	7,6747	7,6903	4.270,13	7,5391	7,9914	7,4493	7,9017
15/05/2035	7,5236	7,4971	7,5100	4.245,29	7,3887	7,8046	7,3022	7,7181
15/08/2040	7,3668	7,3385	7,3526	4.092,15	7,2622	7,5970	7,1949	7,5295
15/05/2045	7,2881	7,2614	7,2739	4.113,58	7,1823	7,4954	7,1263	7,4392
15/08/2050	7,2076	7,1789	7,1946	4.021,43	7,1023	7,4120	7,0539	7,3632
15/05/2055	7,1719	7,1462	7,1595	4.070,51	7,0642	7,3746	7,0200	7,3300
15/08/2060	7,1786	7,1540	7,1667	3.970,12	7,0752	7,3866	7,0280	7,3388

BOLETIM FOCUS - BANCO CENTRAL			
INDICADORES DE MERCADO	2025	2026	2027
IPCA	4,56	4,20	3,82
IGP-M	0,49	4,20	4,00
CÂMBIO(US\$/R\$)	5,41	5,50	5,50
SELIC	15,00	12,25	10,50
PIB	2,16	1,78	1,83

**PORTARIA
MTP nº 1.467,
02/06/2022**



Art. 141. A unidade gestora do RPPS, **em caso de negociações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional**, deverá observar os parâmetros vistos no Anexo VIII, da Portaria MTP nº 1.467/22.

Art. 142. É vedada, nos termos de resolução do CMN, a aplicação dos recursos financeiros acumulados pelo RPPS em títulos:

- I** - que não sejam emitidos pelo Tesouro Nacional;
- II** - que não estejam registrados no SELIC; e
- III** - emitidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Art. 143. Deverão ser observados os princípios e normas de contabilidade aplicáveis ao setor público para o registro dos valores da carteira de investimentos do RPPS, tendo por base metodologias, critérios e fontes de referência para precificação dos ativos, estabelecidos na política de investimentos, as normas da CVM e do Banco Central do Brasil e os parâmetros reconhecidos pelo mercado financeiro.

Art. 144. Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS devem ser registrados inicialmente pelo custo de aquisição, formado pelo valor efetivamente pago, além de corretagens e emolumentos.

Art. 145. Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS **poderão ser classificados nas seguintes categorias**, conforme critérios vistos no Anexo VIII, da Portaria 1.467/22:

I - disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou

II - **mantidos até o vencimento.**

Art. 146. **Poderá ser realizada a reclassificação dos ativos da categoria de** mantidos até o vencimento para a categoria de ativos disponíveis para negociação, ou vice-versa, na forma Vista no Anexo VIII.



Art. 2º. A unidade gestora do RPPS, em caso de negociações diretas com títulos de emissão do Tesouro Nacional, deverá comprovar:

.....

I - a consulta às informações divulgadas por entidades representativas de participantes do mercado financeiro e de capitais reconhecidamente idôneas pela sua transparência e elevado padrão técnico na difusão de preços e taxas dos títulos, e a sua utilização como referência nas negociações **(ANBIMA)**, bem como, ao volume, preços, e taxas das operações registradas no **SELIC, antes do efetivo fechamento da operação;**

Art. 2º(Continuação):

II - a utilização de plataformas eletrônicas administradas por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM ou que as aquisições foram efetuadas em ofertas públicas do Tesouro Nacional, por intermédio das instituições regularmente habilitadas;

III - o registro do valor e do volume dos títulos efetivamente negociados; e

Art. 2º(Continuação):

IV - que os títulos estão sob a titularidade do RPPS, com base nas informações de sistema de registro, de custódia ou de liquidação financeira, sejam depositados perante depositário central (SELIC).

Parágrafo único. Além de consulta às taxas e preços na forma do inciso I do caput, no dia das negociações, deverão ser verificados os registros no SELIC das operações do dia anterior, conforme informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil ou pelas entidades representativas de participantes do mercado financeiro e de capitais.



Art. 3º. A plataforma eletrônica de negociação deverá garantir que o preço e taxa a ser negociado na aquisição ou venda do título decorra de condições normais de mercado, impossibilitando a criação de condições artificiais de oferta ou de demanda e a adoção de práticas não equitativas pelos participantes.

Art. 4º. Para comprovação de operações realizadas em ofertas públicas do Tesouro Nacional, a unidade gestora deverá arquivar os documentos de comunicação com a instituição que participou do leilão.



Art. 5º. Os ativos financeiros integrantes das carteiras dos RPPS **poderão ser classificados nas seguintes categorias**, conforme critérios estabelecidos no referido Anexo VIII:

I - disponíveis para negociação futura ou para venda imediata; ou

II - mantidos até o vencimento.



Art. 7º. Os ativos da categoria de mantidos até o vencimento deverão ser contabilizados pelos seus custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, **devendo ser atendidos os seguintes parâmetros:**

I - demonstração da capacidade financeira do RPPS de mantê-los em carteira até o vencimento (**ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALM - PASSIVO**);

II - demonstração, de forma inequívoca, pela unidade gestora, da intenção de mantê-los até o vencimento (**DECLARAÇÃO FORMAL**);

Art. 7º.(Continuação):

III - compatibilidade com os prazos e taxas das obrigações presentes e futuras do RPPS (**ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE ALM - ATIVO**);

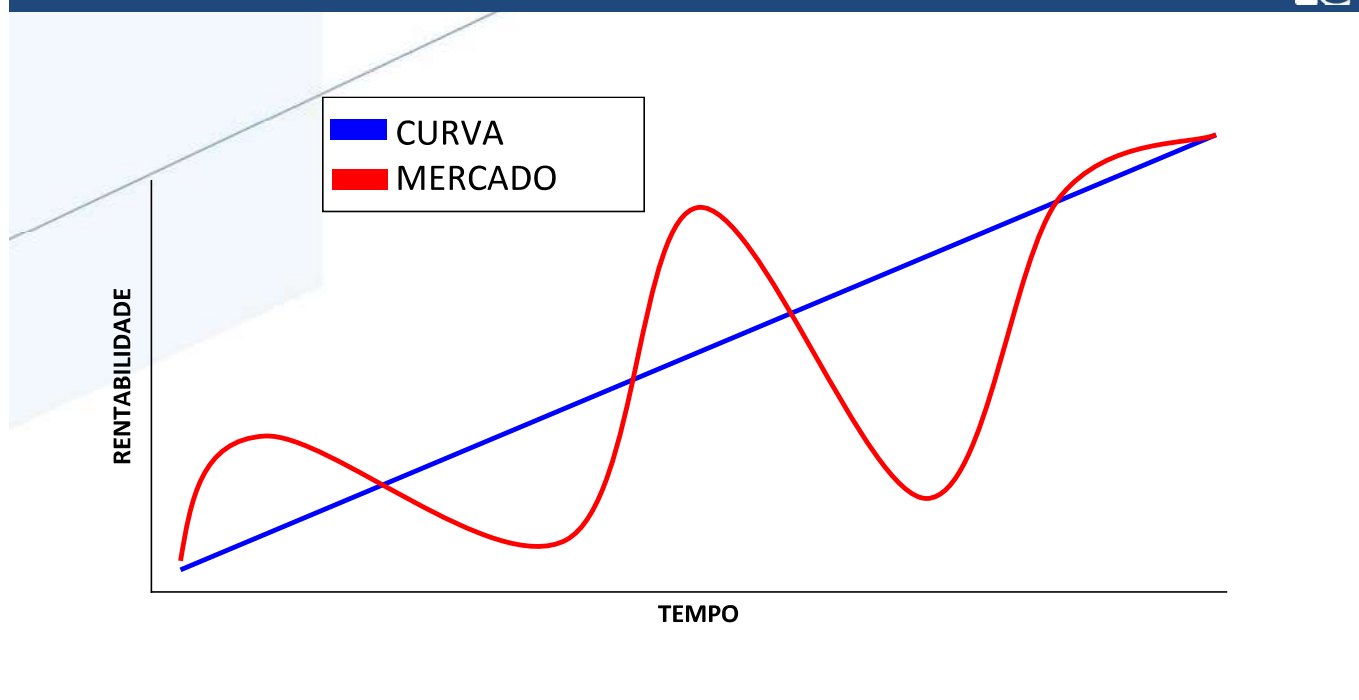
IV - classificação contábil e controle separados dos ativos disponíveis para negociação; e

V - obrigatoriedade de divulgação das informações relativas aos ativos adquiridos, ao impacto nos resultados atuariais e aos requisitos e procedimentos contábeis, na hipótese de alteração da forma de precificação dos ativos.

MARCAÇÃO A MERCADO (MtM)

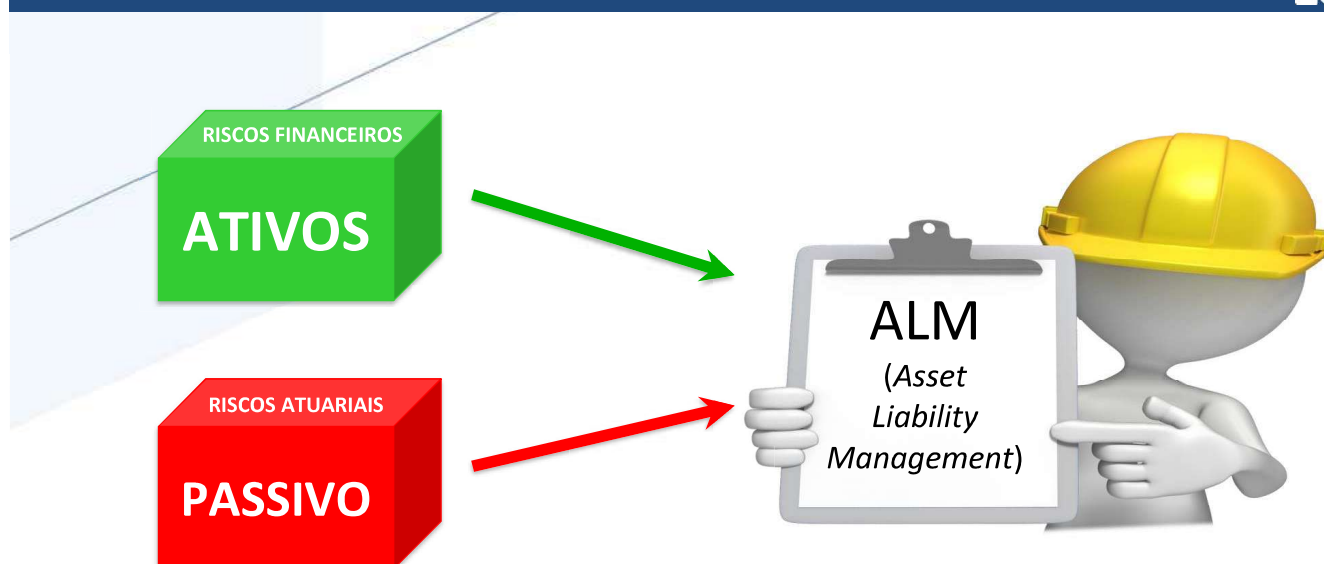


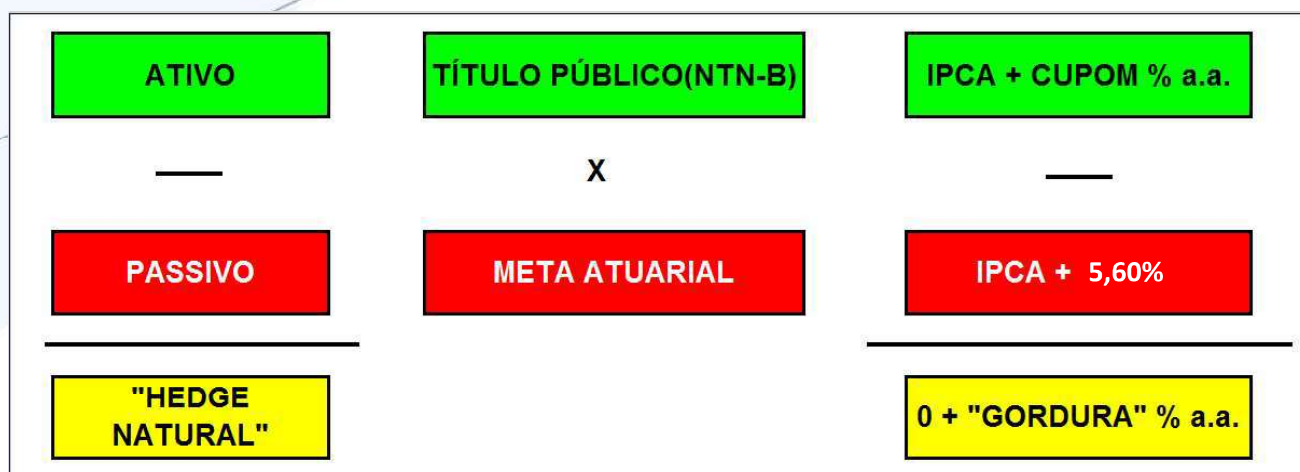
MARCAÇÃO NA CURVA X MARCAÇÃO A MERCADO



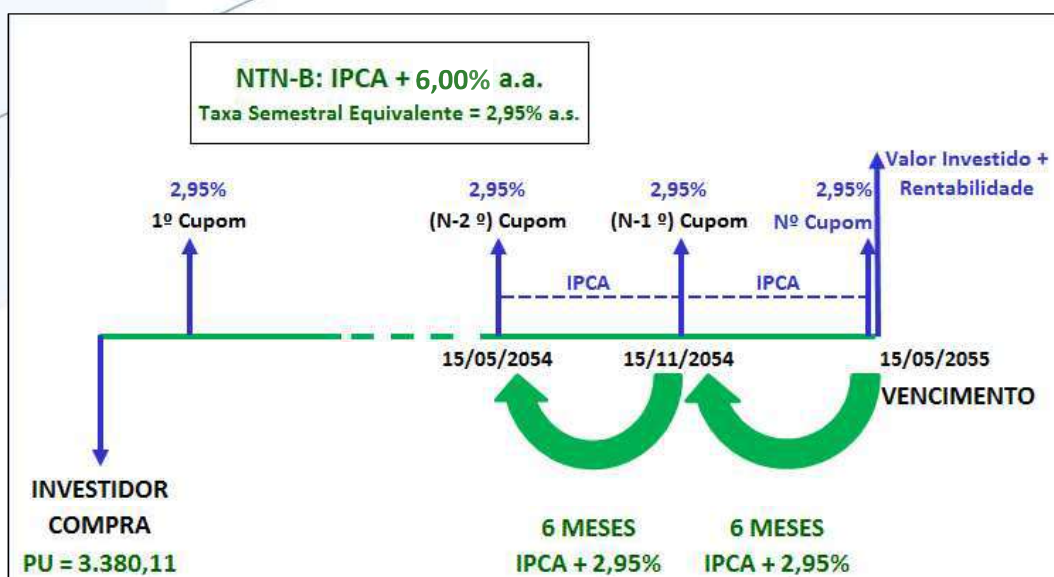
ASSET LIABILITY MANAGEMENT (ALM)







TÍTULOS PÚBLICOS: NTN-B: IPCA + 6% a.a.



* Quando a taxa negociada pelo mercado está **abaixo** dos 6% (que é a taxa definida pelo Tesouro Nacional para as NTN-Bs), o título está sendo negociado com **Ágio**, ou seja, está **mais caro** e, consequentemente, adquire-se uma **quantidade menor de títulos**, uma vez que o fluxo dos cupons vai ser descontado (trazido a valor presente) a uma **taxa menor!**

* Quando a taxa negociada pelo mercado está **acima** dos 6% (que é a taxa definida pelo Tesouro Nacional para as NTN-Bs), o título está sendo negociado com **Deságio**, ou seja, está **mais barato** e, conseqüentemente, adquire-se uma **quantidade maior de títulos**, uma vez que o fluxo dos cupons vai ser descontado (trazido a valor presente) a uma **taxa maior!**

A Gestão de **Ativos** e **Passivos** permitirá avaliar as projeções dos riscos atuariais e financeiros.

Passivo

- * Mensuração da necessidade de caixa;
- * Projeção das reservas matemáticas.

Ativo

- * Controle de liquidez;
- * Acompanhamento da solvência;
- * Projeções de retorno da carteira.

E como tudo isso é analisado?





Cenários dos Benchmarks

Obtenção de retornos e volatilidades

Projeção do Passivo

Valor anual de fluxo de caixa

Otimização do Ativo

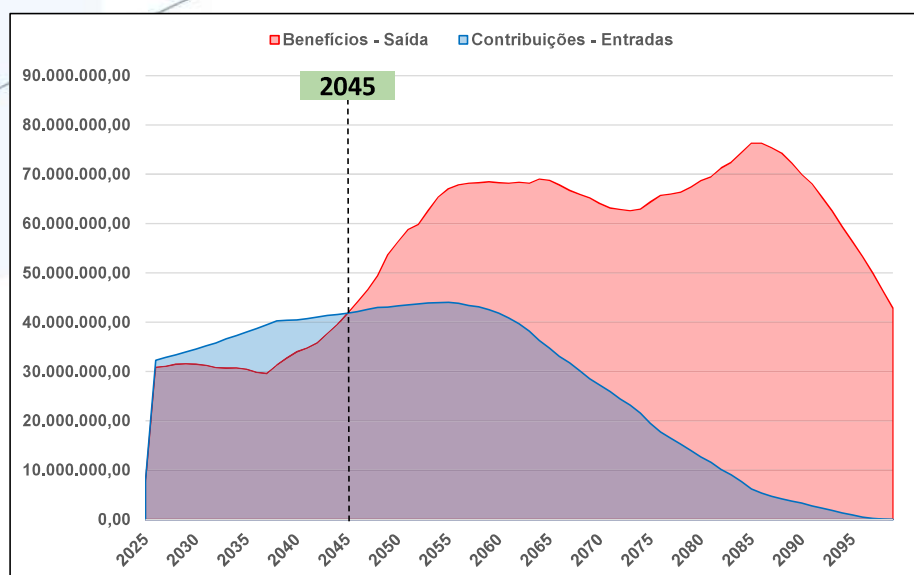
Otimização da carteira
Mitigação de risco de liquidez
Mitigação de risco de solvência
Ponto ótimo entre Risco e Retorno

CENÁRIO PROJETADO



CLASSE DE ATIVOS	2025	2026	2027	2028	MÉDIA LONGO PRAZO	VOL
CDI/SELIC	15,00%	12,25%	10,50%	10,00%	11,38%	0,52%
INFLAÇÃO (IMA-B)	15,91%	13,35%	12,33%	12,33%	12,84%	6,88%
CRÉDITO PRIVADO (IDA-GERAL)	14,32%	11,80%	10,79%	10,79%	11,30%	1,87%
RENDIA VARIÁVEL	15,21%	14,76%	14,49%	14,49%	14,63%	23,65%
ESTRUTURADO	15,32%	12,78%	11,76%	11,76%	12,27%	4,88%
EXTERIOR	22,33%	19,64%	18,56%	18,56%	19,10%	16,15%
FUNDOS IMOBILIÁRIOS (IFIX)	6,65%	6,21%	5,93%	5,93%	6,07%	7,93%
IPCA/INPC	4,56%	4,20%	3,82%	3,54%	4,01%	---

EVOLUÇÃO DO PASSIVO - FLUXO ATUARIAL



SUGESTÃO DE CARTEIRA ÓTIMA - ALM - 30/09/2025



SUGESTÃO DE CARTEIRA ÓTIMA		
Indexador	Porcentagem %	Valor R\$
IPCA (NTN-B)	75,28	167.841.418,45
PRÉ ⁽¹⁾	12,19	27.191.079,21
CDI	5,86	13.069.511,42
S&P	5,00	11.148.471,62
IMA-B	1,67	3.718.951,68
Total	100	222.969.432,38

⁽¹⁾ APÓS O VENCIMENTO DOS ATIVOS, REALOCAR OS RECURSOS EM ATIVOS COM EXPOSIÇÃO AO CDI;

* AS SUGESTÕES PRESENTES NESTE ESTUDO, REFEREM-SE A COMPOSIÇÃO DE INDEXADORES PRESENTES NA CARTEIRA DO INSTITUTO.

TÍTULOS PÚBLICOS (NTN-B) - 30/09/2025: R\$ 164.661.987,09 (73,86%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor (R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença (R\$)	Diferença %
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-B 2026 (CURVA)	IPCA (NTN-B)	15.821.282,68	7,10	15.821.282,68	7,10	0,00	0,00
	NTN-B 2027 (CURVA)		15.876.532,56	7,12	15.876.532,56	7,12	0,00	0,00
	NTN-B 2028 (CURVA)		15.687.360,75	7,04	15.687.360,75	7,04	0,00	0,00
	NTN-B 2029 (CURVA)		10.679.250,83	4,79	10.679.250,83	4,79	0,00	0,00
	NTN-B 2030 (CURVA)		10.611.153,13	4,76	10.611.153,13	4,76	0,00	0,00
	NTN-B 2032 (CURVA)		10.509.179,95	4,71	10.509.179,95	4,71	0,00	0,00
	NTN-B 2033 (CURVA)		10.542.069,26	4,73	10.542.069,26	4,73	0,00	0,00
	NTN-B 2035 (CURVA)		10.752.019,11	4,82	10.752.019,11	4,82	0,00	0,00
	NTN-B 2040 (CURVA)		11.499.146,01	5,16	11.499.146,01	5,16	0,00	0,00
	NTN-B 2045 (CURVA)		10.946.964,68	4,91	10.946.964,68	4,91	0,00	0,00
	NTN-B 2050 (CURVA)		13.366.149,04	5,99	13.366.149,04	5,99	0,00	0,00
	NTN-B 2055 (CURVA)		14.999.355,80	6,73	14.999.355,80	6,73	0,00	0,00
	NTN-B 2060 (CURVA)		13.371.523,29	6,00	16.550.954,65	7,42	3.179.431,36	1,42
Total			164.661.987,09	73,86	167.841.418,45	75,28	3.179.431,36	1,42

*** AUMENTAR ALOCAÇÃO EM NTN-B VENC.: 2060 COM PRECIFICAÇÃO NA CURVA EM R\$ 3.179.431,36 (1,42%).**

TÍTULOS PÚBLICOS (PRÉ) - 30/09/2025: R\$ 27.191.079,21 (12,19%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor (R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença (R\$)	Diferença %
Artigo 7º I, Alínea a	NTN-F 2027 (CURVA)	PRÉ	10.309.383,00	4,62	10.309.383,00	4,62	0,00	0,00
	NTN-F 2029 (CURVA)		10.285.046,96	4,61	10.285.046,96	4,61	0,00	0,00
	NTN-F 2031 (CURVA)		4.129.314,43	1,85	4.129.314,43	1,85	0,00	0,00
	NTN-F 2035 (CURVA)		2.467.334,82	1,11	2.467.334,82	1,11	0,00	0,00
Total			27.191.079,21	12,19	27.191.079,21	12,19	0,00	0,00

*** MANTER A ALOCAÇÃO EM TÍTULOS PRÉ-FIXADOS;**

*** APÓS O VENCIMENTO DOS ATIVOS, REALOCAR OS RECURSOS EM ATIVOS COM EXPOSIÇÃO AO CDI.**

EXPOSIÇÃO AO CDI - 30/09/2025: R\$ 25.116.427,30 (11,27%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor (R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença (R\$)	Diferença %
Artigo 7º III, Alínea a	BB PREV RF REF DI LP PERFIL	CDI	5.015.329,18	2,25	13.069.511,42	5,86	- 12.046.915,88	-5,41
	BRADESCO REF DI PREMIUM		8.617.990,90	3,87				
	CAIXA BRASIL REF DI LONGO PRAZO		2.386.634,94	1,07				
Artigo 7º V, Alínea b	DAYCOVAL CLASSIC CRÉDITO PRIVADO		4.553.342,68	2,04				
	SAFRA EXTRA BANCOS CRED PRIVADO		4.543.129,60	2,04				
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos ⁽¹⁾		0,00	0,00				
Artigo 7º V, Alínea a	Cotas de FIDC ⁽¹⁾							
Total			25.116.427,30	11,27	13.069.511,42	5,86	-12.046.915,88	-5,41

*** DIMINUIR A ALOCAÇÃO EM ATIVOS COM EXPOSIÇÃO AO CDI/SELIC, EM UM TOTAL DE R\$ - 12.046.915,88 (-5,41%);**

(1) EXEMPLOS DE POSSIBILIDADE DE EXPOSIÇÃO AO BENCHMARK ATRAVÉS DE OUTROS ARTIGOS DA RESOLUÇÃO CMN 4.963/21.

EXPOSIÇÃO AO IMA-B - 30/09/2025: R\$ 3.718.951,68 (1,67%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor (R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença (R\$)	Diferença %
Artigo 7º I, Alínea b	ICATU VANGUARDA INFLAÇÃO LONGA FI RF LP	IMA-B	1.157.508,30	0,52	3.718.951,68	1,67	0,00	0,00
	ITAÚ INSTITUCIONAL ALOCAÇÃO DINÂMICA RF FIF CIC RESP LIMITADA		1.446.095,57	0,65				
Artigo 7º III, Alínea a	BB PREV RF IMA-B		1.115.347,81	0,50				
Total			3.718.951,68	1,67	3.718.951,68	1,67	0,00	0,00

*** MANTER A ALOCAÇÃO EM ATIVOS COM EXPOSIÇÃO AO IMA-B;**

EXPOSIÇÃO BOLSA LOCAL - 30/09/2025: R\$ 99.519,27 (0,04%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor (R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença (R\$)	Diferença %
Artigo 8º I	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIF CIA RESP LIMITADA	IBOVESPA	99.519,27	0,04	0,00	0,00	-99.519,27	-0,04
Total			99.519,27	0,04	0,00	0,00	-99.519,27	-0,04

*** DIMINUIR A ALOCAÇÃO EM ATIVOS COM EXPOSIÇÃO AO IBOVESPA, EM UM TOTAL DE R\$ -99.519,27 (-0,04%).**

EXPOSIÇÃO AO EXTERIOR (S&P) - 30/09/2025: R\$ 2.181.467,83 (0,98%)



Enquadramento Res. CMN 4.963/21	Ativos	Benchmark	Valor (R\$)	% Carteira	ALM Sugestão R\$	ALM Sugestão%	Diferença (R\$)	Diferença %
Artigo 10º I	SICREDI MULTIMERCADO BOLSA AMERICANA	S&P	2.181.467,83	0,98	11.148.471,62	5,00	8.967.003,79	4,02
Artigo 8º I	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES ⁽¹⁾		0,00	0,00				
Artigo 9º II	FUNDOS DE INVESTIMENTOS NO EXTERIOR ⁽¹⁾							
Total			2.181.467,83	0,98	11.148.471,62	5,00	8.967.003,79	4,02

*** AUMENTAR ALOCAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO COM EXPOSIÇÃO AO S&P, EM UM TOTAL DE R\$ 8.967.003,79 (4,02%);**

(1) EXEMPLOS DE POSSIBILIDADE DE EXPOSIÇÃO AO BENCHMARK ATRAVÉS DE OUTROS ARTIGOS DA RESOLUÇÃO CMN 4.963/21.

ALOCAÇÃO SUGERIDA POR ENQUADRAMENTO



Artigo	Ativos	Carteira Atual		Política de Investimentos - Sugestão			Limite Legal
		Valor (R\$)	% Carteira	Min.	Objetivo	Máx.	
Artigo 7º I, Alínea a	Títulos do Tesouro Nacional	191.853.066,30	86,04	0	87,47	100	100
Artigo 7º I, Alínea b	Fundos 100% Títulos Públicos	2.603.603,87	1,17	0	1,17	100	100
Artigo 7º I, Alínea c	Fundos de Índice 100% Títulos Públicos	0	0	0	0	100	100
Artigo 7º II	Operações Compromissadas	0	0	0	0	0	5
Artigo 7º III, Alínea a	Fundos Renda Fixa	17.135.302,83	7,69	0	4,24	60	70
Artigo 7º III, Alínea b	Fundos de Índice Renda Fixa Referenciados	0	0	0	0	60	70
Artigo 7º IV	Ativos de Renda Fixa	0	0	0	0	0	20
Artigo 7º V, Alínea a	FIDC Cota Sênior	0	0	0	0	5	10
Artigo 7º V, Alínea b	FI RF - Crédito Privado	9.096.472,28	4,08	0	2,12	5	10
Artigo 7º V, Alínea c	Fundo de Debêntures Incentivadas	0	0	0	0	0	10
Artigo 8º I	Fundos de Ações	99.519,27	0,04	0	0	30	40
Artigo 8º II	Fundos de Índice de Ações	0	0	0	0	30	40
Artigo 9º I	Renda Fixa - Dívida Externa	0	0	0	0	0	10
Artigo 9º II	Fundos de Investimento no Exterior	0	0	0	0	10	10
Artigo 9º III	Fundos de Ações - BDR Nível I	0	0	0	0	10	10
Artigo 10º I	Fundo Multimercado	2.181.467,83	0,98	0	5	10	10
Artigo 10º II	Fundo de Participação	0	0	0	0	10	10
Artigo 10º III	Fundos de Ações - Mercado de Acesso	0	0	0	0	0	10
Artigo 11º	Fundo de Investimento Imobiliário	0	0	0	0	5	10
Artigo 12º	Empréstimos Consignados	0	0	0	0	5	10
Total		222.969.432,38	100,00	-	100,00	-	-

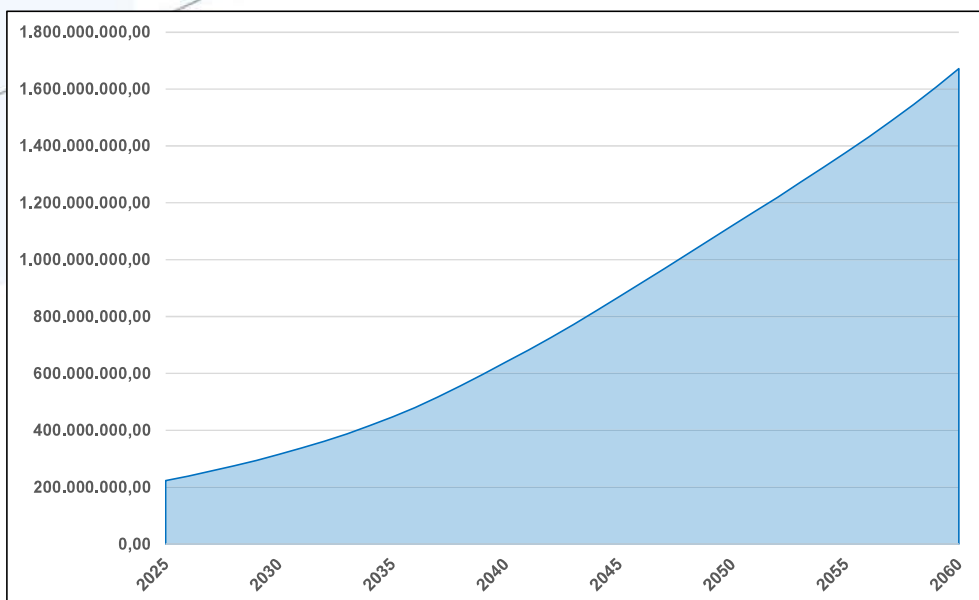
A alocação segue as sugestões de benchmarks do Estudo ALM, ajustando os percentuais dos ativos já existentes na carteira. Não havendo restrições para que esses benchmarks sejam acessados por outros enquadramentos.



O gráfico de projeção do patrimônio destacado a seguir, representa a evolução do total de ativos financeiros do Plano (líquido do pagamento do fluxo de caixa atuarial).

Considerando a sugestão da Carteira Ótima e a realocação em CDI dos lucros obtidos, provenientes da arrecadação, de eventuais vencimentos de ativos e do pagamento de cupons de juros, é possível observar um crescimento positivo dos ativos financeiros do Plano nos próximos anos.

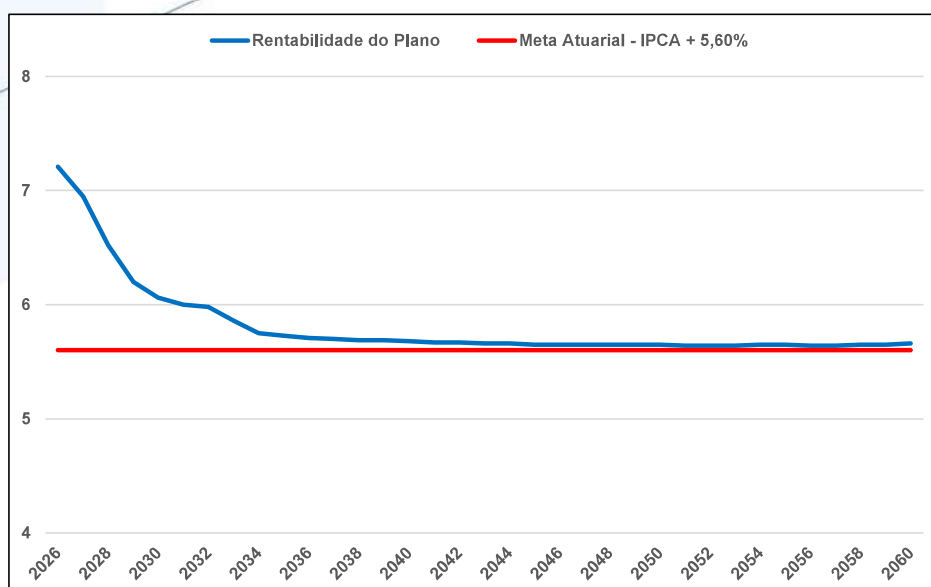
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO

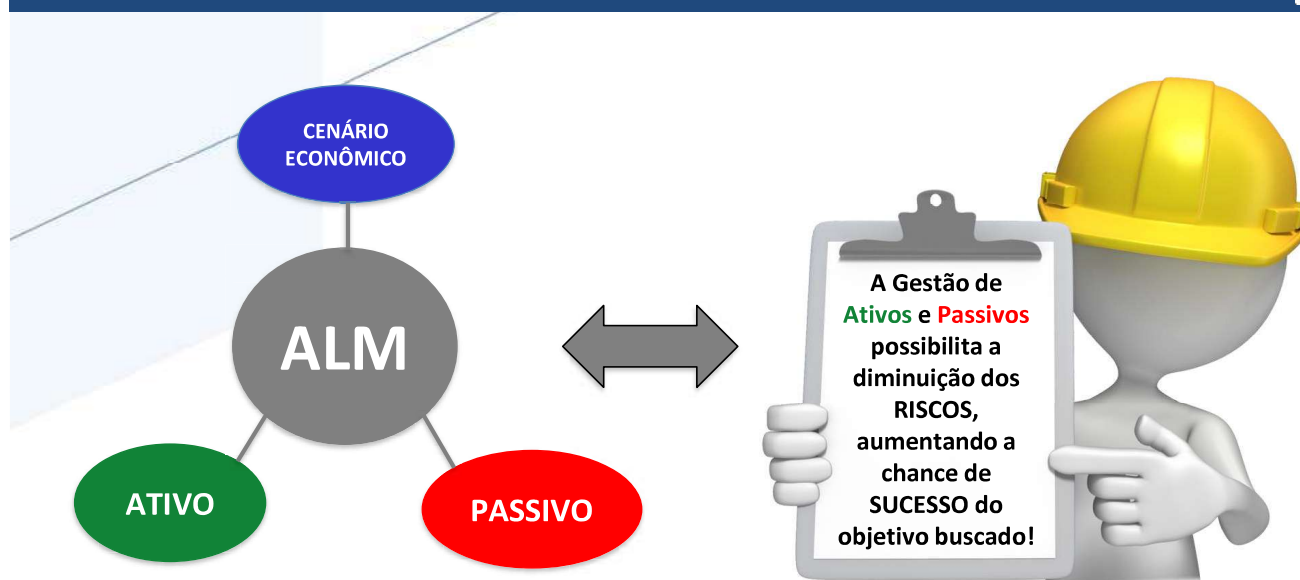


O gráfico de projeção da rentabilidade representa a evolução do retorno total de ativos financeiros utilizando a Carteira Ótima ao longo dos próximos anos.

O gráfico apresenta um retorno superior à meta de rentabilidade a ser utilizada para o ano de 2026.

RENTABILIDADE CARTEIRA X META ATUARIAL





ANEXO Nº 10



Aviso de lançamento

G3352813027594521
28/10/2025 13:17:12

Agência 65-5
Conta corrente 40825-5INSTITUTO DE PREVIDENCIA

Data 28/10/2025 Valor R\$ 100.782,92 C

Importe referente a TED Transf.Eletr.Disponív, 237 2856 08279304000141
ICATU VANG DIV, agência de origem 0065, documento 33.694.905, lote 00054,
lançado a crédito em sua conta corrente, na data acima.

Remessa recebida do banco 237 - BRADESCO, enviada por ICATU VANG
DIVIDENDOS FIF - CIA - RESP L, CNPJ 08.279.304/0001-41.

(Cem mil e setecentos e oitenta e dois reais e noventa e dois centavos)

* Este aviso de lançamento não é válido como comprovante da operação e
demonstra apenas que houve um lançamento em conta corrente.

Documento emitido por:EDNEIA RIDOLFIem28/10/202513:17:12

Transação efetuada com sucesso por: JH028816 EDNEIA RIDOLFI.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



INST PREV SERV PUB MUNIC SAO JOAO DA BOA VISTA
RUA SENADOR SARAIVA, 136
13870-020 - CENTRO - SAO JOAO DA BOA VISTA - SP

Extrato Mensal

Período: 30/09/2025 a 27/10/2025

Extrato para simples conferência, saldos sujeitos a confirmação

Resumo de Investimentos				
Produto	C.N.P.J	Saldo em 30/09/2025	Saldo em 27/10/2025	Participação 27/10/2025
ICT VANG DIVIDENDOS FIF - CLA INV ACOES - RL	08.279.304/0001-41	99.519,27	0,00	0,00%
ICT VANG INFL LONGA FIF - CLA INV RF LP - RL	10.756.541/0001-06	1.157.508,30	1.173.371,92	100,00%
Total		1.257.027,57	1.173.371,92	100,00%

Movimentação no período de 30/09/2025 a 27/10/2025

Administrador

C.N.P.J

BEM DISTR DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA

00.066.670/0001-00

CIDADE DE DEUS S/N - OSASCO - SP

Gestor

C.N.P.J

ICATU VANGUARDA GESTAO DE RECURSOS LTDA

68.622.174/0001-20

012803 - ICT VANG DIVIDENDOS FIF - CLA INV ACOES - RL

CL - 08.279.304/0001-41

Data	Histórico	Valor da Cota	Quantidade Cotas	Valor Bruto	I.R. ⁽¹⁾	I.O.F ⁽²⁾	Valor Líquido
30/09/2025	Saldo Inicial	5,82827840	17.075,24386420	99.519,27	0,00	0,00	99.519,27
24/10/2025	Resgate	5,90228300	(17.075,24386420)	(100.782,92)	0,00	(0,00)	(100.782,92)
27/10/2025	Saldo Final	5,92725400	0,00000000	0,00	0,00	0,00	0,00
	Rendimento Bruto			1.263,65			

Mensagem

Movimentação no período de 30/09/2025 a 27/10/2025

Administrador

C.N.P.J

BEM DISTR DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS LTDA

00.066.670/0001-00

CIDADE DE DEUS S/N - OSASCO - SP

Gestor

C.N.P.J

ICATU VANGUARDA GESTAO DE RECURSOS LTDA

68.622.174/0001-20

012804 - ICT VANG INFL LONGA FIF - CLA INV RF LP - RL

CL - 10.756.541/0001-06

Data	Histórico	Valor da Cota	Quantidade Cotas	Valor Bruto	I.R. ⁽¹⁾	I.O.F ⁽²⁾	Valor Líquido
30/09/2025	Saldo Inicial	5,25439380	220.293,40504650	1.157.508,30	0,00	0,00	1.157.508,30
27/10/2025	Saldo Final	5,32640510	220.293,40504650	1.173.371,92	0,00	0,00	1.173.371,92
	Rendimento Bruto			15.863,62			

Mensagem

Rentabilidade⁽³⁾

	Mês	Mês Anterior	Ano	12 Meses
ICT VANG INFL LONGA FIF - CLA INV RF LP - RL	1,37%	0,41%	11,31%	6,27%
CDI	1,05%	1,22%	11,51%	13,44%
IBOVESPA FECHAMENTO	0,50%	3,40%	22,19%	13,30%
IBOVESPA MÉDIO	0,54%	3,16%	22,03%	13,03%
IPCA	0,48%	(0,11%)	4,18%	5,17%
PTAXV	1,05%	(1,99%)	(13,21%)	(6,98%)

Valores em Reais

Extrato emitido em: 28/10/2025

(1) Imposto de Renda retido na fonte sobre rendimentos auferidos no período
(2) Imposto sobre Operações Financeiras relativas a títulos e valores mobiliários de acordo com portaria do Ministério da Fazenda nº 264 de 30/06/1999
(3) Rentabilidade Líquida das taxas de Administração e Performance
Neste extrato somente estão demonstradas as movimentações convertidas em cotas no período de abrangência.



INST PREV SERV PUB MUNIC SAO JOAO DA BOA VISTA
RUA SENADOR SARAIVA, 136
13870-020 - CENTRO - SAO JOAO DA BOA VISTA - SP

Extrato Mensal	Período: 30/09/2025 a 27/10/2025
-----------------------	---

Extrato para simples conferência, saldos sujeitos a confirmação

Central de Atendimento

BEM DTVM LTDA.
Endereço: Cidade de Deus, s/n - Prédio Amarelo - 2º andar.
Vila Yara - Osasco - SP - CEP 06029-900
Email: www.bradescobemdtvm.com.br - centralbemdtvm@bradesco.com.br
Telefone: (11) 3684-9432

ANEXO Nº 11



Títulos Públicos - Plano Previdenciário

Resumo

Distribuição por Tipo de Marcação

Marcação	Valor Total	Quantidade de Títulos
Mercado	R\$ 0,00	0
Curva	R\$ 193,615,656,21	65,540
Total:	R\$ 193,615,656,21	65,540

Distribuição por Data de Vencimento

Data de Vencimento	Valor Total	Quantidade
15/08/2026	R\$ 15,967,053,67	3,485
01/01/2027	R\$ 10,439,243,27	10,571
15/05/2027	R\$ 16,018,840,54	3,454
15/08/2028	R\$ 15,828,048,93	3,495
01/01/2029	R\$ 10,415,304,85	11,275
15/05/2029	R\$ 10,769,542,74	2,311
15/08/2030	R\$ 10,899,536,74	2,322
01/01/2031	R\$ 4,177,048,03	4,554
15/08/2032	R\$ 10,807,992,13	2,461
15/05/2033	R\$ 10,845,886,25	2,515
01/01/2035	R\$ 2,496,854,66	2,954
15/05/2035	R\$ 10,841,442,37	2,322
15/08/2040	R\$ 11,591,585,59	2,450
15/05/2045	R\$ 11,035,479,47	2,303
15/08/2050	R\$ 13,476,609,35	2,921
15/05/2055	R\$ 15,123,198,55	3,226
15/08/2060	R\$ 13,481,989,07	2,921
Total:	R\$ 193,615,656,21	65,540

ANEXO Nº 12

Política de Investimentos

2026

*Instituto de Previdência dos Servidores Públicos
do Município de São João da Boa Vista*

Sumário

1	Introdução	3
2	Definições	3
3	Diretrizes Gerais	3
4	Governança	5
5	Comitê de Investimentos	6
6	Consultoria de Investimentos	7
7	Modelo de Gestão	7
8	Segregação de Massa	8
9	Credenciamento	9
10	Meta de Retorno Esperado	9
11	Aderência das Metas de Rentabilidade	10
12	Carteira Atual	11
13	Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação	12
14	Cenário	12
15	Alocação Objetivo	13
16	Apreçamento de ativos financeiros	15
17	Gestão de Risco	16
17.1	Risco de Mercado	16
17.1.1	VaR	16
17.2	Risco de Crédito	18
17.2.1	Abordagem Qualitativa	18
17.2.2	Abordagem Quantitativa	19
17.2.3	Exposição a Crédito Privado	21
17.3	Risco de Liquidez	21
17.4	Risco Operacional	23
17.5	Risco de Terceirização	23
17.7	Risco Sistêmico	25
17.8	Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento	25
17.9	Risco de Imagem	25
18	Considerações Finais	26

1 Introdução

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, IPSJBV, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei nº 4.207 de 24 de outubro de 2017, a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista na 11ª reunião ordinária, que ocorreu em 13/11/2025.

2 Definições

Ente Federativo: Município de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista

CNPJ: 05.774.894/0001-90

Meta de Retorno Esperada: IPCA+5,60% a.a.

Categoria do Investidor: Qualificado

3 Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimentos buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos através de critérios estabelecidos.

Esta Política de Investimentos entrará em vigor em 01 de janeiro de 2026. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2026.

O referido documento está de acordo com a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022 que dispõem sobre as aplicações e sobre o monitoramento dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, bem como estabelece os parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites utilizados, sejam eles de concentração por veículo, emissor e ou segmento; o modelo de gestão a ser utilizado; a meta de rentabilidade perseguida e seus acompanhamentos.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apuração dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 4.963/2021 e na Portaria MTP nº 1.467/2022. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o **Instituto de Previdência dos**

Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista deverá comunicar oficialmente a Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

4 Governança

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022 e o Manual do Pró-Gestão versão 3.5/24, tem por objetivo incentivar o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório de alocação dos recursos garantidores cumpram seus códigos de conduta pré acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres, e, visem à promoção de elevados padrões éticos na condução das operações.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Superintendente, com o assessoramento do Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimentos, que deve ser submetida à aprovação do Conselho de Administração.

Ainda de acordo com os normativos, este documento estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos garantidores correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

5 Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MTP nº 1.467/2022, especificamente a Seção I do Capítulo VI, combinado com a Lei Complementar nº 4.207 de 24 de outubro de 2017, artigo 20 e seguintes, o Comitê de Investimento do IPSJBV é formado por 05 (cinco) membros titulares e 01 (um) suplente, sendo formado 05 (cinco) membros titulares e 01 (um) suplente no Conselho Fiscal e Conselho de Administração 07 (sete) membros titulares e 02 (dois) suplentes.

O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que o colegiado seja responsável por zelar pela implementação desta Política de Investimento e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

Todos os membros do comitê possuem certificação profissional, conforme disposto a seguir:

Tipo de Certificação	Quantidade de Membros	Vencimentos das Certificações
CPA - 10	2	29/06/2026 e 11/12/2026
CPA - 20	-	-
CEA	-	-
CG RPPS	-	-
CP RPPS	6	24/11/2026, 20/07/2027, 15/08/2028, 11/10/2028, 29/10/2028 e 11/12/2028

6 Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado.

Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários.

O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

6.1 - que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, inclusive da Resolução CVM nº 19/2021;

6.2 - que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e

6.3. - que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no Art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021:

Art. 24. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço; b) não figurem como emissores dos ativos ou atuem na origem e estruturação dos produtos de investimento.

7 Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, de acordo com o Artigo 95, da Portaria

MTP nº 1.467/2022, será própria, ou seja, o IPSJBV realizará diretamente a execução de sua Política de Investimentos, decidindo sobre as alocações dos recursos, respeitando os parâmetros da legislação vigente, Resolução CMN nº 4.963/2021.

8 Segregação de Massa

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista possui segregação de massa do seu plano de benefícios Lei Complementar nº 5.531, de 16 de setembro de 2025 e alterações.

A Segregação de Massa de segurados do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista é uma separação desses segurados em dois grupos distintos, a partir da definição de uma data de corte, sendo um grupo intitulado de **plano financeiro** e o outro de **plano previdenciário**. Essa data de corte não poderá ser superior a data de implementação da segregação.

O Plano Financeiro é um sistema estruturado somente no caso de segregação da massa, onde as contribuições a serem pagas pelo ente federativo, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados são fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo as insuficiências aportadas pelo ente federativo, admitida a constituição de Fundo Financeiro.

O Plano Previdenciário é um sistema estruturado com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente segundo conceitos dos regimes financeiros de Capitalização, Repartição de Capitais de Cobertura e Repartição Simples.

9 Credenciamento

As aplicações dos recursos do RPPS deverão observar os parâmetros de mercado e poderão ser realizadas por meio de instituições públicas ou privadas, desde que registradas, autorizadas ou credenciadas pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil.

Os critérios para o credenciamento das Instituições deverão estar relacionados à boa qualidade de gestão, ao ambiente de controle interno, ao histórico e experiência de atuação, à solidez patrimonial, ao volume de recursos sob administração, à exposição ao risco reputacional, ao padrão ético de conduta e à aderência da rentabilidade a indicadores de desempenho e a outros destinados à mitigação de riscos e ao atendimento aos princípios de segurança, proteção e prudência financeira, assim como está parametrizado na Minuta / Edital do RPPS.

Esta política considera que, a partir de 2026, os novos gestores/administradores que vierem a ser credenciados, sejam instituições situadas entre as 20 primeiras colocadas no ranking da Anbima. Eventuais mudanças no ranking ou condições excepcionais poderão ser consideradas mediante aprovação prévia do Comitê de Investimentos.

De acordo com a Minuta / Edital, após a análise realizada, a conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, e, este deverá ser atualizado a cada 2 (dois) anos.

10 Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2026 o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista prevê que o seu retorno esperado será no mínimo IPCA acrescido de uma taxa de juros de 5,60% a.a.

Essa pode ser balizada de acordo com a taxa da avaliação atuarial de acordo com a Portaria MPS nº 2.010/2025 que alterou a Portaria MTP nº 1.467/2022, observando que o limite máximo de fixação da taxa de juros seria de 5,75% a.a., podendo ser acrescida em 0,15 pontos percentuais para cada ano em que a taxa de juros utilizada nas avaliações atuariais dos últimos 5 (cinco) exercícios antecedentes à data focal da avaliação tiverem sido alcançados pelo RPPS, limitada a 0,6 pontos percentuais.

A escolha da meta de 5,60% justifica-se pelo fato de a empresa de atuária MAGMA ASSESSORIA LTDA EPP ter apresentado a duração do passivo do Plano Previdenciário. Em confronto com a Portaria nº 2.010, de 15 de outubro de 2025, verificou-se que a meta mínima para a duração do passivo do plano é de 5,60% a.a., e a máxima, 5,75% a.a.

Após debates e explanações, os membros do Comitê de Investimentos, de forma consensual, deliberaram e aprovaram a meta de 5,60% para o exercício de 2025 na 19ª reunião ordinária realizada em 21 de outubro de 2025.

O Comitê ponderou que a taxa estabelecida impacta diretamente na provisão matemática utilizada no cálculo atuarial. Considerou-se, ainda, as incertezas do mercado financeiro, agravadas pelo cenário político, incluindo a eleição presidencial e a previsão de queda da taxa Selic, contudo por cautela optaram por não acrescentar os 0,15%.

O Comitê acredita ser possível atingir a meta estabelecida para o exercício de 2026, com crescimento patrimonial adequado para garantir a sustentabilidade do plano previdenciário.

11 Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que as rentabilidades do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista cresceram nos últimos cinco anos às seguintes taxas, aderentes às metas de rentabilidade:

ANO	RENTABILIDADE	META DE RENTABILIDADE
2020	4,58%	10,65%
2021	-0,91%	16,06%
2022	7,18%	11,09%
2023	19,02%	9,92%
2024	8,97%	10,26%

12 Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 30/09/2025.

ANO	LIMITE LEGAL	CARTEIRA
Renda Fixa	100,00%	99,06%
Renda Variável	30,00%	0,04%
Investimentos no Exterior	10,00%	0,00%
Investimentos Estruturados	15,00%	0,90%
Fundos Imobiliários	5,00%	0,00%
Empréstimos Consignados	5,00%	0,00%

13 Alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários atuais e futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema.

O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

- A alocação dos recursos nos diversos segmentos permitidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021 (Artigos 7º, 8º, 9º, 10, 11 e 12);
- Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento;
- A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos;
- Os respectivos limites de diversificação e concentração conforme estabelecidos Resolução CMN nº 4.963/2021, especificamente no item IV do Art. 4º, e, na Seção III, dos Limites Gerais à Gestão, em especial à Subseção I, dos Limites Gerais (Arts. 13 a 20).

14 Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer.

Para maior assertividade, o cenário utilizado corresponde ao apresentado no último Boletim Focus, conforme tabela apresentada abaixo, de 31/10/2025, que antecede a aprovação dessa Política de Investimentos. O Boletim Focus é elaborado pelo

GERIN - Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais, do Banco Central do Brasil, e apresenta o resumo das expectativas do mercado financeiro para a economia.

BANCO CENTRAL DO BRASIL		Focus Relatório de Mercado		Expectativas de Mercado		31 de outubro de 2025	
						▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade	
Mediana - Agregado		2025		2026		2027	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	4,80	4,56	4,55 ▼ (6)	147	4,51	90	
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	2,16	2,16	2,16 = (1)	117	2,17	50	
Câmbio (R\$/US\$)	5,45	5,41	5,41 = (1)	124	5,41	63	
Selic (% a.a.)	15,00	15,00	15,00 = (19)	141	15,00	77	
IGPM (variação %)	0,96	0,49	-0,20 ▼ (8)	75	-0,46	41	
IPCA Administrados (variação %)	4,81	4,92	4,95 ▲ (1)	100	4,92	61	
Conta corrente (US\$ bilhões)	-68,16	-70,80	-71,33 ▼ (4)	38	-72,60	19	
Balança comercial (US\$ bilhões)	64,40	61,99	61,99 = (1)	39	61,00	19	
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	70,00	70,00	70,00 = (46)	36	71,00	18	
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	65,76	65,80	65,80 = (1)	52	65,80	24	
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50 = (4)	61	-0,53	28	
Resultado nominal (% do PIB)	-8,50	-8,50	-8,50 = (8)	52	-8,50	26	

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis

— 2025 — 2026 — 2027 — 2028

15 Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 4.963/2021. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

Enquadramento	Tipo de Ativo	%	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Atual	Alocação Objetivo	Limite Superior	Nível I	Nível II	Nível III	Nível IV	Art. 18 (% RPPS)	Art. 19 (% Fundo)
Art. 7º, I, "a"	Títulos Públicos	100%	100%	0%	86,04%	87,47%	100%					-	-
Art. 7º, I, "b"	Fundos 100% Títulos Públicos		100%	0%	1,17%	1,17%	100%					-	-
Art. 7º, I, "c"	Fundos de Índice 100% Títulos Públicos		100%	0%			100%					-	-
Art. 7º, II	Operações Compromissadas		5%	0%			5%					20%	15%
Art. 7º, III, "a"	Fundos Renda Fixa		60%	0%	7,69%	4,24%	60%	65%	70%	75%	80%	20%	15%
Art. 7º, III, "b"	Fundos de Índice Renda Fixa		60%	0%			60%	65%	70%	75%	80%	20%	15%
Art. 7º, IV	Ativos de Renda Fixa (Inst. Financeira)		20%	0%			20%					20%	15%
Art. 7º, V, "a"	Cota Sênior de FIDC		5%	0%			5%		10%	15%	20%	20%	5%
Art. 7º, V, "b"	Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"		5%	0%	4,08%	2,12%	5%		10%	15%	20%	20%	5%
Art. 7º, V, "c"	Fundo de Debêntures Incentivadas		5%	0%			5%		10%	15%	20%	20%	5%
Art. 8º, I	Fundos de Ações	30%	30%	0%	0,04%	0,00%	30%	35%	40%	45%	50%	20%	15%
Art. 8º, II	Fundos de Índice de Ações		30%	0%			30%	35%	40%	45%	50%	20%	15%
Art. 9º, I	Renda Fixa - Dívida Externa	10%	10%	0%			10%					20%	15%
Art. 9º, II	Fundos de Investimento no Exterior		10%	0%			10%					20%	15%
Art. 9º, III	Fundos de Ações - BDR Nível I		10%	0%			10%					20%	15%
Art. 10, I	Fundos Multimercados	15%	10%	0%	0,98%	5,00%	10%			15%	15%	20%	15%
Art. 10, II	Fundo de Participação		5%	0%			5%			10%	15%	20%	15%
Art. 10, III	Fundos de Ações - Mercado de Acesso		5%	0%			5%			10%	15%	20%	15%
Art. 11	Fundo de Investimento Imobiliário	5%	5%	0%			5%		10%	15%	20%	20%	15%
Art. 12, I	Empréstimos Consignado - Sem Pró Gestão	5%	5%	0%			5%					20%	15%
Art. 12, II	Empréstimos Consignado - Com Pró Gestão	10%	10%	0%			10%					20%	15%

* Art 7º, V, A, B e C: limite global (II) 25%, III (30%) e IV (35%);

* Art. 10, § 2º: limite global (III) e (IV) 20%;

* Art. 14: 8 + 10 + 11 = 30%;

* Art.14, § único: (I) 35%, (II) 40%, (III) 50% e (IV) 60% ;

* Art. 20: O total das aplicações dos recursos do RPPS não podem exceder a 5% do volume total gerido de recursos de terceiros da Instituição Financeira;



Os percentuais definidos como alocação estratégica para o exercício de 2026, respeitados os limites previstos na normatização vigente, levou em consideração, além do estudo Asset Liability Management – ALM apresentado pela empresa de consultoria contratada pelo IPSJBV – LDB Consultoria Financeira Ltda, também, o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado, onde houve entendimento por manter a diversificação dos investimentos, contudo diminuindo o risco da carteira.

16 Apreçamento de ativos financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista aplica seus recursos devem estar de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 4.963/2021 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais, é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos preços unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA.

Ainda, além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do Instituto de Previdência

dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), não esquecer de fazer, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, pela sua taxa de aquisição.

Da mesma maneira, os ativos financeiros emitidos com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras permitidas deverão possuir seu registro junto ao CETIP e o critério contábil que este título será registrado. Se o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista tiver efetuado o Estudo de ALM, é recomendável que estes títulos sejam marcados na curva.

17 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 4.963/2021 e a Portaria MTP nº 1.467/2022, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

17.1 Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

17.1.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do Instituto de Previdência dos

Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

Para o cálculo do Value-at-Risk (VaR), será adotado o modelo paramétrico, que considera que os retornos dos ativos seguem uma distribuição normal. O intervalo de confiança para o cálculo do VaR será de 95%, com horizonte de tempo de 21 dias úteis. Nesta metodologia, o VaR estima que, com 95% de confiança, as perdas não excederão o valor calculado ao longo do período especificado.

O Estimador de Volatilidade utilizado será EWMA (Exponentially Weighted Moving Average). Neste método, a volatilidade é calculada aplicando um fator de decaimento lambda 95%. Serão utilizados os 100 dados históricos mais recentes, o que é suficiente para capturar as condições atuais do mercado e dar maior peso às observações mais recentes. Um lambda mais próximo de 1 atribui maior peso aos dados recentes, enquanto um lambda menor distribui os pesos de forma mais uniforme ao longo dos dados históricos.

O controle de riscos (VaR) será feito de acordo com os seguintes limites:

SEGMENTO	LIMITE
Renda Fixa	5,00%
Renda Variável	20,00%
Investimentos no Exterior	20,00%
Investimentos Estruturados	20,00%
Fundos Imobiliários	20,00%

17.2 Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando aspectos quantitativos como os ratings dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises qualitativas realizadas em relação à estrutura dos ativos.

17.2.1 Abordagem Qualitativa

Com relação aos investimentos diretos em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos deve adotar critérios de análise que não se limitem à classificação de risco (rating) atribuído por agência classificadora, mas que abordem adicionalmente pelo menos os pontos apresentados a seguir:

- **Análise dos emissores;**

Nos investimentos em que a contraparte seja o principal pilar para a análise do risco da operação, é importante analisar aspectos financeiros (capacidade de pagamento), histórico de atuação, governança, controle acionário, setoriais, impactos políticos (se existir), aspectos legais da emissão como índices financeiros (cobertura, alavancagem e outros).

- **Análise de prospectos e outras documentações;**

Em uma operação estruturada é necessária a análise das documentações que competem à operação (prospecto, regulamento e outras), entendendo-se quais as garantias, seus vínculos e/ou lastros, responsabilidades, estrutura de gerenciamento de fluxo de caixa, custos, volume de emissão, prazo do investimento etc.

- **Monitoramento de operações de crédito;**

A decisão de investir em um ativo de crédito traz consigo a necessidade de um acompanhamento contínuo do desempenho das operações. Nesse sentido, é necessário acompanhar a classificação de risco das agências de rating e os dados da operação disponíveis no mercado. A contraparte também deve ser periodicamente acompanhada.

17.2.2 Abordagem Quantitativa

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*.

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* e se a nota é, de acordo com a escala, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

FAIXAS	RATING	GRAU
FAIXA 1	AAA	INVESTIMENTO
FAIXA 2	AA	
FAIXA 3	A	
FAIXA 4	BBB	ESPECULATIVO
FAIXA 5	BB	
FAIXA 6	B	
FAIXA 7	C	
FAIXA 8	D	

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior à FAIXA 3 determinada na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 4.963/2021, desde que observadas as seguintes condições:

- Os títulos que não possuem *rating* devem ser enquadrados na categoria grau especulativo;
- Caso haja duas ou mais classificações para o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à Política de Investimentos;
- O monitoramento dos ratings dos ativos de crédito será realizado de forma contínua, com o acompanhamento realizado por faixa de classificação conforme demonstrado na tabela acima.

17.2.3 Exposição a Crédito Privado

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis de acordo com os critérios estabelecidos no tópico anterior. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

CATEGORIA DE RISCO	LIMITE
Grau de Investimento + Grau Especulativo	60%
Grau Especulativo	5%

O limite para títulos classificados na categoria Grau Especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de ratings de papéis e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais, dos quais o RPPS não tem controle sobre o regulamento. Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria “Grau Especulativo”.

17.3 Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

- A. Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo);**
- B. Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).**

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

A. Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano.

A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

B. Redução de demanda de mercado

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL ATUAL ACUMULADO DA CARTEIRA	PERCENTUAL MÍNIMO ACUMULADO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	18,82%	5,00%
Até 365 dias	27,24%	5,00%
Acima de 365 dias	100,00%	100,00%

17.4 Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

17.5 Risco de Terceirização

Na administração/gestão dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades aos prestadores de serviços externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus prestadores de serviços, conforme definições na Resolução CMN nº 4.963/2021, Portaria MTP nº 1.467/2022 e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência.

17.6 Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre as atividades administrativas e investimentos, será feito por meio de análise criteriosa de toda a documentação pertinente nas áreas administrativa e financeira/investimentos, realizada tanto pelo Comitê de Investimentos quanto pelos Conselhos Administrativo e Fiscal, o que inclui a verificação de atendimento a todos os requisitos e documentos exigidos nas normas.

Tome-se por exemplo o que ocorre quando do credenciamento de Gestores, Administradores, Custodiantes, Distribuidores e Instituições Financeiras que tenham recursos alocados do IPSJBV, que conta com a homologação do Comitê de Investimentos e aprovação do Conselho Administrativo.

Além disso, os riscos legais também serão analisados pelo Controle Interno, Diretoria Jurídica, Conselho Administrativo e Conselho Fiscal, com emissão de pareceres, relatórios e análises das atividades do IPSJBV, dentro das suas áreas de atuação.

17.7 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

17.8 Risco de Desenquadramento Passivo – Contingenciamento

Mesmo com todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. Em caso de ocorrência de desenquadramento, o Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista se reunirá para analisar, caso a caso, com intuito de encontrar a melhor solução e o respectivo plano de ação, sempre pensando na preservação do Patrimônio do IPSJBV.

17.9 Risco de Imagem

Risco de imagem consiste na possibilidade de perdas decorrentes do comprometimento da reputação da instituição junto ao mercado ou às autoridades, em função de exposição negativa, seja ela verdadeira ou não. Na ocorrência desse evento, é atribuição do Comitê de Investimentos avaliar o grau de impacto na confiabilidade da

instituição financeira e recomendar as medidas corretivas necessárias para mitigar os efeitos adversos.

18 Considerações Finais

Este documento, será disponibilizado por meio na Imprensa Oficial do Município, bem como, no site institucional do IPSJBV com pleno acesso a todos os servidores, participantes e interessados.

De acordo com os parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º, do Art. 101º, da MTP nº 1.467/2022, o relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento e deverão ser encaminhadas à SPREV por meio Demonstrativo da Política de Investimentos - DPIN.

A presente Política de Investimentos (P.I.), proposta pelo Comitê de Investimentos do IPSJBV, nos termos do art. 21, da Lei Complementar nº 4.207, de 24 de outubro de 2017, fica submetida ao Superintendente, a qual foi elaborada pelo Comitê de Investimentos e aprovada pelo Conselho Administrativo na reunião ordinária na data de 13/11/2025.

São João da Boa Vista – SP, 13 de novembro de 2025.